



**MAIRA CRISTIANE DE SOUZA MIRANDA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POLÍTICA: UM  
ESTUDO DE CASO DE DUAS ASSOCIAÇÕES NO MUNICÍPIO  
DE LAVRAS**

**LAVRAS-MG  
2023**

**MAIRA CRISTIANE DE SOUZA MIRANDA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DE  
DUAS ASSOCIAÇÕES NO MUNICÍPIO DE LAVRAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento e Extensão para obtenção do título de mestre.

Prof. Dr. Marcelo Sevaybricker Moreira  
Orientador

**LAVRAS-MG  
2023**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca  
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Miranda, Maira Cristiane de Souza.

Economia Solidária e Educação Política: um estudo de caso de  
duas associações no município de Lavras / Maira Cristiane de  
Souza Miranda. - 2022.

193 p.

Orientador(a): Marcelo Sevaybricker Moreira.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de  
Lavras, 2022.

Bibliografia.

1. Economia Solidária. 2. Democracia Participativa. 3.  
Participação Política. I. Moreira, Marcelo Sevaybricker. II. Título.

**MAIRA CRISTIANE DE SOUZA MIRANDA**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E EDUCAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO DE CASO DE  
DUAS ASSOCIAÇÕES NO MUNICÍPIO DE LAVRAS**

**SOLIDARITY ECONOMY AND POLITICAL EDUCATION: A CASE STUDY OF  
TWO ASSOCIATIONS IN THE MUNICIPALITY OF LAVRAS**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, área de concentração em Desenvolvimento e Extensão para obtenção do título de mestre.

APROVADA em 30 de novembro de 2022.  
Dr. Juarez Rocha Guimarães – UFMG  
Dr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira – UFSJ  
Dra. María de Los Ángeles Arias Guevara – UFLA

Prof. Dr. Marcelo Sevaybricker Moreira  
Orientador

**LAVRAS-MG  
2023**

Ao meu filho Miguel  
Por todo amor, compreensão e apoio durante essa jornada  
Por ser luz na minha vida  
Dedico

## AGRADECIMENTOS

À Deus, por ser minha força e meu amparo, porque sem Ele nada seria possível;

Ao meu filho Miguel, que amo infinitamente e que compartilhou comigo todas as dificuldades e alegrias dessa caminhada.

À minha mãe Maria Antônia e ao meu pai Altamiro, por todo amor, apoio, incentivo e orações, pelos ensinamentos e bons exemplos. Amo muito vocês!

À minha irmã Mayara, por todo amor e incentivo, por me apoiar sempre, especialmente neste trabalho, sem você eu não teria conseguido. Te amo!

Ao amigo e pai do meu filho Hebron, por estar sempre pronto a nos ajudar. Sua presença e apoio constantes foram fundamentais nesse processo.

Ao professor Dr. Marcelo Sevaybriker Moreira, pela paciência e compreensão com que conduziu a orientação deste trabalho e pelas valiosas contribuições;

À professora Dra. María de Los Angeles Arias Guevara e aos professores Dr. Juarez Rocha Guimarães e Dr. Benedito Anselmo Martins de Oliveira, por terem aceitado participar da banca de avaliação e pelas relevantes contribuições;

Às associadas e associados da ALAC e da ACAMAR por terem aceitado participar desta pesquisa e por compartilharem um pouco de suas vidas comigo;

Aos demais familiares, amigos e amigas pelo apoio, incentivo e compreensão durante essa jornada.

À Universidade Federal de Lavras e ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão (PPGDE), pela oportunidade concedida para a realização do mestrado.

Às professoras e aos professores do PPGDE pelos conhecimentos compartilhados, os quais transformaram o meu ser.

Às/aos colegas de mestrado pelo companheirismo, pelas palavras de incentivo, choros e risos compartilhados, em especial a Raquel que se tornou uma amiga querida!

Aos professores Dr. Rubens José Guimarães e Dr. Rafael Pio por apoiarem e compreenderem a necessidade de afastamento das minhas atividades laborais, imprescindível à realização e concretização deste mestrado.

Às/aos colegas de trabalho do Departamento de Agricultura da UFLA pelo apoio e solidariedade, especialmente à Ana Luíza, Sandra e Simone.

**Gratidão!**

## RESUMO

Em um contexto de crise do modelo de economia capitalista, caracterizada pelo desemprego e pela exclusão social é possível e necessário pensar em um outro tipo de economia, a solidária. A economia solidária constitui-se de organizações populares que nascem no seio da sociedade com a finalidade de suprir necessidades econômicas de seus membros e se expressam de diversos modos, seja em associações, cooperativas, clubes de trocas, bancos populares e outros. Essas organizações atuam sob os princípios da solidariedade, cooperação, autonomia e gestão democrática. Os empreendimentos econômicos solidários são geridos por seus associados e associadas, prioritariamente, por meio de assembleias, nas quais todas e todos têm direito a voz e voto, de forma que a participação nos processos de tomada de decisão é um aspecto importante desse modo de organização. Essa participação realiza o ideário da democracia participativa, cujo resultado não se limita apenas às decisões, mas também ao maior controle das pessoas sobre a própria vida, assim como o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo. Dessa forma, a presente pesquisa buscou elucidar em que medida os empreendimentos de economia solidária promovem efetivamente a educação política dos empreendedores via participação política e como se realiza essa participação. E, além disso, que ações a Universidade Federal de Lavras (UFLA) pode promover para contribuir com essa educação política. A pesquisa foi desenvolvida com dois empreendimentos econômicos solidários estabelecidos na cidade de Lavras, no sul de Minas Gerais: a Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária (ALAC) e a Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras (ACAMAR). Utilizou-se a metodologia de estudo de caso, cujos instrumentos de pesquisa tiveram uma abordagem quali-quantitativa. Os instrumentos adotados foram uma entrevista semiestruturada com o presidente de cada associação, aplicação de questionário semiestruturado aos associados e associadas e observação realizada durante a aplicação dos questionários. Os resultados apontam que existem, sim, práticas políticas na ALAC e na ACAMAR. Em que pese a necessidade de fortalecimento dos processos democráticos das associações, constatou-se também, que em boa medida, os empreendimentos de economia solidária promovem a educação política dos seus membros. A julgar pelos dados encontrados, os quais os indicadores de educação política construídos nesta pesquisa, atingiram de 40 a 50% das associadas e associados da ALAC e da ACAMAR, evidenciando a preocupação de muitos desses associados e associadas com a desigualdade social, com o meio ambiente, com a comunidade e com as condutas dos representantes políticos. O estudo também identificou a necessidade da realização constante de ações e eventos de formação para as associadas e associados nas mais diversas áreas que envolvem essas organizações. Como produto técnico desta pesquisa, realizou-se uma Roda de Conversa sobre Economia Solidária, unindo a ALAC e a ACAMAR, a comunidade, o poder público e a universidade, no intuito de valorizar e dar visibilidade ao importante papel dessas associações.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Democracia Participativa. Participação Política.

## ABSTRACT

In a context of the crisis of the capitalist economy, characterized by unemployment and social exclusion, it is possible and necessary to think of another type of economy, solidarity. The solidarity economy consists of popular organizations that are born within society in order to meet the economic needs of its members and express themselves in various ways, whether in associations, cooperatives, trade clubs, popular banks and others. These organizations operate under the principles of solidarity, cooperation, autonomy and democratic management. The solidarity economic enterprises are managed by their associates and associates, primarily, through assemblies, in which all and all have the right to voice and vote, so that participation in decision-making processes is an important aspect of this mode of organization. This participation accomplishes the ideals of participatory democracy, whose result is not limited only to decisions, but also to greater control of people over their own life, as well as the development of the social and political capacities of each individual. Thus, this research sought to elucidate the extent to which solidarity economy enterprises effectively promote political education of entrepreneurs through political participation and how this participation is carried out. And, in addition, what actions the Universidade Federal de Lavras (UFLA) can promote to contribute to this political education. The research was developed with two solidarity economic enterprises established in the city of Lavras, in the south of Minas Gerais: the Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária (ALAC) and the Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras (ACAMAR). We used the methodology of case study, whose research instruments had a qualitative-quantitative approach. The instruments adopted were a semi-structured interview with the president of each association, application of a semi-structured questionnaire to members and associates and observation performed during the application of questionnaires. The results show that there are, yes, political practices in ALAC and ACAMAR. Despite the need to strengthen the democratic processes of the associations, it was also found that to a large extent, solidarity economy enterprises promote the political education of their members. Judging by the data found, which indicators of political education built in this research, reached 40 to 50% of the members and associates of ALAC and ACAMAR, highlighting the concern of many of these associates and associated with social inequality, the environment, the community and the conduct of political representatives. The study also identified the need for constant actions and training events for members and associates in the most diverse areas that involve these organizations. As a technical product of this research, a collective conversation on Solidarity Economy was held, uniting ALAC and ACAMAR, the community, the government and the university, in order to value and give visibility to the important role of these associations.

**Keywords:** Solidarity economy. Participatory Democracy. Political Participation.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de homens e mulheres nas associações .....	102
Tabela 2 – Faixa etária das associadas e associados .....	103
Tabela 3 – Raça ou cor das associadas e associados .....	103
Tabela 4 – Escolaridade das associadas e associados .....	104
Tabela 5 – Renda familiar das associadas e associados .....	104
Tabela 6 – Número de pessoas sustentadas com a renda familiar .....	105
Tabela 7 – Motivação para se tornar membro da associação .....	106
Tabela 8 – Tempo de ingresso nas associações .....	106
Tabela 9 – Conhecimento das associadas e associados sobre economia solidária .....	107
Tabela 10 – Participação das associadas e associados em curso ou evento sobre economia solidária .....	108
Tabela 11 – Conhecimento das associadas e associados sobre autogestão .....	108
Tabela 12 – Participação das associadas e associados em curso sobre autogestão .....	109
Tabela 13 – Interesse das associadas e associados em participar da diretoria .....	110
Tabela 14 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: você gostaria de realizar alguma atividade na Diretoria? Se não, porque? .....	110
Tabela 15 – Participação das associadas e associados nas principais decisões da associação .....	111
Tabela 16 – Direito de participar das associadas e associados .....	111
Tabela 17 – Efetividade da participação das associadas e associados .....	112
Tabela 18 – Instâncias de deliberação das associações .....	113
Tabela 19 – Frequência de realização das assembleias ou reuniões nas associações .....	114
Tabela 20 – Tipo de decisões tomadas nas assembleias ou reuniões .....	115
Tabela 21 – Liberdade de expressão nas assembleias ou reuniões .....	116
Tabela 22 – O que as associadas e associados consideram ao votar nas assembleias ou reuniões .....	117
Tabela 23 – Como são resolvidos os conflitos nas associações .....	117
Tabela 24 – Frequência de realização da eleição para diretoria nas associações .....	118
Tabela 25 – Eleição de novos membros para a diretoria das associações .....	119
Tabela 26 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Quando ocorre eleição para diretoria, novos associados(as) são eleitos(as)? Se não, porque? .....	119
Tabela 27 – Conhecimento sobre os assuntos pertinentes à associação .....	120

Tabela 28 – Meio de comunicação entre as associadas e associados.....	120
Tabela 29 – Nível de comprometimento de cada associada e associado.....	121
Tabela 30 – Conforme a resposta da pergunta anterior, descreva porquê você se considera assim.....	122
Tabela 31 – Nível de comprometimento das associadas e associados aos olhos de seus pares.....	122
Tabela 32 – Conforme a resposta da pergunta anterior, descreva porquê você os(as) considera assim.....	123
Tabela 33 – Principais dificuldades das associações.....	125
Tabela 34 – Aprendizados das associadas e associados a partir da associação.....	127
Tabela 35 – Transformação na vida das associadas e associados a partir da associação.....	128
Tabela 36 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: O que mudou na sua vida após a entrada na associação? Porque?.....	129
Tabela 37 – Comportamento pessoal das associadas e associados a partir da associação.....	130
Tabela 38 – Transformações no comportamento pessoal das associadas e associados a partir da associação.....	130
Tabela 39 – Consciência das associadas e associados acerca dos problemas sociais.....	132
Tabela 40 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera que se tornou uma pessoa mais consciente dos problemas sociais (como fome, desemprego, desigualdade social etc.), depois que passou a fazer parte da associação? Se sim, porque?.....	132
Tabela 41 – Consciência das associadas e associados acerca dos problemas ambientais.....	133
Tabela 42 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera que se tornou uma pessoa mais consciente dos problemas ambientais relacionados ao nosso planeta (como falta de conservação das águas, solo, fauna e flora) depois que passou a fazer parte da associação? Se sim, porque?.....	134
Tabela 43 – Cooperação e solidariedade das associadas e associados.....	135
Tabela 44 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera que se tornou uma pessoa mais cooperativa e solidária depois que passou a fazer parte da associação? Se sim, porque?.....	135
Tabela 45 – Responsabilidade das associadas e associados.....	136

Tabela 46 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera que se tornou uma pessoa mais responsável depois que passou a fazer parte da associação? Se sim, porque? .....	136
Tabela 47 – Interesse das associadas e associados de estabelecerem contato com outras associações solidárias .....	137
Tabela 48 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera importante o contato com outras associações solidárias? Se sim, porque? .....	138
Tabela 49 – Participação das associadas e associados em movimentos sociais .....	139
Tabela 50 – Participação das associadas e associados em partidos políticos .....	139
Tabela 51 – Participação das associadas e associados em ações sociais ou comunitárias .....	139
Tabela 52 – Preocupação das associadas e associados com os problemas existentes em sua comunidade? .....	140
Tabela 53 – Como você acha que podem ser resolvidos os problemas existentes na sua comunidade? .....	141
Tabela 54 – Significado do termo política para as associadas e associados .....	141
Tabela 55 – Importância para as associadas e associados da participação ativa da população na política .....	142
Tabela 56 – Importância para os associados e associadas de escolherem seus representantes políticos .....	142
Tabela 57 – Fiscalização e cobrança dos representantes políticos .....	143
Tabela 58 – Opinião das associadas e associados sobre a compra e venda de votos nas eleições .....	143
Tabela 59 – Opinião das associadas e associados sobre político ter vantagem pessoal desde que façam alguma coisa pelo povo .....	144
Tabela 60 – Conhecimento das associadas e associados acerca dos principais componentes do sistema político brasileiro .....	145
Tabela 61 – Aprendizados das associadas e associados sobre política .....	146

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 OBJETIVOS.....	15
2.1 Objetivo geral .....	15
2.2 Objetivos específicos .....	15
3 REFERENCIAL TEÓRICO.....	16
3.1 Educação política e participação política.....	16
3.2 Economia solidária .....	19
3.2.1 Antecedentes históricos da economia solidária.....	21
3.2.2 O retorno da economia solidária .....	27
3.2.3 Economia solidária no Brasil .....	28
3.2.4 Economia solidária em Minas Gerais e na cidade de Lavras (MG).....	38
3.3 Democracia .....	42
3.3.1 A tradição socialista .....	47
3.3.2 Democracia liberal .....	63
3.3.3 Democracia participativa.....	72
3.4 Economia solidária e democracia participativa .....	79
4 PERCURSO METODOLÓGICO .....	94
4.1 Delineamento da pesquisa .....	94
4.2 Ambiente de concentração da pesquisa .....	95
4.3 Contextualização e procedimentos de coleta de dados .....	96
4.4 Análise de dados e resultados .....	101
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	102
5.1 Quem são as associadas e associados da ALAC e da ACAMAR?.....	102
5.2 Existem práticas políticas na ALAC e na ACAMAR?.....	109
5.3 Quanto à educação política dos(as) associados(as) .....	126
6 RELATÓRIO DO EVENTO INTITULADO “RODA DE CONVERSA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA” .....	149
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	156
REFERÊNCIAS .....	162
APÊNDICE A - Entrevista ALAC .....	169
APÊNDICE B - Entrevista ACAMAR.....	175
APÊNDICE C – Questionário aplicado às associadas e aos associados .....	181

## 1 INTRODUÇÃO

Em um contexto de crise do modelo de economia capitalista, caracterizada pelo desemprego e pela exclusão social é possível e necessário pensar em um outro tipo de economia, a solidária. Trata-se de experiências de mobilização e organização de trabalhadoras e de trabalhadores, embasadas nos princípios de solidariedade, cooperação, autonomia e gestão democrática que expressam práticas sociais significativas e mostram caminhos possíveis (LAVILLE; GAIGER, 2009).

A economia solidária, na maioria das vezes, surge a partir do momento em que pessoas que se encontram à margem da socialização, desempregadas, ou em condições de emprego precário, sem voz, se unem em empreendimentos solidários como, associações, cooperativas, clubes de troca, para em um primeiro momento suprirem suas necessidades econômicas e sociais (SINGER, 2001a).

Segundo esse mesmo autor, os empreendimentos econômicos solidários são geridos pelos seus associados, por meio de assembleias, prioritariamente, nas quais todos têm direito a voz e voto, de forma que a participação nos processos de tomadas de decisões é um aspecto muito importante desse modo de organização social. Essa participação caracteriza a democracia participativa, cujo resultado não se limita apenas às decisões, mas também ao maior controle das pessoas sobre a própria vida, assim como, o desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo.

A teoria da democracia participativa se desenvolve a partir da ideia central de que as pessoas e suas instituições não podem ser concebidas separadamente. As instituições representativas nacionais não são suficientes para a democracia. Dessa forma, a participação deve ser estendida à todas as esferas da vida cotidiana de modo que as ações e qualidades psicológicas essenciais ao cidadão possam ser desenvolvidas. Para a teoria democrática participativa a principal função da participação é educar o indivíduo para que ele possa viver em coletividade e para que essa seja organizada realmente sob os princípios da igualdade e da liberdade (PATEMAN, 1992).

Tendo em vista essas considerações, a presente pesquisa buscou elucidar os seguintes questionamentos: em que medida os empreendimentos de economia solidária promovem efetivamente a educação política dos(as) empreendedores(as) via participação política e como se realiza essa participação? E, além disso, que ações a Universidade Federal de Lavras (UFLA) pode promover para contribuir com essa educação política?

Por educação política pode-se compreender a ampliação do entendimento das pessoas sobre o funcionamento da política e da sociedade, cujo resultado é uma maior capacidade de escolha e interlocução com os seus representantes políticos e de fiscalização de seus atos (MIGUEL, 2017). Para avaliar em que medida os empreendimentos solidários promovem a educação política foram definidos os seguintes indicadores empíricos: o grau de conhecimento dos associados e associadas acerca do funcionamento da sociedade e da política, o nível de envolvimento e participação nas associações e na sociedade, e a participação em outros espaços políticos.

A pesquisa foi desenvolvida com dois empreendimentos solidários estabelecidos na cidade de Lavras, no sul de Minas Gerais, os quais foram: a Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária (ALAC) e a Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras (ACAMAR). A ALAC é uma associação de artesãos e praticantes da arte culinária, constituída em 1998 e composta por 64 associados e associadas que comercializam seus produtos por meio de uma feira, realizada semanalmente, na praça central do município. Já a ACAMAR é uma associação de catadores de materiais recicláveis, constituída também no ano de 1998 e possui 34 associados e associadas, que atuam recolhendo resíduos nos diversos bairros da cidade, os quais são vendidos posteriormente para geração de renda aos(as) associados(as).

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa foi o Estudo de Caso das referidas associações. Quanto à abordagem deste estudo, adotou-se a modalidade qualitativa. Os instrumentos utilizados foram: entrevistas semiestruturadas com os presidentes da ALAC e da ACAMAR para caracterização das associações; aplicação individualizada de questionários semiestruturados às associadas e associados da ALAC e da ACAMAR executada pessoalmente pela pesquisadora; observações realizadas durante o período de aplicação dos questionários.

A partir dos resultados do estudo, constatou-se que, embora haja a necessidade de fortalecimento dos processos democráticos da ALAC e da ACAMAR, foi possível identificar a presença de uma educação política nas condutas das associadas e associados, adquirida por meio da participação nas associações.

A escolha do tema dessa pesquisa nasceu de uma indagação e uma impressão pessoal, a saber: porque justamente as pessoas mais necessitadas e excluídas socialmente são também as que têm mais dificuldades para escolher, se posicionar ou tomar decisões que sejam melhores para elas próprias e para o coletivo que representam em espaços ou processos

políticos? Por espaço político, cabe esclarecer que este pode ser considerado todo e qualquer espaço de tomada de decisão como o trabalho, a casa, a instituição de ensino, entre outros (HELD, 1987).

Ao cursar de forma isolada as disciplinas de Economia Solidária e de Democracia e Movimentos Sociais, do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da UFLA, tive a oportunidade de pensar em uma possível resposta para meu questionamento. Pois, a disciplina de Democracia e Movimentos Sociais me proporcionou conhecer um pouco sobre as teorias da democracia participativa, que destacam que os ambientes participativos proporcionam uma educação política às pessoas que dele participam, tornando-as mais aptas para as tomadas de decisões. O que não acontece no sistema hierarquizado predominante hoje, ao qual a maioria das pessoas, principalmente as mais humildes, está submetida no seu dia a dia. Nesse tipo de sistema não existe incentivo para a participação, quando muito por meio das eleições para a escolha dos representantes. Já na disciplina de Economia Solidária, tive a oportunidade de conhecer outro tipo de economia, que se baseia na cooperação e na solidariedade, cuja gestão é participativa. Os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios associados que são também os trabalhadores dos empreendimentos. Dessa forma, surgiu o questionamento que busco elucidar com esta pesquisa.

Quanto à relevância acadêmica desta pesquisa pode-se citar o fato de que existem poucos estudos referentes à economia solidária sob a perspectiva da democracia participativa. Também ao fato de a pesquisa estar vinculada a um Programa de Pós-Graduação voltado para o Desenvolvimento Sustentável e Extensão, pois a economia solidária e seus princípios estão intimamente relacionados ao desenvolvimento sustentável.

No que se refere à relevância social da pesquisa, destaca-se que a economia solidária pode ser caracterizada como um movimento de resistência à exclusão social oriunda do modelo capitalista, nesse sentido, a pesquisa contribui para valorizar e dar visibilidade ao importante papel da economia solidária para a sociedade. Destaca-se ainda, que o desenvolvimento de ações que contribuam com os empreendimentos de economia solidária vem de encontro com compromisso social da Universidade Federal de Lavras. Além disso, o presente trabalho visa pensar estratégias de extensão na área de economia solidária para que a UFLA possa realizar no futuro a fim de fortalecer essa área no município de Lavras e em seu entorno.

No que tange à relevância pessoal do estudo, ressalta-se a oportunidade de elucidar questionamentos acerca do tema em questão e de trabalhar em uma área que tenho profundo

interesse; o crescimento profissional que a pesquisa proporcionará, possibilitando o engajamento em ações relacionadas ao meu ambiente de trabalho como administradora e servidora pública, voltadas para a economia solidária; e o alcance de progressão funcional na carreira de administradora pública federal.

Esta dissertação é composta por: introdução; objetivos da pesquisa; quatro capítulos de fundamentação teórica, quais sejam, educação política e participação política, economia solidária, democracia, e economia solidária e democracia participativa; resultados e discussões; relatório do evento de extensão realizado pela pesquisadora a partir da pesquisa, intitulado “Roda de Conversa sobre Economia Solidária”; considerações finais; e referências.

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral está associado com a proposta da pesquisa e pode ser descrito da seguinte forma: analisar em que medida os empreendimentos de economia solidária promovem a educação política dos(as) empreendedores(as) através da participação política e como se realiza essa participação, e que ações a Universidade Federal de Lavras pode promover para contribuir com essa educação política.

### **2.2 Objetivos específicos**

Considerando o objetivo geral, foram definidos três objetivos específicos. O primeiro consiste em analisar, sob a perspectiva da democracia participativa, como se efetivam as práticas políticas no âmbito da Associação de Artesãos e Arte Culinária de Lavras (ALAC) e da Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras (ACAMAR).

O segundo objetivo específico foi verificar se existe a presença de uma educação política nas condutas dos(as) empreendedores(as) das associações ALAC e ACAMAR. Já, o terceiro objetivo específico foi desenvolver, a partir da pesquisa realizada, ações de extensão que contribuam com a ALAC e a ACAMAR, assim como, para outros empreendimentos econômicos solidários.

Ressalta-se que foi realizada uma roda de conversa com essas associações e setores do poder público e da UFLA, desenvolvida conjuntamente com os empreendedores a partir de suas demandas e necessidades.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

Tendo em vista que a pesquisa buscou analisar em que medida os empreendimentos de economia solidária promovem a educação política dos empreendedores por meio da participação política, a discussão que se segue inicia elucidando os conceitos de educação política e participação política que foram adotados e logo em seguida aborda-se o importante tema da economia solidária. Nesse sentido, abre-se o debate a partir do conceito de economia solidária e o seu contexto histórico, quando e porque ele surge. Em seguida será tratado o conceito da economia solidária no contexto brasileiro, assim como, será abordado a questão da economia solidária no estado de Minas Gerais e particularmente na cidade de Lavras, onde essa pesquisa foi desenvolvida. Por fim, será apresentada de forma sucinta a história e as características das associações e cooperativas de catadores de material reciclável no país.

Feito isso, a discussão se remete a outra dimensão fundamental dessa pesquisa, que é a questão da democracia, na teoria política, destacando a corrente da democracia participativa e como esta concepção pode ser interessante para tratar o tema da economia solidária. Dessa forma, inicia-se o argumento com uma breve apresentação da ideia de democracia, na sequência aborda-se a teoria política socialista por entender que nela pode-se encontrar algumas raízes da economia solidária, e logo após discute-se brevemente sobre a tradição democrata liberal por se tratar do modelo de democracia dominante no mundo ocidental.

#### **3.1 Educação política e participação política**

Cabe elucidar ao leitor o que estamos chamando por educação política e por participação política, assim como, qual a perspectiva de política estamos adotando. Quanto à política, adotamos a perspectiva de David Held (1987) que diz que a política trata do poder, isto é, da competência das pessoas, órgãos e instituições sociais de mudar ou manter seu ambiente físico ou social. Assim, a política é um evento que ocorre em e entre todos os grupos, instituições formais e informais, transpassando a vida pública e a privada. Ela está presente em todas as atividades de cooperação, negociação e disputa pela utilização e

distribuição de recursos. Ela está envolvida em todas as atividades relacionadas à produção e reprodução da vida da sociedade. Também se encontra no centro do desenvolvimento de todos os problemas da sociedade de das formas coletivas de sua solução. Logo, a política é concebida como uma dimensão universal da vida humana e não algo exclusivo de um conjunto de organizações específicas.

No que se refere à educação política, esta pode ser compreendida como uma ampliação do entendimento das pessoas sobre o funcionamento da sociedade e da política, proporcionando uma maior capacidade de comunicação com seus representantes políticos e de fiscalização de suas ações. Por assim dizer, a educação política pode ser expressa de várias formas: na capacidade do cidadão de melhor avaliar os vínculos existentes entre as esferas públicas e privadas da vida humana; no desenvolvimento do seu interesse pelas coisas relacionadas à sua comunidade, ao meio ambiente e à sociedade de forma geral; na sua capacidade de interferir e opinar sobre o desempenho dos seus representantes; na sua competência para tomar decisões a nível local e nacional quando tiver oportunidade para tal, assim como, de avaliar o impacto das suas decisões; e na capacidade de também avaliar as consequências das decisões tomadas pelos representantes governamentais sobre sua vida e de seu ambiente (MIGUEL, 2017; PATEMAN, 1992).

A educação política, segundo a teoria democrática participativa, pode ser alcançada por meio da participação das pessoas em processos de tomada de decisão. Para tanto, com base nos argumentos de Pateman (1992), faz-se necessário o estabelecimento de uma sociedade participativa. Nesta sociedade, as oportunidades de participação devem ser estendidas para todas as áreas da vida social humana, no seio da família, nas escolas, nas instituições governamentais e principalmente, para o ambiente de trabalho, cujo local as pessoas passam a maior parte de suas vidas. Dessa forma, uma vez que consideramos que todos os espaços de tomada de decisão são políticos, denominamos as oportunidades de participação nos diversos locais, como participação política.

Ainda sobre a palavra participação, Pateman (1992) chama a atenção que devido ao grau de popularidade que o termo participação atingiu, o mesmo tem sido utilizado com sentidos bem diferentes por autores de diversas áreas, principalmente por aqueles voltados para questões da indústria e da administração. A autora destaca que a partir de suas análises de evidências empíricas relacionadas à participação no âmbito da indústria, foi possível verificar três principais sentidos ou maneiras de participação.

A primeira situação descrita por Pateman (1992) trata-se da utilização do termo participação de forma bem ampla, abrangendo qualquer circunstância onde aconteça um mínimo de interação social, a qual na maioria das vezes significa apenas o caso de uma pessoa em particular estar presente em uma determinada atividade em grupo ou reunião, mas não exercer nenhuma influência. Nesse caso, o termo participação é utilizado apenas como forma de persuasão de pessoas, grupos, ou empregados a aceitarem decisões já tomadas previamente por quem está no poder ou pela administração, se referindo às empresas. Situações como essa, onde não existe participação alguma nas tomadas de decisão, cujo objetivo é apenas criar um sentimento de participação nas pessoas, as quais apenas endossam as decisões tomadas pelo líder, a autora denomina por pseudoparticipação.

A segunda situação descrita refere-se a um tipo de participação na qual as pessoas participantes exercem influência sobre o líder e sobre a decisão a ser tomada, mas a palavra final, o poder de decidir é do líder e não do grupo. Tal situação é muito comum nas indústrias, onde os trabalhadores em situação permanente de subordinados quando podem participar, apenas irão influenciar a decisão dos superiores permanentes, ou seja, a administração. Nesses casos, a participação pode ser denominada como participação parcial porque a pessoa participante no processo, ou o trabalhador no ambiente de trabalho, não tem poder de decisão sobre o que está sendo deliberado, pode apenas influenciá-lo.

A terceira e última situação descrita por Pateman trata-se do contexto no qual grupos de pessoas ou trabalhadores atuam sem supervisão por parte de uma administração, e de forma autorregulada tomam suas próprias decisões. Nesse tipo de situação não existe duas partes com poderes diferentes, mas um grupo de pessoas iguais que precisam tomar suas próprias decisões a respeito das mais diversas situações, designações das tarefas, execução do trabalho, das questões financeiras, remunerações e outras. Nesses casos, a participação pode ser definida por participação plena, visto que, em um processo deliberativo cada membro participante possui poder igual decisão sobre o resultado final.

Embora a teoria da democracia participativa deixe implícito que para se obter os efeitos psicológicos da participação (como o sentimento de competência ou de eficiência subjacentes à educação política) seria necessário uma participação plena nos diversos espaços políticos, após uma análise da relação dos efeitos psicológicos que se mostraram oriundos da participação e suas diferentes formas, Pateman argumenta que, ao que tudo indica, mesmo sendo em pequenas doses, é bastante eficiente em seu impacto psicológico sobre as pessoas. Dessa forma, o simples sentimento de participação ou mesmo situações de pseudoparticipação

são capazes de proporcionar efeitos benéficos sobre a confiança e satisfação das pessoas em seus ambientes de trabalho. Logo, quanto maior for a participação, maiores serão os efeitos psicológicos.

### **3.2 Economia solidária**

A economia solidária<sup>1</sup> pode ser definida por um modo de produção que se caracteriza pela igualdade de direitos, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual (SINGER, 2008).

França Filho e Laville (2004) definem a economia solidária como uma outra economia, que se forma em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas cooperativistas e associativistas, nascidas na sociedade civil e nos espaços populares. Essas iniciativas apresentam diversas expressões, atuando em atividades de produção, consumo e serviço em uma rede própria, em alguns casos sem implicações monetárias, ou estabelecendo relações com o mercado e parcerias com os poderes públicos.

A Carta de princípios da Economia Solidária, construída em conjunto com os atores sociais na III Plenária da Economia Solidária em junho de 2003, publicada pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) aponta que:

A Economia Solidária constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável, socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida. E, apesar da diversidade de origem e dinâmica cultural, são princípios gerais da Economia Solidária: a valorização do trabalho humano; a satisfação das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2005).

Na citação acima, é possível observar a valorização das relações sociais dos seres humanos entre si e com a natureza, além de uma relação econômica voltada, prioritariamente, para o atendimento das necessidades e não para a simples acumulação de capital.

---

<sup>1</sup> Existem outras denominações para as práticas associativas solidárias que nesta pesquisa está sendo denominada como Economia Solidária, com exceção da parte que trata da economia solidária no Estado de Minas Gerais, cujo nome adotado no referido Estado para tais práticas foi Economia Popular Solidária. A adoção do termo Economia Solidária nesta pesquisa se deve ao fato de ser o termo adotado pelo Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Pode-se dizer que uma das principais diferenças entre economia capitalista e economia solidária é o modo como as empresas são administradas, sendo que a capitalista adota a administração hierárquica e a solidária aplica à autogestão. Ou seja, a empresa solidária é administrada democraticamente pelos próprios trabalhadores que são co-proprietários da mesma. O principal mérito da autogestão é o desenvolvimento humano que proporciona às pessoas que a praticam, pois, a participação coletiva nos debates e decisões educa e conscientiza as pessoas, tornando-as realizadas, autoconfiantes e seguras (SINGER, 2002).

Os principais meios de autogestão nos empreendimentos de economia solidária são as assembleias dos sócios, conselhos diretores e conselhos fiscais, sendo que a maior parte dos empreendimentos utiliza a assembleia como principal foro de deliberação, na qual cada sócio tem direito a voz e voto. As assembleias, consideradas formas de participação direta, possuem, geralmente, uma periodicidade semanal, mensal e trimestral (LOCKS; GUGLIANO, 2013).

O conceito de empreendimento solidário abrange as diversas formas de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores e trabalhadoras, nas quais a cooperação é a base de sua eficiência e viabilidade. Os empreendimentos estão presentes no campo e nas cidades, nos setores de produção, prestação de serviços, comercialização e crédito. Apresentam-se sob a forma de cooperativas, grupos de produção e comercialização, associações, empresas de autogestão, clube de trocas, entre outras. É importante destacar que o conceito de empreendimento solidário foi construído coletivamente pelos atores sociais por meio do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (GAIGER, 2009).

Habermas (1989, p. 44 citado por LAVILLE, 2016, p. 371) diz que a associação voluntária é “um conceito sociológico que permite conceber relações engendradas espontaneamente e livres de dominação de modo não contratualista” e assim, se libertar de um pensamento individualista. Destarte, as associações voluntárias e a vida associativa podem atuar como principal meio para um sentido de compromisso público, ou seja, um desenvolvimento de ações pautadas na coletividade.

O poder da ação coletiva não fica restrito ao âmbito de uma associação, mas se estende para a comunidade a qual ela está inserida. As iniciativas de economia solidária possuem uma finalidade multidimensional, pois, além da dimensão econômica, as organizações incorporam as dimensões social, cultural, ecológica e política, abrangendo a esfera política. A questão econômica torna-se o meio para atingir o objetivo do empreendimento, que tem como prioridade aspectos sociais, políticos e ecológicos, portanto,

não se restringe apenas aos seus membros, mas também ao seu entorno, à sociedade, ou seja, às questões públicas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

### **3.2.1 Antecedentes históricos da economia solidária**

A tradição associativa com base na cooperação e na solidariedade é bem mais antiga do que se pode imaginar. Há cerca de mil anos atrás ocorria um importante processo de transição na península italiana. Na era medieval, por volta de 1100, surgiram na Itália duas formas diferentes e inovadoras de organização política, que resultaram em grandes consequências sociais, econômicas e políticas. No sul da Itália, após a queda do sistema imperial, foi fundado um novo regime por mercenários normandos do norte da Europa com sede na Sicília. Um modelo avançado no que se referia a parte administrativa e econômica (pelo menos até determinado momento), mas que no campo social e político continuou sendo fortemente autocrático, manteve os direitos feudais dos barões, e questionar a autoridade real implicava em cometer sacrilégio. A monarquia tinha um papel de semidivindade, cujo governo era exercido (primeiro por Rogério II, depois por Frederico II) com base no respeito associado ao terror e, às vezes, até mesmo à crueldade (PUTNAM, 2006).

Ao contrário do Sul, no Norte o poder imperial não conseguiu ser restabelecido. Nas cidades da Itália setentrional e central surgiu uma forma de governo autônomo diferente do resto de toda a Europa Medieval. Um republicanismo comunal foi devagar se transformando na principal alternativa frente ao sistema de vassalagem feudal predominante. Tanto o modelo autocrático de Frederico II, como o novo sistema republicano, surgiu como reações diante da violência e à anarquia que dominavam a Europa Medieval, visto que, as rixas das famílias aristocráticas haviam arrasado o campo e as cidades no Sul e no Norte. Todavia, a solução encontrada pelo Norte diferiu-se bastante do Sul, baseando-se mais na cooperação horizontal que na hierarquia verticalizada. Por volta do século XII, de Roma até os Alpes, nas principais cidades dessa região, foram constituídas comunas, cujas origens se encontram nas associações voluntárias formadas por grupos de vizinhos que juraram se ajudar mutuamente com o objetivo da proteção comum e colaboração econômica (PUTNAM, 2006).

De acordo com esse mesmo autor, embora essas comunas não fossem democráticas no sentido verdadeiro da palavra, pois a minoria da população tinha direitos políticos, o nível de participação popular na vida pública era surpreendente, principalmente se comparados com os regimes contemporâneos europeus, inclusive o próprio Sul da Itália. Os conselhos municipais

eram compostos por muitos membros, a depender do tamanho da cidade, chegavam a ser milhares, cuja maioria participava ativamente das deliberações. Os governantes de uma república comunal respeitavam os limites impostos de forma legítima ao seu poder.

A partir da evolução da vida comunal, artesãos e comerciantes começaram a criar as chamadas guildas para mútua assistência, as quais não tinham apenas finalidades sociais, mas também profissionais. As obrigações dos membros eram regimentadas em estatutos, que caso fossem descumpridas, implicaria em penalidades sociais. Além das guildas, novas formas de solidariedade começaram a surgir a nível local, como: associações comunitárias; associações paroquiais que se tornaram responsáveis por administrar os bens da igreja local e eleger seu sacerdote; associações religiosas para mútua assistência; sociedades comerciais; e sociedades de segurança mútua. Os conflitos existentes nas associações e entre elas eram mediados por pessoas externas competentes, de forma a impedir a desintegração da sociedade. Assim, essa estrutura de vida associativa, juntamente com novos hábitos republicanos proporcionaram à comuna da Itália Medieval um caráter social único, denominado de comunidade cívica (PUTNAM, 2006).

No início do século XIV, conflitos internos, a fome, a Peste Negra (que causou profunda devastação) e a Guerra dos Cem anos começaram a danificar o tecido social, enfraquecendo o espírito da comunidade cívica e a subsistência do governo republicano. Além de todos esses fatores as disputas entre as forças militares e religiosas também pressionavam as repúblicas. Com a ajuda dos exércitos mercenários, os déspotas e suas famílias conseguiram o domínio político. No século XVII, todas as cidades do centro e do norte da Itália deixaram de ser repúblicas. Não obstante, o republicanismo comunal do Norte tenha passado por um período de obscurantismo após o século XIV, quando as revoluções democráticas que arrasaram a Europa no século XIX chegaram na Itália, era possível verificar as diferenças regionais em relação à cultura e a estrutura das sociedades que ali se expressaram há sete séculos. Essas diferenças influenciaram no modo como essas regiões encararam as mudanças, de forma que as cidades do centro e do Norte, as quais no passado tinham por base a cooperação e a participação cívica, se mostraram mais aptas diante dos novos desafios e oportunidades (PUTNAM, 2006).

Segundo esse mesmo autor<sup>2</sup>, o século XIX foi um período excepcional na vida associativa da maior parte da Europa Ocidental, principalmente entre as camadas populares da

---

<sup>2</sup> Não é de aprofundar aqui a análise do argumento de Putnam, mas cumpre notar que a pesquisa realizada por esse autor durante décadas demonstrou haver uma forte correlação entre as práticas comunais e republicanas e o bom desempenho das instituições políticas. Comparando as mais de vinte

população. Apesar dos governos liberais da Itália, França e de outros países tentarem extinguir e desencorajar qualquer vestígio de associação, isso não foi o que ocorreu nas aldeias e cidades do continente. As primeiras consequências da Revolução Industrial, seja no campo ou nas cidades, estimularam ainda mais o surgimento de novas formas de solidariedade social e de organização da economia. Em uma época de desordem e insegurança, muitos procuravam amparo na cooperação entre seus iguais.

Os argumentos apresentados até o momento retratam uma tradição associativa surgida no norte da Itália antiga por volta do primeiro milênio e como se deu esse processo até os primórdios da Revolução Industrial. Revolução esta, que causou transformações profundas nas sociedades, cujo início se deu na Inglaterra e cujos efeitos se relacionam também com as origens da economia solidária, conforme relata-se a seguir.

Logo, Singer (2002), atribui o surgimento da economia solidária ao o advento do capitalismo industrial. A Grã-Bretanha foi o berço da Primeira Revolução Industrial, as condições de trabalho nas fábricas eram péssimas, associadas a um número excessivo de horas de trabalho, adultos e crianças eram explorados sem nenhuma proteção legal. Como resultado, tinham-se níveis elevados de debilidade e mortalidade dos trabalhadores, o que obviamente impedia o aumento da produtividade. Diante disso, alguns proprietários de indústrias mais esclarecidos começaram a sugerir leis que pudessem proteger os trabalhadores. O britânico Robert Owen, um dos primeiros pensadores da tradição socialista, era uma dessas pessoas, proprietário de um grande complexo têxtil em New Lanark, na primeira década do século XIX, reduziu a jornada de trabalho, proibiu o emprego infantil e construiu escola para as crianças. O bom tratamento dado aos funcionários resultou no aumento da produtividade da empresa tornando-a mais lucrativa, o que despertou o interesse de indivíduos do mundo inteiro.

Ainda de acordo com esse autor, após o período de guerras na Europa, provocado pela Revolução Francesa de 1792, que se encerrou em 1815, a Grã-Bretanha se encontrava em uma profunda depressão econômica. Em 1817, no intuito de ajudar as vítimas da pobreza e recuperar a economia, Owen propôs ao governo britânico que o recurso destinado para sustento dos pobres, em vez de ser meramente distribuído, fosse utilizado para compra de terras e construção de aldeias cooperativas, onde em cada uma viveria um determinado

---

províncias italianas, Putnam concluiu que a pré-existência dessas práticas, ou ainda da comunidade cívica, é determinante para o bom funcionamento das instituições da democracia. De outro lado, onde tal comunidade é fraca, os vínculos de solidariedade são limitados ao círculo familiar, a confiança se generaliza e as instituições da democracia não conseguem lograr seus objetivos.

número de pessoas trabalhando na terra e em indústrias, produzindo para sua própria subsistência e os excedentes poderiam ser trocados entre aldeias. Segundo Owen, além de economizar nos gastos com os pobres, uma vez inseridos na produção, em pouco tempo o recurso investido voltaria para os cofres públicos.

Apesar da ótima proposta apresentada por Owen, ressalta Singer (2002), o governo britânico se negou a implementá-la. As classes mais altas percebendo as verdadeiras intenções dos planos de Owen, que se tratava de verdadeira mudança social, deixaram de admirá-lo. Desapontado, ele se mudou para os Estados Unidos disposto a criar em uma sociedade mais nova uma Aldeia Cooperativa que serviria de modelo para o mundo. Essa aldeia foi criada em 1825, na cidade de New Harmony, no estado de Indiana, mas durou pouco, sofrendo logo várias divisões. Owen ficou à frente da aldeia até 1829, quando, mais uma vez, decepcionado, retornou para a Inglaterra.

Enquanto Owen esteve nos Estados Unidos, seus seguidores começaram a criar sociedades cooperativas por toda parte. Um grupo de jornalistas e gráficos de Londres criou a primeira cooperativa owenista e em 1821 publicaram o primeiro jornal cooperativo. No ano de 1827, na cidade de Brighton, na Inglaterra, surgiu a *Co-operative Trading Association* (Associação Cooperativa de Troca de Brighton). Apesar de ter o objetivo de fundar uma comunidade cooperativa owenista, a associação iniciou suas atividades com um armazém cooperativo com a finalidade de constituir um capital, cujos sócios em sua maioria eram operários. A associação arrendou terras e passaram a cultivar legumes para serem vendidos no armazém. Várias cooperativas surgiram e se desenvolveram a partir desta primeira, não só em Brighton, mas em outras cidades também (SINGER, 2002).

Quando Owen retornou à Inglaterra foi um grande incentivador desse comércio sem intermediários e criou a *National Equitable Labour Exchange* (Bolsa Nacional de Trabalho) para garantir aos cooperados um local onde pudessem trocar seus produtos. Em 1833, Owen assumiu a liderança da luta dos sindicatos, que estava em ascensão contra os empregadores capitalistas na disputa pelo mercado por meio das cooperativas operárias. Assim, o recém-nascido cooperativismo já se colocava como um modelo de produção alternativo ao capitalismo (SINGER, 2002).

Contudo, esse mesmo autor destaca que os empregadores já haviam começado a reagir, tanto no ramo da construção, quanto no da indústria têxtil, de modo que eles fizeram um *lockout* e demitiram todos os empregados sindicalizados. Foi nessa mesma época que Owen propôs aos trabalhadores no Parlamento que eles tomassem a indústria capitalista e se

organizassem em cooperativas. Como reação, os operários abriram cooperativas e tentaram vender seus produtos nas bolsas de trabalho de todo o país. Mas, diante da forte hostilidade do governo e da crescente militância dos empregadores, os sindicalistas foram perdendo as forças e as associações de ofício foram se retirando do sindicato, que no final do ano de 1834, se extinguiu.

Outro antecedente importante da economia solidária são as cooperativas de consumo. A mais famosa cooperativa de consumo foi sem dúvida nenhuma a dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, fundada em 1844, situada no norte da Inglaterra. Seus fundadores foram 28 operários qualificados de diversas áreas, muitos seguidores de Owen, e em poucas décadas os pioneiros conseguiram formar, na sua melhor fase, um conglomerado com mais de 10.000 sócios. Essa cooperativa foi uma importante difusora do cooperativismo de consumo e também de produção na Europa na metade do século XIX (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Segundo Singer (2002, p. 40):

O impulso para a criação da cooperativa pode ter sido a derrota de uma greve de tecelões em 1844. Adotaram uma série de princípios, que seriam depois imortalizados os princípios universais do cooperativismo: 1) que nas decisões a serem tomadas cada membro teria direito a um voto, independentemente do quanto investiu na cooperativa; 2) o número de membros da cooperativa era aberto, sendo em princípio aceito quem desejasse aderir. Por isso este princípio é conhecido como o da “porta aberta”; 3) sobre capital emprestado a cooperativa pagaria uma taxa de juros fixa; 4) as sobras seriam divididas entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa; 5) as vendas feitas pela cooperativa seriam sempre feitas à vista; 6) os produtos vendidos pela cooperativa seriam sempre puros (isto é, não adulterados); 7) a cooperativa se empenharia na educação cooperativa; 8) a cooperativa manter-se-ia sempre neutra em questões religiosas e políticas.

Esse mesmo autor destaca que a criação desses princípios foi algo muito importante e ressalta que o primeiro princípio garante a democracia e a prioridade do trabalho sobre o capital. As cooperativas que não adotaram esse princípio e aderiram ao voto conforme o capital investido, se transformaram em sociedades de capital, e não de trabalhadores. Ressalta ainda, que atualmente o voto por indivíduo cooperado é essencial para que haja democracia e autogestão. Quanto ao princípio da educação cooperativa, Singer relata ser também uma herança de Owen, que acreditava que a educação (ou a falta dela) é o que molda os homens. Portanto, o cooperativismo deveria ser ensinado não só aos cooperados, mas ao público em geral para encontrar apoio em seus propósitos. Nesse sentido, entende-se que esta visão da educação cooperativa e sua prática converge para o que está sendo chamado nesta pesquisa de educação política.

Ao lado das cooperativas de produção e de consumo foram criadas as cooperativas de crédito na Alemanha, idealizadas por Schulze-Delitsch e Raiffeisen que adotaram os mesmos princípios de Rochdale, assim como outros tipos de cooperativas de crédito surgiram na Itália e no Canadá, criadas por Luzzatti e Desjardin, respectivamente (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Na Itália, o movimento cooperativista na segunda metade do século XIX foi bastante significativo, conforme discorre Putnam (2006). Em torno de 1850, principalmente no Centro e no Norte da Itália, foram criadas associações de mútua assistência (com funções diversificadas que iam desde auxílio financeiro para vários infortúnios até prestação de serviços educacionais) para ajudar os artesãos urbanos a enfrentar as dificuldades sociais e econômicas. Nessa mesma época, geralmente sob o amparo das associações de ajuda mútua, começaram a surgir organizações cooperativas, não apenas de crédito, mas em diversos setores econômicos, cooperativas de produtores, de consumidores, agrícolas, de trabalhadores, bancos rurais e outras. Uma característica diferente das cooperativas italianas em relação ao movimento cooperativo em grande parte da Europa era a sua força entre os trabalhadores rurais analfabetos do interior. No Norte, grupos de camponeses sem terras formaram cooperativas para disputar contratos de obras públicas e contornar o desemprego no período do inverno.

Já na França, o movimento associativista se manifestou na primeira metade do século XIX sob a forma de clubes populares, congregações religiosas, lojas e grupos maçônicos, clubes de camponeses, principalmente associações de ajuda mútua com a finalidade de amparo financeiro às despesas com doenças, acidentes e funerais. Diversas associações eram constituídas, em sua maioria, por pessoas das classes inferiores, mas também contavam com a liderança de alguns pequenos burgueses intelectuais. Esses grupos não eram declaradamente políticos, mas tinham afinidades com alguma das correntes políticas francesas. Putnam (2006) destaca que a interação social e as práticas organizacionais dentro desses grupos alargaram o campo de visão dos membros, proporcionando a eles conscientização política e engajamento político. Esse mesmo autor cita que, a partir da restauração da vida de diversas cidades do Sul da França nesse período, feita pelo historiador Maurice Agulhon (1982), foi possível verificar o modo como o movimento cultural de 1830 em diante contribuiu fortemente para as revoluções populares de 1848.

Diante do exposto, pode-se observar que a economia solidária possui uma origem plural, ancorada em diversos movimentos sociais com base na associação e na cooperação.

Entretanto, essas ações passam por um período de inércia devido a vários fatores e ressurgem com ainda mais força no século XX, o que será visto na seção seguinte.

### 3.2.2 O “retorno” da economia solidária

As ações pioneiras do século XIX foram fortemente reprimidas na Europa e aos poucos reduziram-se, ao passo que a economia de mercado crescia e se tornava sinônimo de acesso a uma vida de abundância. O crescimento do movimento operário e as conquistas obtidas pelos sindicatos melhoraram as condições de vida dos assalariados, proporcionando-lhes melhores salários, menos horas de trabalho e acesso à seguridade social. Os direitos conquistados e a situação de pleno emprego que ocorreu durante os trinta anos posteriores à Segunda Guerra Mundial reconciliou os trabalhadores com o assalariamento, cuja maioria perdeu o entusiasmo pela autogestão (LAVILLE; GAIGER, 2009).

Em meados dos anos setenta, com o avanço do neoliberalismo no mundo, esse cenário mudou completamente com o retorno do desemprego em massa e nas décadas seguintes grande parte da produção industrial foi levada para países onde as conquistas do movimento operário não se efetivaram. O resultado disso foi a extinção de milhares de empregos formais devido a desindustrialização dos países desenvolvidos e semidesenvolvidos como o Brasil. Conseqüentemente, os sindicatos perderam suas forças com a perda da sua base militante. Postos de trabalho com possibilidade de progressão na carreira e direitos garantidos se tornaram privilégios de poucos. Inclusive houve uma decadência na situação daqueles que permaneceram empregados, pois tiveram que abrir mão de alguns direitos e até aceitar redução de salários, devido à pressão do grande desemprego. Singer (2002, p. 111) destaca que:

Como resultado, ressurgiu com força cada vez maior a economia solidária na maioria dos países. Na realidade, ela foi reinventada. Há indícios da criação em número cada vez maior de novas cooperativas e formas análogas de produção associada em muitos países. O que distingue este “novo cooperativismo” é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento. Essa mudança está em sintonia com outras transformações contextuais que atingiram de forma profunda os movimentos políticos de esquerda.

Ressalta-se na citação acima como a questão democrática e o valor destinado a ela é abordado explicitamente pelo autor, fato que reforça o argumento que está sendo

desenvolvido na presente pesquisa acerca da relação entre a economia solidária e a concepção da democracia participativa.

No tocante à reinvenção da economia solidária não é mérito apenas das pessoas desempregadas e em condições de exclusão social. No Brasil, ela se deve principalmente ao apoio de várias entidades ligadas à Igreja Católica, assim como, aos sindicatos e às universidades. Essas instituições disseminam os princípios do cooperativismo que se fazem necessários para a criação de empreendimentos solidários entre àqueles que se encontram sem ocupação, além de capacitá-los em autogestão, dar assistência na realização das atividades e favorecer a construção do relacionamento interpessoal da cooperativa (SINGER, 2002).

Laville e Gaiger (2009) afirmam que a gênese das iniciativas de economia solidária se deve também a alguns fatores específicos, como a compatibilidade entre práticas costumeiras de economia e os formatos associativos, o histórico de cooperação entre as categorias envolvidas, assim como os exemplos de experiências que obtiveram sucesso e provaram a viabilidade dessas iniciativas e que motivaram intelectuais e ativistas a uma articulação de redes, ampliando as possibilidades de ações políticas.

Sobre as mudanças nas políticas, Laville e Gaiger (2009) destacam que a queda do socialismo abriu o caminho para novas experiências sociais e novas articulações estratégicas, ajudando a mudar os modelos de militância política. A chegada de representantes de esquerda ao poder, por exemplo, em alguns países da América Latina e na França colocaram em prática as questões de compatibilidade da economia solidária com a economia de mercado, forçando a busca por soluções reais defendidas por esses representantes.

### **3.2.3 Economia solidária no Brasil**

De acordo com Singer (2002) o cooperativismo foi trazido para o Brasil pelos imigrantes europeus no começo do século XX, na forma de cooperativas de consumo nas áreas urbanas e de cooperativas agrícolas no campo. As de consumo eram geralmente vinculadas a empresas e tinham a finalidade de ofertar produtos com melhores preços aos trabalhadores, mas a chegada das grandes redes de hipermercados tomou conta do mercado e provocou o fechamento da maioria das cooperativas desse tipo. As agrícolas se expandiram e algumas se tornaram grandes empresas agroindustriais. Entretanto, ambas não eram e não são autogeridas, atuam com pessoas assalariadas em todos os níveis e, por isso, não são consideradas integrantes da economia solidária.

Como dito acima, a crise social das décadas de 1980 e 1990, desencadeada pela desindustrialização e a perda de milhares de postos de trabalho, fez com que a economia solidária renascesse no país. Ela aderiu, de maneira geral, ao modelo de cooperativa ou associação produtiva de diversas modalidades, caracterizadas sempre pela autogestão (SINGER, 2002).

Segundo França Filho (2007), a economia solidária no Brasil é composta por quatro categorias de atores ou instâncias organizativas. Na primeira categoria se encontram as organizações de primeiro nível, isto é, os empreendimentos econômicos solidários (EES). A segunda são organizações de segundo nível, representadas pelas entidades de apoio e fomento (EAF). A terceira categoria é constituída, basicamente, por modelos de auto-organização política como as redes e fóruns de economia solidária. A quarta categoria se refere às políticas públicas de economia solidária, por exemplo, a rede de gestores de políticas públicas de economia solidária, a Secretaria Nacional para a Economia Solidária (SENAES), e outras ações envolvendo os Estados e Municípios.

As organizações de primeiro nível, ou seja, os empreendimentos econômicos solidários constituem a parte principal do campo da economia solidária. São formas de auto-organização socioeconômica que possuem caráter heterogêneo, pois coexistem dentro deste campo cooperativas de trabalho e produção; organizações de trabalhadores que recuperam a massa falida de empresas e criam um sistema de autogestão; bancos cooperativos; associações de serviços e outros (FRANÇA FILHO, 2007).

Segundo Singer (2002), a tomada de empresas falidas ou condenadas a falir por seus trabalhadores, que as assumem como cooperativas autogestionárias, foram casos isolados nos anos de 1980. O movimento ganhou força no início no ano de 1991 com a falência de uma empresa calçadista de Franca (SP), que deu lugar à criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), à qual se filiaram mais de cem cooperativas. A União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo (UNISOL) também desenvolve a mesma atividade de estímulo e apoio à transformação de empresas com dificuldades em cooperativas de seus trabalhadores.

Sobre as entidades de apoio, Singer (2002) discorre que ainda na década de 80, a entidade Cáritas, ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenos projetos denominados Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Uma boa parte desses projetos tinha a finalidade de gerar trabalho e renda para moradores das periferias das metrópoles e da zona rural do país. Muitos acabaram se tornando

empreendimentos de economia solidária, alguns dependentes da ajuda da Cáritas e outros conseguiram se manter economicamente por meio da venda de sua produção no mercado.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também decidiu promover a agricultura sob a forma de cooperativas autogestionárias, constituindo outra modalidade de economia solidária no Brasil. Para tanto, criou, nos anos de 1989-90, o Sistema Cooperativista dos Assentados, que conta com diversas cooperativas distribuídas em vários estados brasileiros, cujas formas principais de primeiro nível são: cooperativas de produção agropecuária, de prestação de serviços e de crédito (SINGER, 2002).

Outro exemplo de EAF é composto pelas Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs), criadas por instituições universitárias, que mantêm cooperativas e grupos de produção associada e exercem papéis importantes no campo da economia solidária. As ITCPs desenvolvem ações de capacitação em economia solidária para os empreendedores, proporciona apoio técnico e jurídico para viabilizar seus empreendimentos, o que os auxilia a sair da informalidade e da precariedade e favorece o alcance de uma renda digna a seus participantes. Um segundo papel que as ITCPs desempenham é o de articulação de novas políticas públicas no âmbito de geração de trabalho e renda. Já o terceiro refere-se à organização das ITCPs que criaram uma rede no intuito de se reunirem para troca de experiências, assim como, darem consistência e suporte às dinâmicas e políticas das práticas de economia solidária no país (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009).

Conforme discorre Singer (2002), a rede de ITCPs foi constituída em 1999 e nesse mesmo ano a rede se filiou à Fundação Unitrabalho. A Unitrabalho reúne mais de oitenta universidades e presta serviços em diferentes áreas do movimento operário, sendo que desde 1997 desenvolve um programa de estudos e pesquisas sobre economia solidária. Também em 1999, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), juntamente com a Unitrabalho e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), criou a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS). A ADS tem disseminado conhecimentos sobre economia solidária entre líderes de sindicatos e militantes de entidades de fomento da economia solidária por meio de cursos de pós-graduação em diversas universidades em parceria com a Unitrabalho.

No ano de 2001 ocorreu o I Fórum Social Mundial (I FSM), realizado na cidade de Porto Alegre (RS), que reuniu 16.000 pessoas vindas de 117 países com a finalidade de se contrapor à globalização neoliberal, bem como aos debates do atual modelo econômico capitalista e de buscar a emancipação social. Em torno de 1.500 pessoas participaram da

oficina “Economia Popular Solidária e Autogestão”, na qual se discutiu a auto-organização dos(as) trabalhadores(as), políticas públicas e perspectivas econômicas de trabalho e renda. Diante da manifestação de interesses e a necessidade de articular a participação nacional e internacional do I FSM, constituiu-se o Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária (GT Brasileiro), composto de redes e organizações de diversas práticas associativas do segmento popular solidário. O GT brasileiro buscou a unidade na diversidade, a fim de se construir um movimento político forte, e proporcionar a construção da identidade no campo da denominada “Economia Solidária”. Foi a partir deste grupo que se propôs a constituição de um fórum de dimensão nacional (FBES, 2021).

No final de 2002, o GT Brasileiro organizou a I Plenária Brasileira de Economia Solidária na cidade de São Paulo. Na ocasião, foi elaborada e aprovada uma carta ao governo Lula, intitulada “Economia Solidária como Estratégia Política de Desenvolvimento”, constando as diretrizes gerais da economia solidária e a reivindicação da criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES). A II Plenária Nacional aconteceu em janeiro de 2003, em Porto Alegre (RS) por ocasião do III Fórum Social Mundial, onde o intuito de criar uma instância nacional se fortaleceu e uma agenda de mobilização nacional envolvendo os estados foi construída (FBES, 2021).

Em junho de 2003 foi realizada a III Plenária Brasileira de Economia Solidária, que contou com a participação de 900 pessoas de diversas partes do país. Nesse evento foi criada, definitivamente, a denominação Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), sendo que a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) foi constituída um pouco antes dessa ocasião e vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego. O FBES ficou encarregado de articular e mobilizar as bases da economia solidária pelo país e iniciou-se um processo de interlocução entre o FBES e a SENAES, com o objetivo de promover um intercâmbio qualificado de interesses econômicos, sociais e políticos (FBES, 2021)

Assim, o FBES se identifica como um instrumento do movimento da Economia Solidária, um espaço de articulação e diálogo entre diversos atores e movimentos sociais pela construção da economia solidária como base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico para o Brasil e está organizado em todo o país com mais de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais que envolvem mais de 3 mil empreendimentos de economia solidária, 500 entidades de apoio e fomento, 12 governos estaduais e 200 municípios pela Rede de Gestores em Economia Solidária (FBES, 2021).

Outra consequência da III Plenária foi a solicitação dos EES à SENAES para que convocasse um encontro nacional exclusivamente de empreendimentos com a finalidade de consolidar sua identidade. Em 2004 a demanda foi atendida e o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária reuniu 2.400 representantes em Brasília. Também foi fruto das discussões da III Plenária a inclusão na agenda política da formação em economia solidária. Desse modo, no mês de outubro de 2005, a SENAES juntamente com o FBES realizou em Brasília a I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária com o objetivo de compartilhar e discutir experiências relevantes e representativas de formação em Economia Solidária desenvolvidas no âmbito nacional, assim como, estabelecer estratégias para as políticas públicas nessa área (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006; SINGER, 2009).

A I Oficina Nacional de Formação/Educação em Economia Solidária contou com a presença de 40 representantes de 22 estados atuantes de diversas áreas, dentre elas: entidades de apoio e fomento, empreendimentos, redes de articulação regionais e nacional, incubadoras das universidades, entre outras. Primeiramente as experiências foram agrupadas em dois temas: formação de formadores e experiências de formação para EES. Na sequência, destacaram-se cinco pontos do processo formativo, quais sejam, princípios para formação em economia solidária, conteúdos, metodologias, processos de sistematização e avaliação e relação com as políticas públicas. Cada tema foi debatido por um grupo que produziu um conjunto de proposições que foram discutidas em plenária ao final da oficina, a partir das quais se definiram encaminhamentos para a continuidade do processo de formação/educação em economia solidária, dentre eles a construção de uma proposta de formação da Rede Nacional de Formadores em Economia Solidária (OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006).

No ano de 2006, a economia solidária conquistou um novo e importante âmbito institucional para negociações entre o Estado e o movimento, que foi o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), com formação composta por representantes do governo, dos empreendimentos de economia solidária, cuja representação tem o maior número e de entidades de apoio e fomento. Nesse mesmo ano, também em Brasília, a partir da realização de conferências estaduais, realizou-se a I Conferência Nacional de Economia Solidária (Conaes), cujo tema foi “Economia Solidária como Estratégia de Política e Desenvolvimento” e teve como objetivo discutir as resoluções sobre a participação no Conselho e propostas para políticas públicas para a economia solidária. Dada à sua importância, a temática da formação

também foi debatida na Conferência e colocada pelos grupos de trabalho como primeira prioridade para desenvolvimento de políticas públicas. (CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2006; FBES, 2021; SINGER, 2009).

Diante da necessidade de se conhecer a realidade da economia solidária no país e de subsidiar a formulação de políticas públicas, a SENAES e o FBES decidiram fazer um amplo mapeamento da economia solidária no Brasil. O primeiro mapeamento foi realizado, no período de 2005 a 2007, no qual 21.859 empreendimentos econômicos de base coletiva e autogestionária foram identificados e caracterizados. Esse primeiro mapeamento deu origem ao Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), o que possibilitou acesso público aos dados (GAIGER, 2014).

Em 2009, como consolidação da construção de políticas públicas na área da formação, por meio da SENAES foi inaugurado em Brasília o Centro Nacional de Formação em Economia Solidária (CFES Nacional), com o objetivo de formar educadores populares, agentes de desenvolvimento, gestores públicos e formadores que atuam com economia solidária (BRASIL, 2009).

O CFES Nacional também tem a finalidade de coordenar a estruturação da Rede CFES como um serviço nacional de fortalecimento e promoção da Educação em Economia Solidária focado em quatro eixos: educação e desenvolvimento; finanças solidárias; produção comercialização e consumo; e redes de cooperação solidárias. Dentre os objetivos específicos se encontra a produção do conhecimento em economia solidária na perspectiva da educação popular por meio da sistematização e troca de experiências e saberes na Rede Nacional de CFES. A nível regional foram criados seis CFES que ficaram sob a coordenação de organizações com experiência em processos educativos em Economia Solidária, sendo: CFES Amazônia 1, CFES Amazônia 2, CFES Nordeste, CFES Sudeste, CFES Centro-Oeste e CFES Sul (CIRANDAS, 2009).

Entre 2009 e 2013, a SENAES realizou um segundo mapeamento, seguido de um levantamento amostral dos atores sociais que compõem essa outra economia. Após o tratamento das informações, o segundo mapeamento deu origem a uma base de dados com 19.708 EES e 1.423.631 associados, mulheres e homens. Do total de EES, 10.793 atuam na área rural, 6.856 na área urbana e 2.058 na área rural e urbana. Além de identificar e caracterizar a economia solidária no Brasil e orientar a criação de políticas públicas, o segundo levantamento também objetivou: fortalecer, organizar e integrar redes de produção, comercialização e consumo; favorecer o comércio justo e o consumo ético; dar visibilidade,

reconhecimento e apoio público à economia solidária; e facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas (ATLAS..., 2013; GAIGER, 2014).

Gaiger (2014) aponta, que de acordo com o segundo mapeamento, 60% dos EES são associações, 30,5% trata-se de grupos informais, 8,9% são cooperativas, já as empresas mercantis representam apenas 0,6%. A respeito das atividades desenvolvidas pelos empreendimentos, as mais comuns são: produção 56,2%; consumo ou uso coletivo de bens e serviços 20%; comercialização 13,3%; prestação de serviços ou trabalho a terceiros 6,6%; troca 2,2%; e poupança, créditos e finanças solidárias 1,7%. Dados gerais do segundo mapeamento podem ser encontrados no Atlas Digital da Economia Solidária, disponível no portal SIES.

No ano de 2014, por meio da Portaria nº 1.780, de 19 de novembro de 2014, o Ministério do Trabalho e Emprego instituiu o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), com a finalidade de proporcionar o reconhecimento público dos EES e facilitar-lhes o acesso às políticas públicas de apoio e fomento à economia solidária como financiamentos, compras governamentais e outras. Para se cadastrar, os EES precisam preencher alguns requisitos como: ser uma organização coletiva formada por trabalhadores/as do meio rural ou urbano; exercer atividades de natureza econômica permanente; ser uma organização autogestionária; ser suprafamiliar; realizar reuniões ou assembleias periodicamente para deliberações sobre o empreendimento. Os empreendimentos cadastrados são avaliados por uma comissão local e após aprovados podem receber a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL), que pode ser considerada a identidade da economia solidária (BRASIL, 2015).

Como é possível observar até aqui, a SENAES nasceu a partir de uma ampla mobilização da sociedade civil com base em experiências práticas de autogestão das trabalhadoras e trabalhadores. Sua missão era viabilizar e coordenar ações de apoio à economia solidária em todo território brasileiro com o objetivo de gerar trabalho e renda, inclusão social e promover um desenvolvimento justo e solidário. Contudo, mudanças nos contextos políticos afetaram a estrutura da SENAES. No governo Temer, apesar de permanecer com as suas atividades no Ministério do Trabalho, a SENAES foi rebaixada à Subsecretaria de Economia Solidária e teve grande parte do seu orçamento reduzido, o que restringiu as políticas de apoio e fomento (PINHO, 2019).

No início de 2019, com a publicação da Medida Provisória 870/2019, o governo Bolsonaro reorganizou os ministérios, extinguiu o Ministério do Trabalho e Emprego e a

Economia Solidária foi transferida para o Ministério da Cidadania. Em seguida, por meio do Decreto nº 9.674, de 2 janeiro de 2019, que especifica as estruturas e cargos do Ministério da Cidadania, a SENAES foi extinta e a economia solidária foi vinculada à Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva Urbana como Departamento de Economia Solidária. O setor rural da economia solidária foi separado do urbano e remetido para o Ministério da Agricultura, subordinado à Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, fragmentando as políticas públicas de apoio e fomento ao cooperativismo e associativismo solidário. A extinção da SENAES impacta sobre o sentido de política pública da Economia Solidária, deixando de ser uma estratégia de desenvolvimento e trabalho para se tornar uma política de inclusão social e produtiva da assistência social, limitada ao setor urbano (PINHO, 2019).

Vale ressaltar que o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) também foi remetido pelo atual governo para o Ministério da Cidadania e está submetido à Secretaria Nacional de Inclusão Produtiva Urbana, sua composição também foi alterada, passou a ser tripartite, com representantes do governo, de trabalhadores e agora inclui empregadores, desconsiderando o que foi construído coletivamente pelo decreto nº 5.811/2006 (BRASIL, 2006; UNIÃO NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS - UNICOPAS, 2019).

Entretanto, não se pode desconsiderar os quase 20.000 empreendimentos econômicos solidários existentes no Brasil, de acordo com o último levantamento, e os avanços significativos conquistados no campo econômico, político e social. Nesse sentido, mesmo com os obstáculos oriundos do novo contexto político, agentes impulsionadores da economia solidária não param de agir.

A exemplo disso, pode-se citar as ações da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (UNISOL BRASIL), fundada no ano de 2000 e, nessa época, restrita apenas à cidade de São Paulo, filiada à União Nacional das Organizações Cooperativas Solidárias (UNICOPAS), criada em 2014, que juntamente com representantes de empreendimentos econômicos solidários, promoveu encontros virtuais com parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado para dialogar sobre o Projeto de Lei 6.606/2019, o PL da Economia Solidária. O presidente da UNISOL Brasil e diretor-tesoureiro da UNICOPAS, Leonardo Pinho, destacou nessas reuniões a importância da aprovação do PL para a economia solidária, que deixará de ser iniciativa de um determinado governo, ou outro, para se consolidar como política de Estado e estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário

(CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS DO BRASIL - UNISOL BRASIL, 2021).

O número original do Projeto de Lei na Câmara dos Deputados foi PL 4.685/2012, de autoria do deputado federal Paulo Teixeira (PT-SP) e de um grupo de outros deputados, foi aprovado no Plenário do Senado Federal no dia 11/12/2019, sob o número PLC 137/2017 e passou a tramitar como PL 6.606/2019. O Projeto cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES) e o Sistema Nacional de Economia Solidária (SINAES), além de regulamentar os empreendimentos desse tipo. O texto aprovado define economia solidária como as atividades de organização da produção e comercialização de bens e serviços, distribuição, consumo e crédito, observados os princípios da autogestão, do comércio justo e solidário, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente, a valorização do ser humano, do trabalho e da cultura (BRASIL, 2019).

Para fazer parte da PNES, o empreendimento de economia solidária deverá cumprir uma série de requisitos, entre eles autogestão, administração transparente e democrática, soberania das assembleias, voto dos(as) associados(as) e práticas justas e solidárias. Também deverão ter seus membros diretamente envolvidos na consecução de seu objetivo social e os resultados financeiros deverão ser distribuídos de acordo com a deliberação de seus membros e considerando a proporcionalidade das operações e atividades econômicas realizadas individual e coletivamente. Quando houver resultado operacional líquido, deverá ser investido nas finalidades do empreendimento ou para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária de constituição ou consolidação e, ainda, ao desenvolvimento comunitário ou à qualificação profissional e social dos seus integrantes (BRASIL, 2019).

Já o SINAES será responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação da PNES. Integrarão o SINAES, a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (UNICOPAS), a Conferência Nacional de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), os órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de economia solidária, as organizações da sociedade civil e empreendimentos econômicos solidários, os conselhos estaduais, municipais e distrital de economia solidária e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O CNES será responsável por avaliar a política nacional a cada quatro anos (BRASIL, 2019).

Outro avanço importante para a economia solidária foi a aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal, no dia 12/02/2020, da proposta de emenda à Constituição, que inclui a economia solidária entre os princípios da ordem econômica nacional, a PEC 69/2019. A PEC é de autoria do senador Jaques Wagner (PT-BA) e será votada no Plenário do Senado em dois turnos (UNICOPAS, 2020).

Para melhor elucidar a importância da Proposta de Ementa Constitucional para a economia solidária, cabe apresentar que a ordem econômica no Brasil é orientada por um conjunto de princípios determinado na Constituição Federal de 1988, conforme o Art. 170:

A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios: soberania nacional; propriedade privada; função social da propriedade; livre concorrência; defesa do consumidor; defesa do meio ambiente; redução das desigualdades regionais e sociais; busca do pleno emprego; tratamento favorecido para as empresas brasileira de capital nacional de pequeno porte (BRASIL, 2021).

Se a PEC 69/2019 for aprovada pelo Congresso Nacional em todas as instâncias necessárias, a economia solidária passará a compor esses princípios (UNICOPAS, 2020). A considerar que a aprovação tanto do PL 6.606/2019 quanto da PEC 69/2019 é resultado de forte incidência política de organizações da sociedade civil, pode-se observar, que apesar dos retrocessos nas políticas públicas de apoio e fomento à economia solidária, nos últimos seis anos, os movimentos e coletivos da economia solidária continuam lutando pelo propósito de consolidar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento sustentável e solidário (UNISOL BRASIL, 2021).

Acerca do ressurgimento e ascensão da economia solidária no Brasil, dois fatores ainda se fazem necessário destacar. O primeiro deles trata-se do contexto de redemocratização do país, cujo avanço de direitos sociais e políticos adquirido com a Constituição de 88 também favoreceu o processo de formação da economia solidária. O segundo, é reconhecer como a maior parte das iniciativas de apoio institucional à economia solidária se deram nos governos petistas Lula e Dilma, da mesma forma, é possível notar nos relatos acima e no tópico seguinte, que propostas de criação de leis e normatizações voltadas para a economia solidária também partiram de políticos vinculados ao Partido dos Trabalhadores.

Na próxima seção será discutido o tema da economia solidária no âmbito do estado de Minas Geria e mais especificamente na cidade de Lavras-MG por se tratar do local onde foi realizada a presente pesquisa.

### 3.2.4 Economia solidária em Minas Gerais e na cidade de Lavras (MG)

Da mesma forma que no restante do país, a economia solidária em Minas Gerais tem origem na crise dos anos 1980 e 90 e no desemprego oriundo dela. Assim como, as ações de incentivo à economia solidária partiram, principalmente, de entidades ligadas à Igreja Católica e aos movimentos sindicais e, no caso de Minas, merece destaque o Grupo de Trabalho em Alternativas de Geração de Renda, da Secretaria de Desenvolvimento Social, ligada à prefeitura de Belo Horizonte. O GT foi organizado no ano de 1994 no governo de Patrus Ananias e envolvia gestores públicos e sociedade civil com a finalidade de encontrar alternativas de geração de trabalho e renda focadas no fomento às iniciativas solidárias. Em 1996, outras organizações se juntaram ao grupo, como a Cáritas. A criação do Banco do Povo (BANPOP) em 1999, foi uma das primeiras ações do estado de incentivo e fomento à economia solidária (COSTA, 2013; ROCHA; DINIZ, 2019).

O Fórum Mineiro de Economia Popular Solidária (FMEPS) foi criado em 2001, a partir do engajamento de EES, entidades de apoio e fomento e gestores públicos. Em 2003, a partir do processo de interiorização do FMEPS que no início era restrito apenas à região metropolitana de BH, foi realizado, a nível estadual, a I Feira e I Ciclo de Debates da Economia Popular Solidária (EPS). Foi nesse evento que surgiu a proposta de criação de uma lei voltada para a economia popular solidária no estado, cujo intuito era criar um selo de identificação da EPS. Mas, o FMEPS solicitou que as discussões já realizadas pelo Fórum fossem consideradas, que houvesse a participação do movimento na elaboração do projeto e que outras questões, além da certificação, fossem atendidas pela lei. Assim, após audiência pública para revisão do projeto, em 2004, foi aprovada a Lei 15028/04, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária (COSTA, 2013; ROCHA; DINIZ, 2019).

Rocha e Diniz (2019, p.12) destacam que:

Os objetivos da Lei são a geração de trabalho e renda, o fomento à economia popular solidária via promoção de conhecimento e formação técnica para os agentes envolvidos, além de articulação entre ações dos governos federal, estadual e municipais. A Lei também determina a constituição e atualização do Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários de Minas Gerais, além de prever apoio financeiro e à comercialização e suporte técnico e jurídico aos empreendimentos. Uma das principais conquistas da Lei foi a posse, em 2007, do Conselho Estadual de Economia Popular Solidária (CEEPS), principal instância de participação e fiscalização junto ao órgão gestor da política de economia popular solidária, a Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social (SEDESE).

O CEEPS de Minas continua ativo junto à SEDESE e, por ocasião do dia 10 de março de 2021, realizou sua 100ª reunião ordinária com pautas importantes para a economia popular solidária. O Conselho é uma instância deliberativa e paritária entre representantes do poder público e das entidades civis, que além de deliberar, propõe diretrizes, políticas e ações de fomento à EPS em MG (CONSELHO ESTADUAL DA ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA - CEEPS, 2021).

Outro fruto das mobilizações do movimento de economia popular solidária no estado é o Plano Estadual de Desenvolvimento da Economia Popular Solidária de Minas Gerais, criado a partir da III Conferência Estadual de Economia Popular Solidária - COEES, realizada em junho de 2014 e que contou com a participação de diversos segmentos do movimento. O Plano foi desenvolvido com o objetivo de estabelecer, de forma participativa e democrática, diretrizes para a consolidação e o desenvolvimento da política de EPS em Minas Gerais. Para tanto, foi construída uma agenda de execução de propostas e um instrumento de controle social. A agenda foi dividida em quatro eixos: conhecimento, educação, formação e assessoramento; produção, comercialização e consumo sustentáveis; financiamento, crédito e finanças solidárias; ambiente institucional, legislação e integração de políticas públicas. (MINAS GERAIS, 2021).

De acordo com o último mapeamento realizado no estado de Minas Gerais, foram identificados 1.188 empreendimentos econômicos solidários e 34.885 associados, mulheres e homens. Do número total de EES, 375 atuam na área rural, 599 na área urbana e 214 na área rural e urbana (ATLAS..., 2013).

Em relação à forma de organização dos EES de Minas Gerais, 51,1% são grupos informais, 42,5% são associações, 5,3% cooperativas e apenas 1,1% sociedades mercantis. Quanto às principais atividades desenvolvidas no estado: produção ou produção e comercialização 67%; comercialização ou organização da comercialização 14%; consumo ou uso coletivo de bens e serviços 10,6%; prestação de serviço ou trabalho a terceiros 6,4%; troca de produtos ou serviços 1,1%; e poupança, crédito ou finanças solidárias 0,9% (ATLAS..., 2013).

Já na cidade de Lavras, ambiente de concentração dessa pesquisa, localizada no sul de Minas Gerais, o segundo mapeamento identificou 4 empreendimentos econômicos solidários e 133 associados homens e mulheres. Sendo que dois EES atuam na área urbana e duas na área rural e urbana. Com relação à forma de organização dos empreendimentos, trata-se de três associações e uma cooperativa. Quanto às principais atividades desenvolvidas, três são de

produção ou produção e comercialização e uma de prestação de serviço ou trabalho a terceiros (ATLAS..., 2013).

Enquanto instituição de apoio e fomento, a cidade conta com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (INCUBACOOOP), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), da Universidade Federal de Lavras (UFLA). A INCUBACOOOP foi criada em 2005 e tem como função gerenciar e executar projetos de incubação, consultoria e assessoria de grupos de pessoas, de empreendimentos econômicos solidários como associações, cooperativas e outros. A INCUBACOOOP faz parte da Rede Nacional de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs) e atende as demandas de trabalhadores, desempregados ou que estão em situação de trabalho informal e que podem alcançar seus direitos sociais para o exercício pleno da cidadania, por meio da organização do trabalho em grupo, como associações e cooperativas, gerando trabalho e renda, contribuindo para o desenvolvimento de lavras e região (UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS - UFLA, 2020).

No que se refere às políticas públicas, em junho de 2009 foi promulgada a Lei nº 3.479 que criou diretrizes, determinou os princípios fundamentais e objetivos da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária do município de Lavras. Conforme os artigos 2º e 3º da Lei, a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária do município de Lavras objetiva auxiliar “a criação, o desenvolvimento, a promoção, a consolidação, a sustentabilidade e a expansão de empreendimentos populares coletivos e solidários, redes e outras forma de integração e cooperação entre eles”, baseados na gestão democrática, na autogestão, na cooperação e na solidariedade, de forma que garanta a partilha equitativa das riquezas produzidas entre os membros participantes (LAVRAS, 2009, p. 1-11).

Para monitoramento e avaliação da referida Política, assim como, contribuir e encaminhar sugestões à Administração Municipal sobre a temática, a Lei instituiu o Conselho Geral Gestor (CGG), composto por três representantes da administração municipal, dois representantes de entidades de apoio e fomento à economia solidária e cinco representantes de empreendimentos de economia solidária. A Lei também criou o Fundo Municipal de Trabalho e Renda Solidária com o objetivo de prover os meios necessários para o financiamento dos EES e/ou populares. Assim como, determinou ao CGG a criação do Selo de Economia Solidária, denominado “Selo Solidário”, para identificação, pelos consumidores, do caráter solidário e ecológico dos produtos e serviços oriundos da economia solidária e instituiu o Fórum Municipal de Economia Solidária de Lavras/MG, como instância máxima para

articulação e integração dos entes que constituem o Movimento de Economia Solidária de Lavras (LAVRAS, 2009, p. 1-11).

A promulgação da Lei que normatiza a Política de Fomento à Economia Solidária no município de Lavras foi uma conquista dos atores sociais envolvidos com a economia solidária à época.

Conforme relato do diretor da Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária (ALAC), uma das associações integrantes da presente pesquisa, em entrevista concedida no dia 03 de novembro de 2020, ele e uma outra associada participaram pela primeira vez de uma reunião sobre economia solidária, em 2008, na cidade de Varginha (MG), local que, até então, sediava a regional a qual Lavras pertencia, e foi nessa reunião que eles começaram a conhecer a economia solidária e inclusive que a ALAC fazia parte dela. Após essa reunião, a ALAC participou pela primeira vez da Feira e do Fórum de Economia Solidária nessa mesma cidade, onde seus membros tiveram oportunidade de ampliar seus conhecimentos acerca da economia solidária.

Segundo o diretor da ALAC, até aquele momento não existia nenhuma Lei ou Política de Economia Solidária em Lavras; existiam associações que se encaixavam no conceito de economia solidária, mas que não o conheciam. Orientados pela regional de Varginha, os membros da ALAC reuniram outras associações, como a Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras (ACAMAR), que também faz parte da presente pesquisa, e a Associação da Comunidade do Funil, juntamente com representantes da INCUBACOOP/UFLA e marcaram uma reunião com a prefeita, para conversarem sobre a economia solidária. Esse grupo apresentou o tema da economia solidária à prefeita, na época, Jussara Menicucci/PSDB, que se interessou e, a partir de então, formou-se um grupo com representantes dos empreendimentos econômicos solidários, da UFLA na qualidade de entidade de apoio e fomento e do poder público municipal para formulação da Política Municipal de Fomento à Economia Solidária. Por meio dessa mobilização, da prática democrática e da presença maciça do movimento na Câmara Municipal, que se deu a aprovação da Lei que normatiza a Política Municipal de Fomento à Economia Solidária de Lavras.

De acordo com o diretor da ALAC, a Lei chegou a ser implementada, o Conselho foi constituído e começou a atuar, assim como, o Fundo Municipal que atendeu com pequenos empréstimos diversos empreendedores, artesãos, inclusive profissionais da economia popular. Mas, assim como no cenário nacional, as mudanças nos contextos políticos afetaram as

políticas públicas de economia solidária na cidade, que após a mudança do governo municipal perdeu força e apoio. O Conselho ainda existe, mas não está ativo, e o movimento de economia solidária na cidade se encontra desarticulado.

Diante dos relatos, pode-se observar que apesar da existência de empreendimentos econômicos solidários na cidade de Lavras, estes se encontram desmobilizados e carecem de uma articulação em rede para ganharem força frente às demandas do grupo ao poder público municipal para se colocar em prática as diretrizes da Lei existente.

### **3.3 Democracia**

Antes de abordar, de forma mais detalhada, um dos temas principais desta pesquisa, a democracia participativa, será apresentado, para uma melhor compreensão, a origem, o conceito e outras teorias da democracia, assim como, uma inserção sobre a tradição socialista. David Held (1987) destaca que embora o termo democracia tenha entrado na língua inglesa no século XVI, partindo da palavra francesa *démocratie*, a origem do termo é grega. Democracia vem de *demokratia*, cujas derivações são demos (povo) e kratos (governo), ou seja, “governo do povo”. Etimologicamente falando, a democracia é uma forma de governo na qual o povo governa, se contrapondo às monarquias e aristocracias. A democracia pressupõe um Estado em que exista, de alguma forma, igualdade política entre o povo.

Esse ideal de democracia nascido na Grécia antiga, de governo do povo, baseava-se no princípio de que todos os cidadãos deveriam possuir igualdade política, de forma que pudessem ser livres para governar e serem governados. Seu sistema democrático era constituído por um conjunto de fundamentos que incluía: a participação direta dos cidadãos em funções legislativas e judiciais; assembleia popular com poder soberano, na qual todos os assuntos comuns da cidade eram debatidos; seleção de candidatos por meio de sorteios, eleição direta e rotatividade; mandatos curtos e pagamento por serviços públicos (HELD, 1987).

Entretanto, no mundo contemporâneo, as democracias efetivamente existentes estão muito distantes do ideal de democracia que pressupõe cidadãos engajados, participativos e bem informados sobre a política, que possam e estejam dispostos a controlar e fiscalizar seus representantes.

Nesse sentido, o cientista político Robert Dahl (2005), faz uma distinção entre democracia ideal, na qual a palavra democracia remete ao cenário grego de participação

direta, e a democracia real existente no mundo contemporâneo, na qual nenhum sistema é plenamente democrático, cujos regimes representativos são pobres aproximações do ideal de democracia, portanto, o autor os classifica como poliarquias. Dahl define as poliarquias como regimes relativamente democratizados, ou seja, regimes amplamente inclusivos, nos quais cidadãos adultos vistos como politicamente iguais, podem participar de eleições, se candidatar e votar nos seus candidatos; e abertos a contestação pública, isto é, que permitem aos cidadãos se organizarem politicamente pela competição não violenta pelo poder, que oportunizam o exercício de oposição ao governo e manifestações sobre questões políticas, sem medo de sofrer represálias por parte do governo.

Dahl (2005) argumenta que apesar do regime poliárquico estar longe do conceito de democracia ideal, ainda assim é preferível a regimes autoritários e altamente restritivos, devido a boas razões. Pode-se citar algumas dessas razões: a começar pelas liberdades liberais clássicas que fazem parte do conceito de contestação pública de inclusão; oportunidades de mudança na composição das lideranças políticas a partir da participação ampliada e competição política; um sistema mais competitivo ou mais inclusivo, além de possibilitar a chegada de novos atores ao cenário político, favorece que os interesses daqueles que antes não tinham oportunidades de participar, agora sejam ouvidos por políticos em busca do apoio desses sujeitos; quanto maiores as oportunidades de se manifestar, organizar e representar interesses políticos, maiores são as possibilidades de se variar as preferências e interesses de representação política; e quanto menores os impedimentos à inclusão e à contestação pública, menores as chances de um determinado governo adotar políticas de repressão e de sanções extrema contra a população.

Não se pode negar a validade dos argumentos de Dahl. De fato, uma poliarquia com todos os seus problemas, ainda é melhor que um governo despótico, contudo, é possível aprofundar a crítica presente em sua obra acerca das democracias reais existentes e refletir em que medida as condições de liberdade e igualdade políticas presentes nessas democracias são suficientes para garantir que os interesses, demandas e necessidades da maioria da população sejam representadas.

Ellen Wood (2007) contribui com esse debate ao afirmar que o ideal democrático consolidado na Antiguidade foi reduzido em seu sentido a noções convencionais que identificam a democracia com constitucionalismo, proteção de direitos e liberdades individuais e um governo limitado, particularmente com a ascensão do capitalismo. Para a autora, as pessoas como poder popular se encontram claramente fora desse conceito de

democracia e nada é dito sobre a distribuição do poder social entre as classes, dessa forma, o poder político foi retirado das relações sociais, restando ao povo uma cidadania passiva e despolitizada. Ela ressalta que a democracia nas sociedades capitalistas significa algo muito diferente do original, em que as pessoas pobres, as classes mais baixas tinham influência nas decisões, inclusive influência que afetava os privilégios econômicos de alguns. As relações sociais, o poder político e sua relação com a economia mudaram. O poder social foi transferido para o capital em razão de sua influência na política e em todas as demais áreas da vida, o que representa que a maior parte das atividades da vida humana ficou ausente do âmbito do poder democrático.

O próprio Dahl (1990) faz um aprofundamento deste debate em sua obra *Um Prefácio à Democracia Econômica*, na qual destaca que a propriedade e o controle das organizações econômicas contribuem para a desigualdade política de duas formas distintas, mas que se relacionam entre si. A primeira diz respeito ao favorecimento à geração de enormes diferenças de riqueza, prestígio, qualificações, autonomia, informações, acesso a dirigentes políticos, ou seja, das mais diversas oportunidades entre as pessoas e seus descendentes. Ao passo que, tais diferenças resultam em relevantes desigualdades entre os cidadãos no que concerne às suas habilidades e oportunidades de participarem como políticos no governo e na sociedade. A segunda, salvo raras exceções, refere-se ao fato de a gestão dentro das empresas ser totalmente antidemocrática, o que também proporciona grandes desigualdades entre as pessoas em relação às suas habilidades e oportunidades de participarem da administração destas empresas (DAHL, 1990). Para ele, a posse privada de empresas econômicas não pode ser concebida como um direito moral fundamental. O autor destaca que mesmo partindo do pressuposto de que todos têm o direito moral fundamental à liberdade econômica, não se segue que todos o preservem à propriedade privada. E mesmo que assim fosse não significa que as organizações econômicas devam ser possuídas privadamente. Ainda que se considerasse correta a posse privada dessas organizações, não quer dizer que o mesmo valha para propriedades privadas por ações. Dahl enfatiza que não se pode extrapolar o direito de se conservar a posse de recursos necessários a uma boa vida para o direito moral de adquirir ações de uma empresa e os direitos que esse tipo de posse concede.

Destarte, ele questiona que tipo de ordem econômica deve ser construída a fim de se promover melhores valores de democracia, igualdade política e liberdade. O autor destaca que a nova ordem econômica deve estar comprometida com o alcance de cinco metas: democracia, um sistema que compreenda uma distribuição de recursos políticos que favoreça

a igualdade nos votos, a participação legítima, conhecimento e controle da atividade política por todas as pessoas adultas; equidade econômica, cujo sistema abarque uma justa distribuição dos recursos econômicos; eficiência, a nova ordem deve buscar diminuir as diferenças de valor entre os insumos e os produtos, valorizando a criação, produção e distribuição desses produtos; virtude e inteligência, a nova ordem deve favorecer o fortalecimento e o desenvolvimento nas pessoas de qualidades intelectuais pautadas na moralidade e a disposição de assumir a responsabilidade dos seus próprios atos; e autonomia econômica, a nova ordem econômica deve propiciar que todos sejam livres e tenham condições de adquirir os recursos econômicos necessários e suficientes para se viver bem.

Para tanto, Dahl (1990) sugere como alternativa de modelo econômico, um sistema no qual as empresas sejam possuídas coletivamente e geridas de forma democrática pelos trabalhadores que nelas trabalham. O autor ressalta que para serem geridas democraticamente, o processo de tomada de decisões precisa atender aos critérios democráticos mencionados acima, de forma que possa garantir a igualdade política dentro das empresas. Nesse sentido, um dos fatores principais que as empresas autogeridas devem cumprir é a igualdade no voto, onde cada trabalhador deve ter direito a um voto. O autor ressalta ainda, que sistemas desse tipo têm sido denominados por cooperativas de trabalhadores ou modelos de autogestão ou democracia industrial.

Entretanto, enfatiza o autor acima, não se deve confundir esse sistema de empresas autogeridas com outros que possam ser parecidos, mas que apenas empregam planos pseudodemocráticos de consulta aos trabalhadores por quem as administra cujas decisões são tomadas por uma diretoria eleita pelos acionistas, incluso os casos em que são criados programas de propriedade por ações para os trabalhadores que visam apenas à aquisição de benefícios diversos à empresa, como menor pagamento de impostos, empréstimos a juros baixos e outros.

Não obstante as empresas autogeridas sejam capazes de apresentar diversas vantagens em relação às empresas privadas e às estatais administradas de forma hierárquica, o argumento mais importante se encontra no potencial que essas empresas têm para contribuir com os valores da democracia e da justiça. Nesse caso, tal contribuição poderia se concretizar de dois modos diferentes. O primeiro trata-se do argumento de que a democracia nas empresas aprimoraria a qualidade da democracia no âmbito do governo estatal, tornando as pessoas melhores cidadãos e favorecendo a igualdade política. O segundo se ampara no argumento de que se a democracia é justificável na esfera do governo, ela

também o é no governo das empresas econômicas, independentemente da questão anterior (DAHL, 1990).

Ao analisar o primeiro argumento, a partir de estudos sobre experiências de empresas autogeridas, Dahl considera que além de não haver provas suficientes para tal, estas também são ambíguas, pois, em alguns desses estudos o aumento das oportunidades de participação nas decisões não produziu níveis significativos de participação política dos trabalhadores, sendo que, em alguns, apenas confirmou-se parcialmente, o desenvolvimento de sentimentos de igualdade, cooperação e autoconfiança. Em contrapartida, outros estudos demonstraram que a democracia nas empresas proporcionou mudanças positivas nos trabalhadores, dentre elas, desenvolvimento pessoal, maior satisfação com o trabalho e com as oportunidades de autogestão. Ao passo que, essas transformações ampliaram a participação social e a eficácia política (DAHL, 1990).

Esse mesmo autor enfatiza que embora as provas existentes àquela época não fossem suficientes para se nutrir grandes expectativas acerca das transformações de caráter, valores e comportamentos oriundos da participação democrática no ambiente de trabalho, há de se considerar o curto prazo dos experimentos e o fato dos estudos terem sido realizados com operários já condicionados à sociedade em que viviam. De acordo com o autor, não se pode esperar que transformações desse tipo aconteçam em um curto espaço de tempo e sim no decorrer de várias gerações. Entretanto, Dahl pondera que a autogestão nas empresas pode resultar em mudanças importantes para a qualificação de um povo.

Uma dessas mudanças seria o fomento de maior responsabilidade moral nas pessoas, devido, principalmente, à extinção do antagonismo entre empregados e empregadores que incentiva a irresponsabilidade moral dos dois lados. Nesse caso, ambos teriam interesse no bom êxito da empresa. Além disso, ao reduzir as relações conflitivas dentro das organizações, de forma indireta, se reduz também os conflitos na sociedade e na política em geral. Obviamente, um sistema de autogestão nas empresas não extingiria por completo as relações conflitantes de ideologias, objetivos e predileções entre as pessoas, mas proporcionaria a todas elas um interesse comum na conservação das instituições democráticas do estado e facilitaria a formação de um consenso mais sólido acerca dos padrões de justiça (DAHL, 1990). Outra mudança importante seria o favorecimento da igualdade política, uma vez que, nas empresas autogeridas são os próprios trabalhadores que decidem como sua renda será destinada, o que proporciona uma diferença muito menor de salários entre os diversos trabalhadores e uma divisão mais justa dos dividendos, se comparado com o que é praticado

nas empresas privadas, promovendo uma distribuição de renda e riqueza consideravelmente menos desigual do que no modelo capitalista.

Dessa forma, Dahl (1990) conclui que a adoção de um sistema de autogestão nas empresas e conseqüentemente a constituição de um povo democrático, seria um grande passo para se alcançar os propósitos de igualdade política, justiça e liberdade política e econômica. Não obstante, tal sistema não eliminaria a necessidade de um governo central, tampouco eximiria a responsabilidade deste, pois questões importantes ainda necessitariam da autoridade e intervenção e apoio do estado, por exemplo, as militares, relações internacionais, políticas fiscais, monetárias e de assistência social.

### 3.3.1 A tradição socialista

Neste tópico, inicialmente serão abordadas duas correntes socialistas: o primeiro socialismo, tratado nas discussões a seguir como socialismo utópico<sup>3</sup> e o socialismo marxista, também conhecido como socialismo científico. E fechando a seção será apresentada as ideias de Stuart Mill acerca do socialismo, assinaladas por Singer (2001b, p. 35) como “socialismo cooperativo”.

Segundo Jean-Christian Petitfils (1977) e Javier Paniagua (2010), o socialismo utópico nasce em fins do século XVIII e início do século XIX quando diversos autores analisaram a partir de suas perspectivas as grandes transformações da força produtiva e se empenharam em propor soluções para os males e injustiças sociais advindos delas. Nesse período, a Inglaterra, a França e o continente europeu sofreram relevantes perturbações econômicas e sociais. A revolução francesa e a revolução industrial que se iniciaram na época alteraram de forma abrupta os antigos modos de vida. O surgimento das máquinas movidas a vapor desvalorizou e substituiu o trabalho manual conciliado com o serviço no campo dos pequenos produtores e camponeses, proporcionando o êxodo rural para os centros industriais e urbanos, onde a maioria dos trabalhadores vivia na mais completa miséria. A burguesia chega ao poder, ao passo que, aos poucos, se forma uma massa de proletariados.

---

<sup>3</sup> Cabe ressaltar que o termo utópico associado à primeira corrente socialista possui um caráter pejorativo. Assim, este termo foi utilizado nesta seção por ter sido o mesmo utilizado pelos autores referenciados, que também reconheciam este caráter conforme pode-se observar em seus escritos: “*LOS IMPROPIAMENTE LLAMADOS «SOCIALISTAS UTÓPICOS»*” (PANIAGURA, 2010, p. 18); “...Não evidencia cada teórico a tendência a qualificar seu próprio sistema de “científico”, e a atribuir aos outros a classificação pouco lisonjeira e um tanto depreciativa de “utópico”? (PETITFILS, 1977, p. 10)

Os teóricos do socialismo utópico que mais se destacaram foram os franceses Claude-Henri de Saint-Simon (1760-1825) e Charles Fourier (1772- 1837) e o britânico Robert Owen (1771-1858). A palavra socialismo surgiu pela primeira vez em 1831 no jornal francês *Le Semeur*, e depois em 1832 no *Le Globe*, dirigido por Pierre Leroux, um seguidor de Saint-Simon. Em um artigo que despertou o interesse de muitos, publicado na *Revue Encyclopédique* no ano 1833, Pierre Leroux, defende esse socialismo nascente contra o individualismo. Na Inglaterra a palavra surgiu na mesma época como forma de caracterizar as idéias associacionistas de Owen, que em 1841 publicou um livreto denominado “*What is socialism*”. Posteriormente, também seria chamado de comunismo, tanto como meio e fim em si mesmo, quanto como fase final do socialismo. Todavia, antes mesmo que a palavra socialismo fosse criada ou bem conceituada, cronologicamente, a primeira expressão do socialismo utópico se deu na obra de Conde de Saint-Simon, um aristocrata motivado pelas consequências impetuosas da industrialização (PANIAGUA, 2010; PETITFILS, 1977)

Saint-Simon ainda não havia completado trinta anos quando a Revolução Francesa estourou. A Revolução foi a vitória de uma pequena parte do terceiro estado, a massa ativa da nação envolvida na produção e comércio, ou seja, a burguesia possuidora, sobre os estados ociosos e privilegiados da sociedade, a nobreza e o clero. Dessa forma, para Saint-Simon, a contradição entre o terceiro estado e os estados favorecidos da sociedade tratava-se de uma contradição entre trabalhadores e ociosos. Neste último estava incluso não somente os antigos favorecidos, mas todos aqueles que não atuavam de alguma forma na produção ou no comércio e apenas viviam de rendas. Já na classe de trabalhadores não se encontravam apenas os operários, mas também os fabricantes, comerciantes, banqueiros. Com um olhar a frente de sua época, em 1802, identificou a Revolução Francesa como uma luta de classes, não apenas entre a nobreza e a burguesia, mas entre estas e os desfavorecidos. E em 1816 antecipou a absorção da política pela economia ao declarar que a política era a ciência da produção (ENGELS, 1984).

De acordo Petitfils (1977), Saint-Simon defendia que o desenvolvimento das ciências e das técnicas iria transformar as relações sociais e econômicas, o que faria surgir uma nova sociedade, a sociedade industrial, na qual os industriais tomariam o poder de forma pacífica, pois estariam cientes das suas responsabilidades e missão na sociedade. Saint-Simon acreditava na evolução da humanidade e no triunfo da razão e da verdade. Na sociedade industrial, focada na produção, não haveria conflitos, seria o fim das lutas de classe e começo de uma era de concordância. A função do Estado seria reduzida ao mínimo a ponto de se

dissolver completamente no meio social. O governo dos homens seria substituído pela administração das coisas. A administração se daria por meio de câmaras compostas por intelectuais de diversas áreas e chefes de empresas.

Petitfils (1977) ressalta que o sistema saint-simonista não era democrático, pois, previa a instauração de uma elite de sábios, banqueiros e industriais escolhidos por seus talentos. Ainda que, Saint-Simon se preocupasse em tirar os pobres da miséria, e inclusive tenha registrado em seus escritos sua preocupação em melhorar a situação da classe operária, seu modelo continuou hierárquico e elitizado. Sua obra se classifica como socialista por criticar ferrenhamente a economia feudal e a economia liberal, por dar centralidade ao trabalho e por seu desejo de tirar do poder as classes ociosas e privilegiadas da sociedade. Mais tarde, os discípulos de Saint-Simon aprofundariam sua teoria, rechaçando a propriedade privada, considerando-a um obstáculo à evolução da humanidade e sua abolição indispensável para a instituição de um regime de igualdade de oportunidades. A propriedade privada seria socializada por meio da supressão da herança, e ficaria subordinada ao Estado, modificado para uma associação de trabalhadores.

Segundo Friedrich Engels (1984), o que em Saint-Simon representa uma visão ampliada brilhante, capaz de conter o embrião da maioria das idéias socialistas posteriores, em Fourier representa uma crítica habilidosa, tipicamente francesa, profunda das condições sociais existentes. Fourier desnudou a miséria material e moral do mundo burguês, criticava fortemente a mesquinha do comércio francês e a especulação criminosa desencadeada a partir da onda revolucionária. Mais forte ainda era sua crítica sobre as relações entre os sexos e da posição da mulher na sociedade burguesa. Foi o primeiro a declarar que o grau de emancipação da mulher em uma sociedade pode ser utilizado para se verificar a emancipação geral. Fourier também se destaca no modo como idealiza a história da sociedade, separando-a em quatro fases do desenvolvimento: o selvagerismo, a barbárie, o patriarcado e a civilização. A etapa da civilização coincide com a chamada sociedade burguesa, regime estabelecido desde o século XVI. Para ele, a civilização se movimenta em um círculo vicioso repleto de contradições que se reproduzem o tempo todo e que não podem ser superadas, alcançando sempre o contrário do que se pretende ou declara querer alcançar, como é o fato de que na civilização a miséria surge da própria fartura.

Fourier idealizou um mundo societário no qual a sociedade seria organizada em falanges, nas quais seriam agrupados mil e seiscentos e vinte homens e mulheres. As falanges teriam uma extensão de dois mil hectares de terra e em cada uma seria construído um enorme

edifício, batizado como Falanstério, composto por diversas alas com áreas de lazer, jardins, biblioteca, oficinas, galpões, teatro, igreja e apartamentos para todos os membros. Os apartamentos teriam preços variados, de forma que, o camponês mais pobre teria direito a uma acomodação simples, mas o mais afortunado societário não poderia adquirir mais que três cômodos. A economia giraria em torno da agricultura, mas cada Falanstério teria suas próprias manufaturas, caracteristicamente artesanais e apenas como complemento da produção agrícola. O sistema salarial, considerado por Fourier economicamente ineficaz e socialmente deplorável, seria substituído por um sistema econômico com base na associação livre e harmônica, onde cada um trabalharia conforme suas paixões e vocações. Contudo, Fourier permite que a propriedade privada, o capital e o dinheiro continuem a existir em seu projeto, mas em um sistema de participação, no qual os societários receberiam ações asseguradas com o valor do bem produzido como remuneração do seu trabalho. Nesse sistema, após um desconto referente à previdência social, os benefícios sociais serão divididos de forma desigual: um percentual maior para o trabalho; um menor para o capital e um menor ainda para o talento (PETITFILS, 1977).

Conforme destaca Petitfils (1977), Fourier era um homem antidemocrático e contrário às ideias revolucionárias, que manteve em seu ideal de sociedade as desigualdades econômicas, nesse sentido, o autor destaca que se considerarmos a concepção puramente econômica da palavra socialismo (modelo no qual os meios de produção são de propriedade coletiva), Fourier não poderia ser qualificado como socialista, contudo, se acatarmos um conceito mais abrangente do socialismo, pode-se verificar uma postura socialista do utopista, ao se posicionar totalmente contrário ao capitalismo liberal e ao comércio mentiroso, além de idealizar um sistema comunitário antagônico ao individualismo liberal. O autor destaca ainda, que se encontra nas obras de Fourier duas concepções centrais do pensamento socialista. Primeiramente, a ideia de progresso. Apesar de adepto de uma economia pré-capitalista e artesanal, Fourier acreditava que em seu sistema, a produção poderia quadruplicar e melhorar consideravelmente o nível de vida dos pobres, confiava não só em um progresso material, mas também intelectual, a partir da libertação passional das pessoas, que favoreceria o desenvolvimento das faculdades humanas. Em segundo, a concepção de integração plena entre o indivíduo e a sociedade. Fourier convoca a sociedade a eliminar os paradoxos entre os interesses privados e o interesse geral.

Enquanto a revolução arrasava a França, na Inglaterra ocorria uma revolução mais tranquila, mas tão poderosa quanto a francesa: o desenvolvimento das máquinas e o

surgimento da era industrial. Tal advento trouxe consigo uma nova expressão de fundamental importância, a obra de Robert Owen, uma pessoa de bom coração e sensível ao sofrimento dos pobres. Ao contrário dos homens de sua classe, que só viam na desordem da revolução industrial uma oportunidade para se enriquecer rapidamente, Owen, enxergou a possibilidade de colocar em prática sua tese, e inserir ordem ao caos. Pode-se dizer, que com ele começou a história do socialismo utópico na Grã-Bretanha (ENGELS, 1984; PETITFILS, 1977).

Durante sua vida, Owen sempre buscou colocar em prática suas ideias, e sua caminhada foi marcada por várias etapas. A primeira delas foi o período em que esteve à frente, como sócio e gerente, de uma enorme fábrica do ramo algodoeiro em New Lanar, na Escócia, e se tornou um grande filantropo. Owen acreditava que as condições sociais, o ambiente, moldavam o caráter humano, sendo este apenas reflexo de influências externas. Dessa forma, ele conclui que a pobreza, a ignorância, o vício, o desânimo, são males causados por estruturas sociais inadequadas. Assim, em New Lanar, Owen teve oportunidade de aplicar sua teoria, o que lhe rendeu fama na Europa. Sob seu direcionamento, uma população que foi crescendo até chegar às 2.500 pessoas heterogêneas cuja maioria se encontrava desmoralizada, transformou-se em um grupo modelo, no qual não se fazia parte o alcoolismo, a força militar, os processos jurídicos e os abrigos para pobres. Para se alcançar isso, foi o suficiente, proporcionar aos operários condições mais humanas de vida como, a redução da jornada de trabalho e uma atenção especial à educação dos trabalhadores e de seus filhos. Owen foi o criador dos primeiros jardins de infância de New Lanark. As crianças iam para a escola a partir dos dois anos de idade, e gostavam tanto do ambiente, que era difícil levá-las para casa no final do expediente. Diante de uma crise algodoeira, a fábrica foi forçada a encerrar suas atividades por quatro meses, mas os operários que ficaram sem trabalho continuaram recebendo seus honorários integralmente, contudo a empresa duplicou o seu valor e rendeu enormes lucros aos seus operários até o fim dos seus dias (ENGELS, 1984; PETITFILS, 1977).

De acordo com Engels (1984), Owen não ficou satisfeito com o que havia conseguido e alegava que os operários eram seus escravos. Na sua concepção, ainda faltava muito para que os trabalhadores obtivessem uma vida digna de um ser humano. E a condição mais favorável que lhes havia proporcionado ainda não era o suficiente para que pudessem se desenvolver racionalmente, assim como, o seu caráter e inteligência. Tal condição, segundo Owen, também não bastava para que os operários desenvolvessem de forma livre suas energias. Ele calculava que a força produtora dos 2.500 trabalhadores de New Lanark rendia à

sociedade uma riqueza que há meio século seria necessário o trabalho de 600.000 homens juntos. Sendo assim, questionava-se, para onde iria a diferença entre a riqueza consumida pelas 2.500 pessoas e a que as 600.000 consumiria?

Para Owen a resposta era óbvia: a diferença era convertida em um lucro significativo aos proprietários da empresa, que em muito cobria o valor do capital de instalação investido. Situação que era a mesma, só que em proporções maiores, de todas as empresas da Inglaterra. Segundo Owen, sem essa fonte de riqueza gerada pelas máquinas, não teria sido possível manter as guerras desencadeadas para vencer a tirania de Napoleão e sustentar os princípios da sociedade aristocrática. Portanto, se esse novo poder era graças à classe operária, a ela também deveriam pertencer seus frutos, e não apenas servir para enriquecer alguns e escravizar o povo. Para ele, essas poderosas forças eram a base para uma reconstrução social destinada a trabalhar somente para o bem coletivo, como propriedade coletiva de toda a sociedade (ENGELS, 1984).

Não obstante, a segunda etapa da vida de Owen, que compreende o período de 1817 a 1829, se define por sua constante conversão ao socialismo associacionista e cooperativo, o qual se dedicou firmemente e empregou toda a sua fortuna. Em 1817, propôs ao governo inglês um sistema completo, que visava à reorganização da sociedade sobre bases cooperativistas como forma de lutar contra a miséria que reinava na Inglaterra após o fim da guerra contra a França Imperial. No lugar de assistência aos pobres que iria consumir grandes recursos do Tesouro, Owen idealizou aldeias cooperativas, nas quais se agrupariam de oitocentos a mil e duzentas pessoas desempregadas, designando-lhes tarefas agrícolas e industriais. Ele criticava a separação brusca entre a indústria e o campo, separando o operário da produção de seu alimento (PETITFILS, 1977).

Na visão de Owen, a resolução dos problemas sociais se encontrava na constituição de uma grande variedade de comunidades cooperativas, onde os membros pudessem viver e unir seus esforços de forma solidária e harmônica. Nessas comunidades, seria construído um grande edifício comunitário, composto por cozinha, refeitórios, escolas, bibliotecas, oficinas, local de culto e enfermaria, o qual seria rodeado por seiscentos hectares de terras cultivadas em comum. A propriedade privada seria abolida, o trabalho seria obrigatório e não existiriam salários. Habitações individuais seriam permitidas, assim como, a manutenção da família, mas para evitar o individualismo, as crianças com mais de três anos ficariam em dormitórios comuns. Os bens produzidos seriam divididos de forma igual às todos os membros após o pagamento do capital cedido pelos fundadores. Todavia, nos planos de Owen, as comunidades

seriam administradas por pessoas designadas pelos financiadores, pelos proprietários de terras ou pelo próprio Estado (PETITFILS, 1977).

Enquanto a atuação de Owen se limitou ao campo da filantropia, tudo foi muito bem, ele obtivera riquezas e fama, tantos os homens de sua classe quanto os governantes e príncipes o ouviam e admiravam. No entanto, a partir do momento que formulou suas teorias comunistas, esse cenário mudou completamente. Ele considerava que para realizar a reforma social era preciso vencer três grandes obstáculos: a propriedade privada, a religião e o modelo de casamento da época. E sabia o que lhe esperava ao atacar essas instituições. Como previsto, Owen foi banido da sociedade oficial e ignorado pela imprensa. Convencido de que não encontraria financiador na Inglaterra para seu modelo comunista ousado, em 1824 mudou-se para os Estados Unidos no intuito de fundar uma aldeia experimental, que foi inaugurada em 1825 e logo fracassou devido à confiança ilimitada que Owen tinha em seu projeto social. Arrasado pelo fracasso de sua experiência, a qual empregou toda sua fortuna, voltou-se para a classe operária (ENGELS, 1984; PETITFILS, 1977).

Em 1829, Owen retornou à Inglaterra e deu início a uma nova e importante etapa da sua vida, que se estendeu até 1834. Owen, que até aquele momento, só havia buscado ajuda para concretização do seu projeto social com o Estado, com a classe dirigente e recorrido à sua própria fortuna, foi procurar apoio da classe operária. Assim, ocorreu pela primeira vez o encontro do utopismo com o povo. Todos os movimentos sociais e avanços reais registrados na Inglaterra de interesse da classe trabalhadora estão vinculados ao nome de Owen. Conseguiu que fosse votada a primeira lei que limitava o trabalho das mulheres e crianças nas fábricas. Foram idealizadas e incentivadas por ele, como forma de transição para uma sociedade totalmente comunista, as cooperativas de consumo e produção, assim como, mercados operários, casas de troca de produtos por trabalho, cuja unidade de medida era a hora de trabalho produzido. Também foi ele quem esteve à frente do congresso quando as *trade-unions* de toda a Inglaterra se uniram em uma grande organização sindical. Sua intenção era transformá-las em grupos produtivos e autogeridos que viessem a substituir o Estado. Dessa forma, o sindicalismo deixa de ser visto apenas como um movimento de defesa dos trabalhadores e passa a ser concebido como força motriz para a futura sociedade socialista (ENGELS, 1984; PETITFILS, 1977).

Segundo Petitfils (1977) existem traços comuns às correntes de pensamento utópicas que também se encontram nas críticas feitas por seus adversários. Primeiro, um ideal racionalista da verdade, que inevitavelmente prevaleceria sobre todas as coisas, independente

dos problemas que pudessem surgir. Segundo, a crença na bondade da natureza humana e o desconhecimento da diversidade da vida, que os levavam a acreditar na possibilidade de se criar um homem novo, bom, pacífico, trabalhador e comprometido com a coletividade a partir do estabelecimento de limites rígidos. Terceiro, os utopistas mantiveram-se a margem dos movimentos políticos, rejeitaram tanto o caminho revolucionário, quanto o reformista. O que os interessava era transformar a sociedade internamente, fora dos caminhos políticos, sendo-lhes indiferente se seus projetos se realizaram sob uma monarquia ou uma república.

De acordo com Paniagua (2010), socialismo utópico é um termo utilizado pelo marxismo para diferenciar do que considerava ser o socialismo científico proposto por Karl Marx e Friedrich Engels. Ambos defendiam que as leis científicas do desenvolvimento histórico e as relações de dominação existentes em cada período, conduziram, inevitavelmente, ao socialismo. Para o autor, o que tem sido chamado por socialismo, não seria o mesmo se não fossem as contribuições de Marx e Engels, pois, deve-se a eles a coesão dada a uma teoria social e histórica, assim como, a uma prática associativa que permeava os trabalhadores de muitos ofícios, autônomos, pequenos comerciantes e os operários das novas fábricas. Todos estes trabalhadores foram agrupados por eles sob o nome de proletariados frente a classe possuidora dos meios de produção, a burguesia. O trabalho dos proletariados para a burguesia gera uma mais valia que favorece a acumulação de capital, assim, os artesãos e pequenos comerciantes vão desaparecendo diante do avanço incontrolável das grandes indústrias e do setor financeiro.

Segundo Engels (1984), deve-se a Marx essas duas grandes descobertas: a concepção materialista da história e da mais-valia. A concepção materialista da história parte do princípio de que as relações econômicas (produção, troca e distribuição dos produtos e a forma como são realizadas) são a base de todo o regime social. Dessa forma, toda a história das sociedades anteriores, exceto do Estado primitivo, se resume na história das lutas de classes oriundas das relações econômicas da sua época, cujas propriedades explicam as estruturas das diversas instituições, políticas, jurídicas, assim como, as ideologias religiosas e filosóficas de cada período. Já a mais-valia, foi revelada por Marx, como fruto do modo capitalista de produção e da exploração do operário. Trata-se da diferença entre o valor final da mercadoria e a soma do valor dos meios de produção e da força de trabalho do operário. Quando o capitalista compra a força de trabalho do operário pelo valor que corresponde como mercadoria no mercado, dela consegue sempre mais valor do que pagou. O resultado disso é a

apropriação do trabalho não pago e a fonte da acumulação de capital nas mãos das classes possuidoras.

Para Engels (1984), alguns fatos conduziram, necessariamente, a uma revisão da história anterior: o primeiro levante operário em Lyon, França, no ano de 1831, e o ápice do primeiro movimento operário nacional, os cartistas ingleses, no período de 1838 a 1842; a luta entre os proletários e os burgueses se tornou o centro da história nos países europeus mais prósperos, ao mesmo tempo que se desenvolvia neles a grande indústria e o domínio político pela burguesia. Tais fatos desmentiam totalmente as ideologias burguesas que defendiam a compatibilidade entre capital e trabalho, a paz universal e o contentamento geral das nações embasadas na livre concorrência. Também não era possível ignorar o socialismo francês e inglês, por mais imperfeita que fosse sua teoria.

Desse modo, ressalta Engels (1984), o socialismo deixa de ser uma descoberta de alguns seres geniais e passa ser um produto necessário da luta entre duas classes constituídas historicamente: proletários e burgueses. Na visão do autor, a missão do socialismo que era criar um sistema perfeito da sociedade, se torna a de investigar as relações históricas econômicas, que obrigatoriamente, resultaria nessas classes e seu conflito, e a de encontrar a solução no próprio sistema econômico criado. Tratava-se de evidenciar o modo capitalista de produção e seus vínculos históricos, assim como, a necessidade de sua existência em cada época para demonstrar com isso também a necessidade de seu desaparecimento. O socialismo moderno é o reflexo do conflito material na consciência, principalmente, daqueles que mais sofrem com suas consequências, os operários. No campo teórico ele apresenta-se como uma continuação, mais elaborada e mais coerente, das concepções enunciadas pelos pensadores do século XVIII.

O conflito entre o proletariado e a burguesia advém do paradoxo entre a produção social e a apropriação capitalista. Na forma como se realizava a produção de mercadorias desenvolvida na Idade Média, não ocorria apropriação dos produtos, pois, estes já eram de quem os produzia, visto que, o produtor individual, além de criá-los, o fazia, na maioria das vezes, com materiais da sua propriedade, manualmente, sozinho ou com a ajuda da sua família. A contratação de mão de obra externa era exceção e utilizada apenas como apoio, e além dos honorários, os trabalhadores aprendizes do ofício, geralmente, recebiam como compensação a possibilidade de serem mestres um dia. Com o advento das grandes oficinas e manufaturas os meios de produção e seus produtos passaram a ser sociais, realizados à muitas

mãos, porém, a apropriação continuou a ser individual, do capitalista agora e não de quem os produziu (ENGELS, 1984).

Quando a produção de mercadorias de uma sociedade era realizada por produtores individuais, o vínculo social se dava através da troca dos seus produtos. No entanto, com a introdução do modo de produção capitalista, onde a produção de mercadorias se tornou a base da sociedade, os produtores perderam o controle sobre suas relações sociais. Cada um produz para si e para as suas necessidades de troca, com os meios de produção que consegue ter a sua disposição, sem ter conhecimento das necessidades e demandas do mercado para o seu produto, ou a quantidade ofertada do mesmo produto, nem mesmo se conseguirá vendê-lo. A desordem é predominante na produção social. Assim, o paradoxo entre a produção social e a apropriação capitalista resulta em um novo conflito, agora entre a organização da produção nas indústrias e a desordem da produção de toda sociedade (ENGELS, 1984).

Engels (1984) explica, que no modo de produção capitalista que se baseia nas duas contradições citadas acima, impera a necessidade constante de aperfeiçoamento das máquinas e de expansão da produção para que o capitalista possa se manter no mercado, e quanto mais aperfeiçoadas as máquinas, menos mão de obra é necessária. A força de trabalho disponível no mercado que o capital não consegue ocupar, cria um exército de reserva de trabalhadores para os tempos de bonança da produção, que depois no período de crise ficam na miséria. Isso mantém os salários baixos e produz a acumulação de capital do capitalista de um lado, e por sua vez, promove a acumulação igual de miséria do outro. Assim, as máquinas que foram criadas para a redução da jornada de trabalho, transformaram-se em meios de escravização do operário e sua família e de gerar lucro para o capitalista.

Segundo esse mesmo autor, o modo de produção capitalista, devido a apropriação da produção social e a anarquia social da produção, se move em um círculo vicioso constante, pois, ao se produzir em excesso os mercados ficam saturados e nesse momento, tudo para, a economia fica estagnada por uns anos, até que se chega ao ponto da destruição em massa de mercadorias que se deterioraram por ficarem muito tempo estocadas, as mesmas também são barateadas, dessa forma o mercado começa a se aquecer, e a produzir cada vez mais, até novamente produzir em excesso e colapsar de novo.

De acordo com Marx e Engels (2008) a única forma de se resolver as questões colocadas acima é com a extinção dos antagonismos de classe. Os autores ressaltam que, em todos os séculos passados, independente de qual tenha sido a forma, sempre houve exploração de uma parte da sociedade por outra. Para romper com esses processos, os autores apontam,

que a primeira etapa da revolução dos trabalhadores deve ser a conquista da democracia pelo proletariado, que se dará a partir do momento em que este se encontre na condição de classe dominante. Desse modo, o proletariado usará o seu domínio político para, aos poucos, subtrair todo o capital da classe burguesa e centralizar todos os meios de produção nas mãos do Estado, ou seja, do proletariado constituído como classe dominante, assim como, para aumentar as forças produtivas.

Marx e Engels (2008) destacam, que isso só poderá se realizar, pelo menos no começo, com intervenções autoritárias no direito de propriedade e nos modelos burgueses de produção. Eles explicam que no campo econômico, pode ser que algumas medidas aparentem ser insuficientes e insustentáveis, mas que têm o intuito de alcançar resultados que irão revolucionar o modo de produção de toda sociedade. Explicam ainda que tais medidas não poderão ser iguais para os diversos países, contudo, no que se refere aos mais desenvolvidos, poderão ser aplicadas, dentre outras, as seguintes: desapropriação de propriedades latifundiárias e uso do recurso dessas propriedades para custear despesas do Estado; imposto significativamente progressivo; supressão do direito de herança; apropriação da propriedade de todos os emigrantes e rebeldes; criação de um banco nacional para monopólio exclusivo do crédito sob o poder do Estado; controle estatal do sistema de transportes; aumento das indústrias e meios de produção sob posse do Estado, cultivo das terras improdutivas e melhoramento de terras cultivadas de acordo com um plano nacional; todos serão obrigados a trabalhar, criação de brigadas industriais, inclusive para a agricultura; supressão progressiva da diferença entre o campo e a cidade com a coordenação unificada da agricultura e da indústria; e extinção do trabalho infantil nas indústrias, ensino público e gratuito para todas as crianças e junção da educação com a produção material.

Os autores acima consideram que, à medida que as diferenças de classe forem se dissolvendo e toda a produção se encontrar planejada e organizada, conscientemente, nas mãos das pessoas associadas, ou seja, a apropriação social dos meios de produção, o poder público não terá mais caráter político e nem será mais necessário. Pois, o poder político, o Estado, nada mais é que a organização do poder de uma classe para manter a força o domínio sobre a outra. No entanto, se por meio da revolução o proletariado se tornar a classe dominante e com isso alterar totalmente as antigas relações de produção e acabar com as rivalidades de classes e com as próprias classes, também se dissolverá a sua própria dominação. O governo das pessoas será substituído pela administração das coisas e dos processos de produção. O resultado disso tudo será o surgimento de uma sociedade na qual o

livre desenvolvimento e exercício das capacidades físicas e intelectuais de cada um, será a base para o desenvolvimento de todos. Dessa forma, Marx e Engels concebiam o comunismo como a etapa final do socialismo.

Sobre os estados e suas instituições para Marx e Engels, tratava-se, analiticamente, de questões secundárias oriundas das relações econômicas históricas. Por outro lado, observa-se que a política alcançava relevância primária, considerando que Marx e Engels foram revolucionários atuantes e que para o proletariado, conquistar o poder político era fundamental para superar o modelo social que estava posto. Todavia, as concepções de Marx e, em menor proporção, de Engels acerca das constituições dos Estados, das instituições jurídicas e outras representações ideológicas, não são muito claras, inclusive, Engels, ao final de sua vida, reconheceu que ele e Marx, apesar do necessário destaque que deram aos fatores econômicos como bases dessas instituições subestimaram o lado formal do sistema e a relativa independência dos componentes superestruturais (HOBBSAWM *et al.*, 1979).

Hobsbawm *et al.* (1979) acrescenta ainda, que Marx e Engels se recusaram a elaborar qualquer hipótese sobre como seria a sociedade socialista do futuro e a sua constituição, assim como, sobre as particularidades da etapa de transição pós-revolucionária, a qual o proletariado organizado em forma de estado deveria transformar a sociedade capitalista em uma sociedade socialista. Também não deixaram apontamentos concretos que pudessem ser colocados em prática sobre questões como a natureza da socialização da economia ou sobre as ações necessárias para planificá-la. A respeito desses assuntos, os seus sucessores herdaram pouco mais que alguns princípios gerais, amplos demais para fornecerem orientações políticas precisas. Para Marx e Engels, as formas de ação e organização política seriam determinadas por circunstâncias concretas do local e do momento, inseridas no contexto do desenvolvimento histórico, não sendo possível sintetizá-las em um conjunto de medidas permanentes. Não obstante, a ausência de uma construção mais assertiva sobre essas questões prejudicou e distorceu, de certa forma, o desenvolvimento teórico do marxismo posterior.

Para Paniagua (2010), Marx foi tão utópico quanto os socialistas utópicos dos séculos XVIII e XIX quando concluiu que, inevitavelmente, o Estado burguês seria substituído pelos proletários organizados em forma de Estado, e que assim não haveria mais exploração e o controle estatal se dissolveria após um período de transição. Pois, os países como a URSS e outros do leste da Europa, América e Ásia, que se propuseram a implantar um regime socialista e tentaram colocar em prática as teses de Marx, além de não promoverem grandes mudanças na vida cotidiana de seus habitantes, mantiveram a organização estatal

independente, separada do povo, ou seja, em condições análogas aos dos países com sistema capitalista.

Sobre o exposto acima, Singer (2001b) acrescenta que não seria justo dizer que o suposto socialismo levantado na União Soviética e que se alastrou depois por diversos países foi a confirmação das ideias revolucionárias de Marx. Pois, Marx acreditava que a revolução aconteceria primeiro nos países mais desenvolvidos, onde o capitalismo já havia se estabelecido e a elevada organização do proletariado o tornaria capaz de assumir o poder do Estado. Ao contrário, ressalta o autor, a crise dos anos 30 que foi a mais longa e intensa de toda história, não provocou a revolução das massas e sim a ação reformista nos Estados Unidos, na Suécia e no Brasil, depois seguida por outros países. Ao passo que a estatização dos meios de produção por meio da revolução que levantava a bandeira do socialismo se deu nos países menos desenvolvidos e pouco capitalistas, cuja maioria da população era camponesa e os proletários minoria.

Como destaca Singer (2001b), Marx foi o maior teórico do século XIX, assim como, o mais influente do movimento operário anticapitalista, suas ideias inspiraram sindicatos e partidos operários nas suas melhores épocas em grande parte dos países e colaborou para sua solidificação, dando-lhes condições de reformar verdadeiramente o capitalismo, mesmo que sua teoria negasse essa possibilidade. Para o autor, a despeito de tudo, Marx continua atual e a ser a melhor referência para se avaliar o que representa outras contribuições ao pensamento socialista. Pois, graças a ele é possível reconhecer a natureza histórica do capitalismo e medir a importância das transformações que as forças contrárias lhe impuseram. Também se deve a ele o conhecimento do caráter econômico das crises circunstanciais de cada momento. Dessa forma, o estudo de Marx é imprescindível para seus críticos na tarefa constante de revisão do capitalismo.

Outro teórico importante que não pode estar ausente nesta seção é John Stuart Mill. Mill foi um grande pensador econômico e político da Grã-Bretanha em meados do século XIX. Foi liberal e utilitarista, defendia com vigor as causas progressistas, dentre elas, o sufrágio universal, a emancipação da mulher e o cooperativismo. Ao longo de sua vida aproximou-se do socialismo influenciado por sua esposa Harriet Taylor, que foi uma filósofa inglesa que defendia o direito das mulheres e também a luta pelos direitos humanos. Também foi influenciado por suas leituras de autores socialistas e contato com críticos socialistas (SINGER, 2001b).

Mill concordava, inteiramente, com a crítica socialista às injustiças sociais que predominavam no sistema vigente (o teórico não utiliza o termo capitalismo). Todavia, guardava ressalvas quanto à efetividade econômica e os resultados sociais e culturais do comunismo. Contudo, julgava que se tivesse que escolher entre o comunismo e suas incertezas e o capitalismo com todos os seus martírios e injustiças, onde o produto do trabalho é distribuído de maneira inversa ao trabalho, pois quem mais recebe jamais trabalhou ou quase não trabalha, e assim decrescentemente, chegando ao ponto de quem exerce o trabalho mais duro, mal receber o suficiente para viver, não teria dúvidas de que seria melhor o comunismo com todas as suas dificuldades (MILL, 1968, p. 128 citado por SINGER, 2001b).

De acordo com Singer (2001b) para Mill, a constituição da propriedade privada não era a responsável, necessariamente, pelas injustiças sociais do capitalismo, e sim o modelo distributivo. Pois, as leis da produção são algo natural, vinculadas à natureza e ao conhecimento que o homem tem sobre ela, já as leis de distribuição são instituídas, e podem mudar conforme o desejo dominante de cada sociedade. Assim, ele acreditava que o sistema social predominante de sua época, poderia ser aprimorado, como de fato estava sendo, mesmo que de forma lenta e pouco abrangente. Em contrapartida, o comunismo e o socialismo seriam projetos que não haviam sido testados.

Quanto ao aprimoramento do capitalismo, Singer (2001b) ressalta que a melhora dos salários e das condições de trabalho dos operários foram conquistadas a partir das lutas do movimento operário em todas as nações. Conquistas, as quais algumas foram perdidas com a contrarrevolução neoliberal, que enfraqueceu o movimento sindicalista, provocando aumento da miséria e da exclusão social.

Não obstante, Mill (2001), considerava que era necessária uma avaliação, imparcial, de todas as contestações contra a propriedade em si, e que todos os malefícios relacionados a essa instituição deveria ser reconhecidos, assim como, era preciso buscar as melhores soluções que o homem pudesse encontrar para sanar ou mitigar esses males. Do mesmo modo, defendia o teórico, deveriam ser avaliados sem preconceitos, os projetos propostos por progressistas sociais para se alcançar os benefícios da propriedade privada, desde que, livres dos seus infortúnios.

Segundo Singer (2001b), na opinião de Mill todas as propostas de substituições ao modelo de propriedade privada, de início, eram exequíveis. No entanto, só seria possível constatar qual delas era a melhor ou se alguma delas era superior ao sistema atual melhorado, depois que fossem executadas gradualmente e durante tempo suficiente para tal constatação.

Singer considera essa postura admirável, principalmente, para toda uma geração de socialistas orientadas pelo marxismo, segundo o qual o capitalismo não pode ser aperfeiçoado, e o socialismo resulta no controle dos meios de produção pelo estado e planejamento econômico.

Mill (2001), ao avaliar as dificuldades do socialismo a partir de alguns modelos propostos, divide em dois grupos as pessoas que se denominam socialistas. Primeiro àquelas que almejam um novo modelo social, no qual a propriedade privada e a concorrência individual devem ser substituídas por comunidades ou distritos, autossuficientes, multiplicados por todo o país. No segundo ele agrupa os socialistas que são chamados de revolucionários, cujo propósito é implantar um sistema econômico planejado e centralizado pelo governo, segundo o qual o objetivo de alguns é que toda a propriedade do país seja controlada pelos trabalhadores para o bem geral. Mill considera o primeiro modelo mais vantajoso por ser possível implantá-lo aos poucos e verificar suas capacidades de forma experimental. Ao passo que o segundo, seus idealizadores pretendem implantar o novo modelo de uma só vez, em uma única ação, sem preparação, por meio da subversão e pela imposição do poder do Estado.

Outro ponto favorável na visão de Mill acerca do modelo de propriedade coletiva dos meios de produção sob a organização de comunidades ou associações, é que este não elimina o mercado como entidade reguladora da economia, uma vez que, essas comunidades e associações devem ser autônomas, assim a troca entre elas é feita via mercado (SINGER, 2001b).

Na avaliação sobre as dificuldades do socialismo que Mill (2001) apresenta a que mais se destaca é a motivação para o trabalho. O autor busca verificar se a administração coletiva dos meios de produção no modelo mais simples de socialismo, o comunismo, no qual se dividi igualmente o produto entre os participantes, seria tão eficaz quanto às administrações no sistema de empresa privada com capital privado. Ele destaca que no presente sistema, os gestores são motivados a assumir responsabilidades e a trabalharem da melhor forma possível por incentivos econômicos diretos, que lhes dão perspectivas de melhores condições de vida para si e para sua família, pois recebem bem mais que os trabalhadores comuns. No comunismo esse incentivo não existiria, considerando que todos, inclusive os gestores, receberiam o mesmo valor pela realização de seu trabalho. Nesse caso, os motivadores teriam que ser o interesse coletivo a todos de administrar as operações eficazmente, de forma a aumentar o dividendo o máximo possível, assim como, os motivadores de consciência, de sentimento público, reputação e mérito.

Mill (2001) ressalta que no caso da maioria dos homens, a experiência até aquele momento, considerando a condição de cultura moral alcançada pela humanidade, demonstrou que o único incentivo capaz de superar com constância a influência sempre presente da apatia e do apreço pelo mais fácil, é o financeiro. Os incentivos de consciência, mérito e honra funcionam mais como forças controladores do que como propulsores. Contudo, o autor acrescenta que a menor eficácia dos sentimentos públicos e sociais é produto de uma educação imperfeita, sendo passível de aperfeiçoamento, mas por ser a educação humana uma das tarefas mais difíceis, trata-se de algo que demanda muito tempo.

Destarte, Mill (2001) considera que para o comunismo obter sucesso é necessário, indubitavelmente, um elevado padrão de educação moral e intelectual de toda a comunidade. Moral para que os membros da comunidade possam exercer honestamente e de forma dinâmica seu trabalho, visando o bem geral da associação. Intelectual para que sejam capazes de ponderar os diversos interesses e realizar complexas avaliações, sendo capazes também distinguir nessas situações os bons e maus conselhos. Mill concorda com o argumento de que em relação às questões de educação moral, a condição atual da sociedade é desmoralizante, e que apenas em uma associação comunista, a humanidade pode ser preparada para o comunismo.

De acordo com Singer (2001b), Mill era firme em suas convicções, mas quanto ao futuro se mantinha pragmático. Mill debatia sobre as possíveis alternativas de transformação social do sistema vigente à época, inclusive aceitando sua substituição pelo comunismo, mas tinha preocupações que após anos do grande experimento social de estatização dos meios de produção e planejamento econômico centralizado, de acordo com Singer, se revelaram como premonições. A principal dessas preocupações era se no comunismo existiria algum espaço para a individualidade de caráter do ser humano. Mill não abandonou sua herança liberal e seguiu defendendo as liberdades individuais como essenciais para o desenvolvimento da sociedade e da felicidade humana.

Mill desejava a libertação do trabalhador da exploração e da sujeição oriundas do modelo de propriedade individual vigentes. Para ele, a emancipação do trabalhador se daria a partir de um processo de evolução, no qual trabalhadores e empregadores entenderiam que a cooperação em situação de igualdade é muito mais vantajosa que se relacionarem em lados opostos. Singer considera evidente que para ele, a divisão de classes teria que ser suplantada e a instituição de empresas cogeridas por trabalhadores e empregadores ou autogeridas por trabalhadores (algo que já vinha ocorrendo e se multiplicando no modelo de associações),

trava-se se de indícios da evolução da economia para o sistema de cooperativas de produção (SINGER 2001b).

Singer (2001b) acredita que o pequeno esboço de Mill sobre o socialismo apresente grande valor e atualidade no despertar do século XXI e que inclusive a essência de sua proposta poderia ser denominada de socialismo cooperativo, o qual se consistiria na substituição de empresas capitalista por cooperativas de produção e consumo. Singer ressalta que a derrocada do que se propôs ser um socialismo (implantado pela União Soviética e outros países), abriu caminho e desafiou a todos os que desejam um socialismo verdadeiro a elaborar novas propostas. No entanto, o autor ressalta que Mill não chegou a decidir sua preferência por este tipo de socialismo, ou por outro modelo de associação entre capital e trabalho.

Como é possível observar, a economia solidária possui raízes nas teorias e ensejos socialistas, as quais demonstram carecer de um contínuo debate e aprimoramento para sua evolução e aplicabilidade.

### **3.3.2 Democracia liberal**

As transformações sociais e econômicas oriundas da revolução industrial também influenciaram a organização política. Elas deram as condições para a alavancagem econômica. Já as revoluções, inglesa do século XVII, estadunidense de 1776 e principalmente a francesa de 1789, proporcionaram relativa igualdade de direitos políticos, civis e penais e a extinção do feudalismo com seus privilégios e diferenças entre nobreza, clero e burguesia. Alterou a concepção da relação entre governantes e governados. Aos poucos o liberalismo avançou, resultado da junção de diversas correntes de pensamento que acreditavam na capacidade individual do ser humano de tomar decisões em detrimento dos princípios e costumes tidos como imutáveis pela tradição (PANIAGUA, 2010).

De acordo com Macpherson (1978) a democracia liberal pode ter dois significados. Primeiro, o que de forma geral ela tem significado, a democracia para uma sociedade capitalista, na qual, liberal representa a liberdade de quem tem mais força poder destruir o mais fraco, conforme as normas do mercado. O segundo, baseado nas concepções de John Start Mill e seus companheiros liberal-democratas do final do século XIX e início do século XX, que entendiam a democracia liberal como uma sociedade que busca assegurar que todas as pessoas tenham igual liberdade para desenvolver e colocar em prática suas capacidades.

Macpherson (1978) ressalta que o segundo significado é contraditório em relação ao primeiro e que a democracia liberal em grande parte de sua existência tentou conciliar os dois significados, tendo prevalecido a visão de mercado capitalista, apesar dos esforços de liberais éticos como Mill de tentarem aliar a liberdade de autodesenvolvimento com a liberdade de mercado.

Na concepção de Macpherson (1978) as questões mais sérias e menos observadas acerca da democracia liberal é o fato de que esta foi projetada para se adequar a uma estrutura de governo democrático em uma sociedade que se divide em classes. Segundo o autor, essa adequação não foi buscada, nem em teoria e nem na prática até o século XIX. Dessa forma, o autor caracteriza as teorias favoráveis à democracia antes do século XIX, como precursoras da democracia liberal e não dentro da tradição liberal-democrática, pois todas elas precisavam de uma sociedade que não fosse separada em classes ou eram idealizadas para ajustar-se a uma sociedade nesse molde. Para o autor, é evidente que para a maioria dessas formas de pensar, a democracia tratava-se de uma sociedade livre de classes ou de classe única e não apenas um aparato político criado para ajustar-se a essa sociedade. Por classe, o autor compreende àqueles que se encontram em relações iguais de propriedade ou não propriedade de terra produtiva e/ou capital.

Para embasar o seu argumento, Macpherson (1978) faz uma análise das visões e teorias democráticas anteriores ao século de XIX. Como exemplo pode-se citar uma das correntes democráticas surgidas na Inglaterra nos séculos XVI e XVII, a *Utopia* de More (1516) e *The Law of Freedom* de Winstanley (1652) que ao identificarem na propriedade privada o sustento da opressão de classe e a exploração de uma pela outra, idealizaram sociedades sem classes, com base na propriedade e no trabalho comunal. No século XVIII, podem-se citar como exemplo as ideias democráticas de Rousseau e Jefferson, que apesar de divergirem sobre outros temas, ambos defendiam uma sociedade em que todos pudessem ter propriedade suficiente para produzir e viver. Rousseau considerava a propriedade do pequeno produtor um direito natural, mas só a propriedade limitada, pois, a seu ver, a propriedade ilimitada era a gênese e o meio contínuo de exploração e sujeição. Rousseau defendia essa igualdade de propriedade aos cidadãos para que a soberania da vontade geral pudesse prevalecer, dado que, as diferenças de propriedades separam os homens em classes com interesses contraditórios, que passam a ser orientados por seus interesses particulares, não tendo condições de decidir pelo bem geral da sociedade. Assim, a atuação a favor da vontade geral demandava uma sociedade de classe única de pequenos proprietários produtores.

Macpherson (1978) destaca que o importante não é a classificação, mas a verificação do quanto os pressupostos de mercado sobre a natureza humana e da sociedade penetraram a teoria da democracia liberal. O autor explica que quando o liberalismo surgiu como democracia liberal, reivindicava a libertação das pessoas da opressão de instituições antigas, de forma que pudessem exercer e desenvolver suas capacidades humanas. Todavia, quando houve escassez econômica, parece que o único modo que os liberais democratas encontraram para atingir esse objetivo foi por meio da produtividade capitalista empresarial. Ao passo que assim acreditavam, era necessário vincular a sociedade de mercado aos objetivos da democracia liberal.

Segundo o autor acima, pode-se citar três modelos sucessivos de democracia liberal, os quais tenham prevalecido de forma alternada desde o começo do século XIX. O primeiro modelo apresentado pelo autor é a democracia protetora, cujo sistema democrático de governo tem a função de proteger os cidadãos do uso arbitrário do poder político. Os primeiros formuladores da democracia liberal foram Jeremy Bentham e James Mill, que partiam das suposições de uma sociedade capitalista de mercado e de leis da economia política clássica que lhes proporcionaram um modelo de homem potencializador de utilidades e um modelo de sociedade composta por indivíduos com interesses antagônicos. A partir desses modelos, definiram um sistema de escolha e autorização de governos.

Em linhas gerais, a democracia protetora apresenta os seguintes aspectos: a soberania do povo é transferida à representantes que exercem as funções do Estado, ou seja, governo representativo; eleições periódicas, voto secreto, competição entre partidos e governo da maioria como aportes institucionais para responsabilizar os governantes; o governo deve ser impessoal e separado entre executivo, legislativo e judiciário; liberdade e igualdade garantidas pela constituição de leis, principalmente as liberdades de expressão, de voto, de credo e de associação; o Estado não deve interferir na sociedade civil, sua atuação deve se restringir à manutenção de uma estrutura que favorece ao cidadão a se concentrar na sua vida privada, protegidos da violência, de atitudes sociais inadequadas e intervenções políticas indesejadas (HELD, 1987).

Nesse modelo, a abrangência dos votantes durante muito tempo ficou limitada à vários critérios relacionados a propriedade, idade (homens com mais de quarenta anos) e outros. O sufrágio masculino foi incluído tardiamente, seja porque seus idealizadores perceberam que essa seria a única forma de acalmar a classe trabalhadora que já vinha se articulando politicamente ou se pelas suas hipóteses de seres humanos em busca de maximizar seus

interesses próprios em detrimento do bem comum. De toda forma, eles só permitiram essa inclusão por acreditarem firmemente que os pobres seguiriam os conselhos e bons exemplos da virtuosa classe média. Nesse modelo, a democracia não possui nenhum valor moral transformador em si mesma. A necessidade de um governo responsável era apenas para a proteção do indivíduo e para impulsionar o Produto Interno Bruto (MACPHERSON, 1978).

Held (1987) aponta dois questionamentos centrais acerca do ideal de igualdade política como fator indispensável à liberdade defendido pela tradição liberal, que pressupõe capacidade igual das pessoas defenderem seus interesses. Primeiro, para que todas as pessoas pudessem proteger seus interesses de forma igual, todas deveriam ter os mesmos direitos de voto e exercício da cidadania, independente do sexo, posses, cor e religião. Segundo, é preciso avaliar se os aparatos políticos da democracia liberal são mesmo capazes de proteger igualmente os interesses dos indivíduos, se eles proporcionam uma distribuição igual de poder. O autor discorre que a primeira questão esteve em foco nas lutas por ampliação da franquia, e que ficou por conta de extensas e violentas lutas de classes trabalhadoras e feministas dos séculos XIX e XX, até se alcançar o sufrágio Universal em alguns países. Já a segunda questão se tornou centro de discussões do marxismo, de feministas e outras tradições. Essas tradições consideram que por mais que se avance em relação à igualdade política formal, a verdadeira liberdade é impedida por enormes desigualdades enraizadas nas relações sociais de produção e reprodução privadas.

O segundo modelo de democracia liberal apresentado por Macherson (1978), trata-se da democracia desenvolvimentista. Essa corrente inseriu uma dimensão ética, concebendo a democracia como um caminho para o desenvolvimento individual. O autor destaca que por volta da metade do século XIX, duas transformações na sociedade chamavam a atenção dos teóricos liberais e exigiam um modelo diferente de democracia. Uma tratava-se da classe trabalhadora que começava a ameaçar a propriedade. Outra, as péssimas condições da classe trabalhadora se agravaram tanto que para os liberais mais humanos tornou-se difícil de aceitar como algo moral e economicamente inevitável.

Sensível a essas mudanças, Stuart Mill foi o primeiro a elaborar um novo modelo de democracia. As principais diferenças em relação ao modelo anterior se referem à finalidade do sistema político democrático e à concepção moral acerca da capacidade humana. Stuart Mil não abandonou a função protetora de uma franquia democrática, mas defendia que esta deveria contribuir, principalmente, para o desenvolvimento humano. Dessa forma, ele acreditava na possibilidade de aperfeiçoamento da humanidade. O sistema político

democrático é visto como meio para o autodesenvolvimento intelectual, das virtudes e da eficiência de todas as pessoas da sociedade, enquanto a sociedade democrática é o resultado e simultaneamente meio para mais aperfeiçoamento (MACPHERSON, 1978).

O autor acima ressalta que o modelo de democracia de Stuart Mill se fundamenta em um modelo de homem muito diferente do que se baseava a democracia protetora. Para Mill, o homem é capaz de evoluir e exercer suas faculdades e esse é o seu espírito. Assim, uma sociedade para ser boa deve permitir e estimular toda a comunidade a praticar, aprimorar e desfrutar do exercício de desenvolvimento de suas capacidades. Logo, o modelo de sociedade que Mill desejava também era muito diferente do concebido pelo modelo anterior.

De acordo com Held (1987), Mill considerava que a partir da liberdade e da democracia o ser humano poderia alcançar a excelência. A liberdade de opinar, argumentar e agir é fundamental para fomento do pensamento crítico e autônomo, assim como, ela é necessária para a constituição da racionalidade humana. Ao passo que, cultivar a razão incentiva e garante a liberdade. Na visão de Mill o governo representativo era importante para a proteção e o aprimoramento da razão e da liberdade. Tal governo se torna responsável diante dos cidadãos e ao mesmo tempo produz cidadãos mais aptos a atuarem em favor das questões públicas. Dessa forma, o sistema de democracia representativa além de ser um fim em si mesma, é um meio de desenvolvimento da individualidade e das diferenças sociais. Mill, considerava ainda que, se aliado a isso, fossem eliminados os obstáculos impostos à participação das mulheres na política, restariam poucas objeções ao desenvolvimento da humanidade.

Resumidamente o modelo de Mill apresenta como aspectos: soberania do povo com o sufrágio universal; sistema de escalonamento de votos, de forma que os mais qualificados e capazes que tivessem posições melhores de trabalho teriam direito a mais votos que àqueles com menos conhecimento e competência, ou seja a classe trabalhadora; governos representativos; poder do Estado limitado pela constituição; divisão do Estado para garantir às pessoas o direito de expressão, de argumentação, de imprensa, de associação e de se dedicar aos objetivos de vida; nítida separação entre a assembleia parlamentar eleita e a administração especializada. As condições gerais para este sistema são: menor intervenção possível do Estado na sociedade e economia de mercado competitiva; propriedade privada dos meios de produção com experimentos de propriedades cooperativas entre empregadores e trabalhadores ou somente entre trabalhadores. Liberação das mulheres para participação na política, mas manutenção da tradicional divisão do trabalho doméstico (HELD, 1987).

Macpherson (1978) ressalta alguns defeitos e contradições no modelo de Mill. Primeiramente, a democracia como meio de desenvolvimento das capacidades humanas, como de fato ela é, parece querer demais de um sistema de governo representativo, cujas oportunidades de participação se resumem em votar a cada determinado período de anos em um governante e alguns membros do parlamento, mesmo que isso ocorra com um pouco mais de frequência a nível local, elegendo vereadores ou possuindo algum cargo efetivo. Temendo obter como resultado de uma votação igualitária o estabelecimento de um governo classista, e por acreditar que os indivíduos menos desenvolvidos não estavam preparados naquele momento para votar conscientemente em favor da sociedade atual e posterior, Mill defendeu a votação plural. Tal fato além de não permitir classificá-lo como um categórico igualitário, desestimularia a participação daqueles que seus votos tivessem menor peso eleitoral, pois entenderiam que seus desejos não iriam prevalecer, conseqüentemente não iriam se desenvolver.

Ainda sobre as falhas e contradições, Mill, criticava firmemente a relação existente entre capital e trabalho que mantinha empregador e empregado em posições antagônicas e acreditava em uma multiplicação de cooperativas de trabalho, no entanto concordava com as propriedades capitalistas herdadas, ao menos até que pudessem ser transformadas em cooperativas, ainda assim, o sistema de mercado seria competitivo entre as cooperativas. Por último e não menos importante, Mill não percebeu que as relações capitalistas de mercado eram incompatíveis com o autodesenvolvimento do indivíduo de forma igual (MACPHERSON, 1978).

As ideias democráticas de Mill prevaleceram até meados do século XX, com exceção da votação plural que seus seguidores abandonaram, tanto por não parecer mais necessária, quanto porque ficou óbvio que algo assim não seria aceito pelos movimentos populares. Com a introdução do sufrágio masculino na Inglaterra em 1884 e na sequência em outros países, o receio de Mill de que uma franquia universal igualitária se tornasse um governo classista pela classe trabalhadora por ser a maioria se mostrou sem fundamento, pois o mesmo não ocorreu com a ampliação da franquia masculina. Isto porque o sistema partidário tornou-se o meio pelo qual são conciliadas e amenizadas as diferenças de classes, ou seja, o meio de adequar a franquia universal e a permanência da desigualdade social. Dessa forma, o modelo falhou em estimular à participação do povo no processo político e conseqüentemente no desenvolvimento de cidadãos ativos (MACPHERSON, 1978).

O último modelo de democracia liberal apresentado pelo autor acima, o qual ele denominou por democracia de equilíbrio, começou a prevalecer no ocidente em meados do século XX em substituição à democracia desenvolvimentista. Este modelo também pode ser chamado de elitista pluralista. Macpherson (1978) discorre, que possivelmente a nomenclatura que melhor poderia descrever este modelo seria modelo de equilíbrio elitista pluralista, pois as três categorias possuem a mesma importância nele. Trata-se de um modelo de equilíbrio porque seu sistema político democrático busca equilibrar a oferta e a procura de bens políticos. É elitista porque as funções primordiais no processo político são concedidas às elites políticas. E é pluralista porque pressupõe que a sociedade cujo sistema político democrático deve se adequar é uma sociedade plural, compostas por indivíduos movidos por seus interesses para diversas direções, associados a grupos distintos que disputam o poder no sistema político.

Este modelo de democracia teve como um dos seus principais expoentes Joseph Schumpeter. Ao contrário de muitos pensadores liberais e radicais do século XIX, como Mill e Marx que tinham um olhar mais otimista e progressista da história da humanidade, Schumpeter e outros teóricos que avaliaram o panorama da democracia em fins do século XIX e início do século XX tiveram uma visão bem mais pessimista do futuro. Uma visão voltada não só para alguns elementos negativos da vida em uma sociedade tecnologicamente desenvolvida, mas também para as consequências imprevisíveis das práticas políticas, inclusive as de boa intenção. A vida política idealizada por Schumpeter oferecia pouca oportunidade para a participação democrática e aperfeiçoamento coletivo, todo espaço de participação que pudesse existir estava predisposto a ruir diante de forças sociais impetuosas. Para o teórico, a vida na sociedade moderna industrial impunha um alto preço a se pagar, dessa forma sua concepção de democracia é bastante restrita (HELD, 1987).

De acordo com Macpherson (1978), os principais conceitos desse modelo são: primeiramente, a democracia é meramente um instrumento de escolha e autorização de governos, não é vista como um agrupamento de fins morais em uma sociedade; segundo, o sistema constitui uma competição entre dois ou mais grupos de políticos selecionados por eles próprios, ou seja, elites, que se reúnem em partidos políticos, os quais serão qualificados pelos votos a governarem até as próximas eleições. Não cabe aos eleitores resolverem questões políticas para posteriormente definir os representantes que irão executar o que foi decidido. Ao contrário se escolhe pessoas que tomarão as decisões a cada determinado período. Dessa forma, os cidadãos escolhem qual o conjunto de bens políticos mais lhes interessam entre os

que estão sendo ofertados por cada partido, escolhendo assim o ideal político do partido que governará. O que protege o povo de um governo tirânico é sua capacidade de substituir um governo por outro.

Destarte, o modelo de democracia de equilíbrio ou elitista pluralista, promove um esvaziamento da essência moral que o modelo desenvolvimentista introduziu no ideal democrático. O objetivo da democracia é assinalar as vontades do povo da forma como elas são, e não favorecer o alcance do que o povo poderia ser. A participação não tem valor em si mesma, não é concebida nem mesmo como mecanismo para transformação dos seres humanos em cidadãos mais conscientes e conseqüentemente da sociedade. A democracia é um instrumento de mercado, na qual os eleitores são os consumidores e os políticos são os proprietários das empresas fornecedoras. Macpherson (1978) ressalta que tal modelo não é de se causar surpresa, visto que, seu precursor, Schumpeter, foi um economista que dedicou sua vida a elaboração de modelos de mercado. Também não é de se surpreender que os teóricos, os jornalistas e o público adotassem esse modelo como realista, afinal eles também viviam e trabalhavam em uma sociedade mercantilista, ou seja, foram moldados por ela (MACPHERSON, 1978).

O autor acima explica que tal analogia do sistema político com o mercado se deve ao fato de que por volta da metade do século XX não aparentava ser algo inocente acreditar no poder do consumidor frente ao mercado econômico, dessa forma, acreditava-se que o povo enquanto consumidores políticos também seriam soberanos porque poderiam escolher entre vários fornecedores políticos. Tornava-se fácil aos pensadores políticos adotarem a mesma presunção dos teóricos econômicos. O modelo econômico concebia empresários e consumidores como potencializadores, agindo em livre concorrência, com base na razão para o bem de si mesmo. Assim, o mercado produzia a melhor distribuição de capital, trabalho e bens de consumo. O mesmo ocorreria no sistema político, eleitores e políticos agindo como potencializadores racionais em livre concorrência obteriam do modelo político mercadológico a melhor distribuição de energias e bens políticos. O sistema político democrático seria capaz de produzir o equilíbrio de matérias-primas e produtos, ou seja, dos recursos e energias aplicados nele pelos cidadãos e as retribuições que conseguissem dele.

No entanto, Macpherson (1978) demonstra que o sistema incorporado pela democracia de equilíbrio como mercado político não é democrático como se fez acreditar. O equilíbrio produzido por ele é feito na desigualdade e o poder do consumidor não é real. Pois, ao considerar o sistema político (análogo ao econômico) competidor o suficiente para criar a

oferta e as melhores distribuições de recursos públicos em relação à procura, realiza-se apenas o registro da demanda e age em relação a ela, mas somente às demandas que possuem poder aquisitivo para lhes dar respaldo. O autor destaca que no mercado econômico isso representa apenas dinheiro, independente se quem o adquiriu foi por meio do gasto de sua própria energia ou de outra maneira. Já no mercado político, apesar do poder de compra também significar em grande parte dinheiro, seja para financiamento dos partidos, de candidatos, de grupos de pressão, de publicidade e outros do tipo, ele também envolve o consumo de energia aplicada na participação de diversos modos no processo político.

Dado que o poder aquisitivo político é dinheiro, não se pode dizer que o sistema de equilíbrio é democrático, haja vista a enorme desigualdade de riqueza e de oportunidades para adquiri-las nas sociedades atuais. Pode até ser chamado de soberania do consumidor, no entanto, a soberania de um grupo de consumidores em situações extremamente desiguais não pode ser considerada democrática. Ao passo que o poder aquisitivo político também representa um consumo direto de energia, isso coloca em desvantagem àquelas pessoas cujo grau de instrução e ocupação resultam em maior dificuldade para si do que para outros de conseguir, dominar e diferenciar a informação que necessitam para a verdadeira participação. Assim, o tempo destinado à participação política dessas pessoas não tem o mesmo valor, nem a mesma eficácia que o de outras que estejam em situações mais vantajosas. Essas pessoas têm consciência disso e por isso se tornam apáticas, indiferentes aos processos políticos. A desigualdade social gera a apatia (MACPHERSON, 1978).

Além do exposto, esse sistema político, também favorece a apatia no que se refere à forma como atua o modelo partidário, conforme argumentado anteriormente. Em uma sociedade em que se predomina a desigualdade, diante da ampliação da franquia, se opera disfarçando os problemas e diminuindo a responsabilidade dos governos para com os eleitores, fato que os desmotiva a fazerem uma escolha. Uma das principais razões para não ir votar é a sensação de que não existe uma escolha concreta. Ao mesmo tempo há de se considerar que o sucesso do modelo de equilíbrio depende dos altos níveis de apatia atuais, uma vez que, uma maior participação colocaria em risco a sobrevivência do sistema (MACPHERSON, 1978).

Destarte, nota-se que os valores da democracia, da igualdade política e da liberdade se encontram profundamente comprometidos no sistema democrático atual, visto que nesse modelo quem define a agenda política é uma minoria de pessoas ricas, detentoras de grandes recursos políticos em detrimento da maioria dos cidadãos.

### 3.3.3 Democracia participativa

Da mesma forma que a economia solidária possui raízes no associativismo e cooperação exercidos no Centro e no Norte da Itália no século XII, o germe da democracia participativa também se encontra nessa mesma época e local. Uma forma de governo instituída sob o princípio da colaboração horizontal e da autonomia local das repúblicas comunais. Como visto na seção 3.2.1 deste trabalho, as comunas surgiram a partir de associações voluntárias formadas por grupos de vizinhos com o intuito de se ajudarem mutuamente em relação à proteção e a cooperação econômica. E, embora essas comunas não fossem democráticas no sentido estrito da palavra, visto que, apenas uma pequena parte da população masculina possuía direitos políticos (a elite aristocrática urbana que absorveu a nobreza rural), o nível de participação na vida pública era considerável, principalmente se comparados aos sistemas europeus à época (PUTNAM, 2006).

Segundo Putnam (2006), a partir do desenvolvimento da vida comunal, comerciantes e artesãos começaram a criar associações para auxílio mútuo com finalidades sociais diversas e inclusive profissionais. Esses grupos, junto com outros cidadãos passaram a requerer uma reforma política mais abrangente, ou seja, mais oportunidades de participação. Dessa maneira, muitos artesãos e lojistas tornaram-se membros dos conselhos deliberativos das cidades da Itália setentrional e central. O autor destaca, que as normas e atividades do republicanismo cívico proporcionaram uma elevada participação popular nas decisões públicas como nunca visto antes no mundo medieval. Conseqüentemente, a participação cívica possibilitou melhoras econômicas e no desempenho do governo. Transformações radicais nas instituições políticas surgiram das relações horizontais de colaboração e solidariedade, ao passo que esses progressos deram força à comunidade cívica.

No mundo contemporâneo, a democracia participativa, assim denominada, iniciou como lema dos movimentos estudantis da Nova Esquerda que ocorreram nos anos 1960. Na mesma década e na seguinte disseminou-se pela classe trabalhadora como resultado da crescente insatisfação dos operários fabris e dos trabalhadores de escritórios, e de um sentimento geral de alienação que se tornou tema de sociólogos, administradores, comissões governamentais e a imprensa popular. O advento de indústrias controladas pelos trabalhadores foi uma das manifestações desse novo espírito. Nesses mesmos anos, começou a aventar a ideia de que era necessário haver considerável participação dos cidadãos nas decisões do governo. A difusão dessas ideias foi tão ampla que governos nacionais começaram a adotar,

ao menos verbalmente, o slogan da participação, alguns chegaram a inaugurar programas com extensa participação popular (MACPHERSON, 1978).

Nesse sentido, de acordo com o ideal de democracia, um dos problemas principais dos regimes democráticos representativos é a baixa participação da maioria dos cidadãos na condução dos processos políticos. Os defensores da corrente participativa se concentram nessa questão e propõem alternativas que buscam aumentar a presença popular na política. De forma coerente, os democratas participativos indicam como a organização política deveria ser para se alcançar uma democracia merecedora de seu nome (MIGUEL, 2005).

A teoria democrática participativa sugere um aperfeiçoamento da representação por meio da qualificação política dos atores sociais. A democracia é vista e valorizada como um processo educativo. Dessa forma, “a corrente participacionista reivindica Jean-Jacques Rousseau e John Stuart Mill como seus precursores intelectuais” (MIGUEL, 2005, p. 25).

Rousseau contribuiu fortemente para a teoria da democracia participativa. Segundo a sua filosofia política, a principal variável a ser analisada é se a instituição é ou não participativa, na qual a principal função da participação é ser educativa, desenvolvendo nas pessoas uma ação responsável, individual, social e política. Ao participar dos processos de tomada de decisão, os indivíduos aprendem a considerar as questões além do próprio interesse, pois, do contrário, não haveria a cooperação dos demais participantes. Assim, acaba por imperar o senso de justiça porque demandas que não atendam o coletivo não serão aprovadas com facilidade. Logo, os indivíduos são ensinados a separar seus interesses privados dos coletivos, tornando-se apto a ser um cidadão público e privado. Rousseau defendia que uma vez estabelecido o sistema participativo, este se torna autossustentável, pois quanto mais o cidadão participa, mais se torna capaz de fazê-lo. Outro fato importante defendido pelo filósofo, é que a igualdade social é fundamental para o processo de participação, ou seja, a segurança e independência financeira dos indivíduos estão atreladas à igualdade e independência política dos mesmos (PATEMAN, 1992). Esse posicionamento de Rousseau se mostra fortemente contrário à concepção democrática liberal de que os indivíduos são livres e iguais, pois as desigualdades de classe, sexo e raça que produzem assimetrias de poder e recursos, reduzem substancialmente as oportunidades de as pessoas participarem ativamente da vida política e civil. Segundo Pateman (1992, p. 35):

toda a teoria política de Rousseau apoia-se na participação individual de cada cidadão no processo político de tomada de decisões, e, em sua teoria, a participação é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o

funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas.

Assim, Rousseau defende que a participação nos processos políticos de tomada de decisão é um bem em si mesma e não apenas um instrumento de defesa de instituições e direitos individuais.

Mill alegava que “de nada servem o sufrágio universal e a participação no governo nacional, se o indivíduo não foi preparado para essa participação em um nível local; é neste nível que ele aprende a se autogovernar” (PATEMAN, 1992, p. 46). Sendo assim, ele acreditava que formas cooperativas de organização industrial, nas quais através da associação dos trabalhadores, de posse coletiva do capital para gerir suas atividades, trabalhando sob a gestão de pessoas escolhidas, assim como, destituídas por eles mesmos, levariam a uma transformação moral das pessoas que dela faziam parte, pois, a participação na condução dos interesses coletivos na organização industrial facilita e desenvolve as qualidades que o ser humano necessita para as atividades públicas (PATEMAN, 1992).

Pateman, fundamentando-se nas concepções centrais de Rousseau e J. S. Mill para desenvolver sua teoria sobre a democracia participativa, defende a ampliação dos procedimentos democráticos para além das estruturas do Estado. Ao defender a democratização da vida cotidiana das pessoas, especialmente, nos seus locais de trabalho, a autora vinculou essa vivência à educação política. Ela argumenta, que a participação nos processos de tomada de decisão nas empresas requer que os participantes estejam bem informados e entendam mais sobre uma série de questões que afetam as decisões e conseqüentemente suas vidas, ou seja, expande seus conhecimentos sobre a política e a sociedade. Assim, além de proporcionar maior controle das pessoas sobre suas próprias vidas, a participação democrática promove o desenvolvimento humano, aumenta o senso crítico e diminui o distanciamento dos núcleos de poder. Pateman ressalta ainda que é possível identificar outra dimensão para a teoria da participação: “excetuando-se sua importância como instrumento educativo, a participação no local de trabalho – sistema político – pode ser encarada como a participação política por excelência” (1992, p. 51). Acerca dessa afirmação de Pateman, Held (1987, p. 233-234) discorre:

Enquanto os direitos à autodeterminação se aplicarem somente à esfera do governo, a democracia não apenas estará restrita em significado ao voto periódico ocasional, [...], mas também contará pouco na determinação da qualidade de vida de muitas pessoas. Para que a autodeterminação possa ser conquistada, os direitos democráticos precisam ser estendidos do Estado ao empreendimento econômico e a outras instituições centrais da sociedade. A estrutura do moderno mundo corporativo torna essencial que os direitos

políticos dos cidadãos sejam complementados por um conjunto similar de direitos na esfera do trabalho.

O argumento de Held converge com as afirmações de Pateman e aponta que além do Estado a sociedade também deve ser democratizada, o que contraria a separação política entre Estado e sociedade presente na vertente liberal.

Assim como exposto que a sociedade precisa ser democratizada, de acordo com os teóricos Macpherson (1977) e Poulantzas (1980 citados por HELD, 1987), o Estado também precisa ser democratizado, de forma que o parlamento, partidos políticos e burocracias estatais se tornem mais abertos e responsáveis diante dos grupos de pessoas que representam. A democratização dos partidos políticos, tornando-os participativos dentro de uma estrutura parlamentar, com participação de organizações autogestionárias no local de trabalho e na comunidade, representaria uma base sólida para a democracia participativa. Essas ações devem estar coordenadas com ações de democratização da sociedade como a ampliação dos espaços de participação, fiscalização e controle das instituições que também possam garantir que os procedimentos sejam realizados com responsabilidade. Para Macpherson, a liberdade e o desenvolvimento individual somente podem ser alcançados por meio da ação direta dos cidadãos na regulação da sociedade e do Estado.

Inspirados por Rousseau e J. S. Mill, assim como por anarquistas e por marxistas, Pateman, juntamente com Macpherson e Poulantzas, contribuíram de maneira fundamental para a reformulação das ideias sobre democracia e liberdade.

Held (1987), baseando-se em elementos centrais das obras de Poulantzas (1980), Macpherson (1977) e Pateman (1970, 1985), produziu o que seria um modelo de democracia participativa, cujo princípio se estabelece na afirmação de que o direito igual de autodesenvolvimento só pode ser alcançado em uma sociedade participativa, que se preocupe com os problemas coletivos e favoreça o desenvolvimento de cidadãos conhecedores, capazes e interessados no processo governamental. Os aspectos chave desse modelo são: a participação direta dos cidadãos nos processos de normatização das principais instituições da sociedade, no local de trabalho e nas comunidades; reorganização do sistema partidário, de forma que seus líderes sejam diretamente responsáveis diante dos seus membros; os partidos devem ser participativos e atuar em estruturas congressista ou parlamentares; o sistema institucional deve se manter aberto à experimentação de novas formas políticas. Como condições gerais tem-se: redistribuição de recursos materiais à grupos sociais carentes; minimizar o máximo possível o poder burocrático que não necessite de prestar contas na vida pública e privada; manter um sistema de informações aberto que ampare os processos de

tomada de decisões; promoção de um sistema de cuidado a crianças que possibilite tanto às mulheres, quanto aos homens usufruírem das oportunidades de participação. Como é possível observar, a corrente participacionista não sugere a eliminação do sistema de representação política, ao contrário, defende um aprimoramento dele.

Macpherson (1978) destaca que para se conseguir fazer funcionar um sistema relevantemente mais participativo que o atual, alguns obstáculos precisam ser vencidos, ou seja, transformações na sociedade e de ideologias atuais devem ocorrer para se alcançar uma democracia participativa. Uma delas trata-se da mudança de consciência do povo, de deixar de se enxergar, sobretudo, como consumidor, e passar a enxergar-se e a se comportar como executor do desenvolvimento de suas capacidades e desfrutar desse caminho. O autor acrescenta que esta última, a autoimagem possui um sentido de comunidade que a primeira não tem. Inclusive o desenvolvimento das próprias capacidades deve ser feito em conjunto com outras pessoas, em uma relação de comunidade. E muito provavelmente a prática de uma democracia participativa requeira um sentido mais forte de comunidade do que o atual. Outra mudança fundamental que deve ocorrer na presente sociedade é uma grande redução da desigualdade social e econômica, pois a desigualdade demanda um sistema partidário não participativo para manter o equilíbrio e a coesão da sociedade.

Se uma mudança na autoimagem de homem consumidor e uma drástica diminuição da desigualdade social e econômica são requisitos necessários ao alcance da democracia participativa, parece estarmos diante de um círculo vicioso, argumenta Macpherson (1978). Pois, não se pode conseguir maior participação democrática sem uma transformação da desigualdade social e da consciência humana, mas não se pode conseguir tais mudanças sem antes um aumento da participação democrática. Todavia, o autor destaca que é possível verificar algumas mudanças aparentes ou em perspectiva que dão alguma esperança de ruptura desse círculo vicioso e chama a atenção para três delas.

Primeiramente, as pessoas estão avaliando, cada vez mais, os custos do crescimento econômico em relação à qualidade de vida. Cujos os mais visíveis são os custos da poluição do ar, da terra e da água, outros como o esgotamento exacerbado dos recursos naturais e a eminência dos danos irreversíveis ao meio ambiente também estão cada vez mais aparentes. O surgimento da consciência em relação a estes problemas pode ser um primeiro passo para se superar a ideia de consumidor nato e de um caminhar em direção à consciência do interesse público, que não pode ser resolvida por elites em competição (MACPHERSON, 1978).

Em segundo, um avanço na consciência dos custos da apatia política, e relacionada com ela de forma íntima, uma maior consciência dos trabalhadores fabris do modo impróprio como são conduzidas as atividades industriais tradicionais e rotineiras. As quais dão pouca ou nenhuma oportunidade de participação aos trabalhadores, favorecendo a concentração do poder empresarial. A esse respeito o autor cita dois exemplos: o surgimento de movimentos comunitários e de associações constituídos como forma de exercer pressão sobre estruturas políticas e de se posicionarem contra a expansão da propriedade, da degradação do meio ambiente e outras questões; menos perceptíveis, mas importantes a longo prazo é o surgimento de movimentos a favor da participação democrática em processos de tomada de decisão no trabalho. No primeiro caso, apesar dos movimentos em si não promoverem grandes rupturas com sistema de elites, atraem muitas pessoas, inclusive das camadas econômicas inferiores, à participação política. No segundo exemplo, envolve experiências de participação em processos decisórios de fatores que afetam diretamente a vida do trabalhador, que se perceber que sua participação é efetiva, estarão ausentes as forças que resultam na apatia, e a vontade de participar com base na própria experiência tem a possibilidade de extrapolar do local de trabalho para setores políticos mais amplos e ter um bom efeito de ruptura (MACPHERSON, 1978).

A terceira abertura considerada pelo autor acima, se refere à crescente dúvida quanto à capacidade do modo capitalista de produção de continuar a atender as expectativas do consumidor com o presente grau de desigualdade, não obstante este encontre sempre muito apoio no Estado liberal. O fato é que existe uma contradição no seio do capitalismo, cujas consequências não podem ser ignoradas indefinidamente. Ele reproduz a desigualdade e a consciência de consumidor e necessita agir assim para continuar existindo, mas sua capacidade crescente de produção tem seu inverso que é ter que expandir a produção constantemente cada vez mais. No entanto, se as pessoas não tiverem condições de comprar, não haverá lucro, nem como produzir mais. Dessa forma, o capitalismo tem passado por enormes crises econômicas, gerando desvalorização dos salários e insegurança dos empregos. Tal questão tem levado trabalhadores à militância de diversas maneiras, seja aumentando a força de partidos socialistas ou a participação nos sindicatos. Ações que podem ser vistas como essencialmente políticas e mesmo que não sejam transferidas para o processo político formal, representa um aumento na participação política.

Não obstante, Miguel (2017), discorre que o capitalismo continua sendo um obstáculo à ampliação da política e da democracia. As desigualdades materiais resultam em capacidade

assimétrica de influência política, ao passo que, o padrão hierárquico, antiparticipativo nos locais de trabalho advém da lógica da propriedade privada.

Os pensamentos de Dahl (1990) acerca da propriedade privada convergem com os de Miguel. Dahl afirma que a propriedade privada e o controle das empresas influência na desigualdade política de duas maneiras que se relacionam entre si. Primeiro, favorecem a criação de enormes diferenças entre às pessoas referentes à riqueza, status, competências, acesso a informações e controle sobre elas, acesso à líderes políticos, ou seja, oportunidades de forma geral, não somente para adultos, mas também para seus filhos. Segundo, as diferenças citadas acarretam consideráveis diferenças entre os cidadãos em suas capacidades e possibilidades de atuarem como políticos de forma igual na sociedade e no governo do Estado.

Dessa forma, Wood (2007) acrescenta que o capitalismo é incompatível com a democracia, se esta for considerada por seu significado original, pois, não existe um capitalismo governado pelo povo, no qual os desejos dos cidadãos sejam considerados em detrimento aos dos despóticos do ganho e da acumulação de capital. Na visão da autora, o capitalismo é antiético perante à democracia, visto que na sociedade capitalista os bem afortunados têm acesso privilegiado ao poder. A acumulação capitalista e as leis do mercado se sobrepõem às necessidades básicas da vida e às condições de reprodução social primordiais. Portanto, o capitalismo instituiu uma relação entre o poder político e o econômico incompatível com os direitos políticos universais.

Já Held (1987, p. 250) traz para essa discussão um argumento importante sobre o que é a política:

Para mim, o político trata do poder; ou seja, trata da capacidade dos agentes, órgãos e instituições sociais de manter ou transformar seu ambiente, social ou físico. [...] Consequentemente, a política é um fenômeno encontrado em e entre todos os grupos, instituições (formais e informais) e sociedades, perpassando a vida pública e privada. Ela é expressa em todas as atividades de cooperação, negociação e luta pelo uso e distribuição de recursos. Ela está envolvida em todas as relações, instituições e estruturas que estão implicadas nas atividades de produção e reprodução da vida da sociedade. A política cria e condiciona todos os aspectos de nossa vida e está no coração do desenvolvimento dos problemas da sociedade e dos modos coletivos de resolução. Embora esta compreensão da política levante várias questões complicadas, [...] ela destaca de forma bastante útil a natureza da política como sendo uma dimensão universal da vida humana, não relacionada a qualquer “sítio” ou conjunto de instituições específico.

A citação acima, apresenta um conceito importante para o debate sobre democracia participativa, o de que a política não é algo reservado apenas às instâncias do Estado, ao contrário, a política faz parte de todas as relações humanas, e, portanto, estas devem ser democratizadas.

Dessa forma, a ampliação das oportunidades de participação dos cidadãos no seu cotidiano e a educação política como resultado dessa participação, fundamentos da democracia participativa, é o que se busca relacionar com a economia solidária, tema que será tratado na próxima seção.

### **3.4 Economia solidária e democracia participativa**

Esta seção se dedica a apresentar estudos teóricos e empíricos sobre a economia solidária que em seu teor apresentam elementos e concepções relacionadas ao papel que a democracia participativa exerce na economia solidária. Vale ressaltar, que a democracia participativa é exercida nos empreendimentos de economia solidária por meio da autogestão das trabalhadoras e trabalhadores, sendo assim, o levantamento dos estudos que serão apresentados a seguir, foi realizado com atenção para elementos e relatos sobre as práticas democráticas exercidas no âmbito dos empreendimentos ou que discorressem diretamente sobre democracia.

Para levantamento dos referidos estudos foi realizada uma revisão bibliográfica de escopo sobre o tema Economia solidária e Democracia Participativa nas bases de dados científicos portal Periódicos CAPES e a SciELO Citation Index acessada por meio da Web of Science. Essas bases foram escolhidas por serem abrangentes e confiáveis. As palavras-chave utilizadas para se alcançar os estudos referentes à temática da pesquisa foram economia solidária e democracia, sendo que a palavra participativa não foi utilizada para que a amplitude da busca não fosse muito limitada. Foi definido um string de busca em português (ti:(Economia solidária)) AND (democracia) e um em espanhol (ti:(Economía solidaria) AND (democracia)), este último no intuito de abranger os estudos no âmbito da América Latina, que foram aplicados em ambas as bases de dados selecionadas. Refinou-se a busca por apenas artigos revisados por pares, cujo resultado foi de 37 artigos localizados no portal Periódicos CAPES e 5 artigos na base SciELO.

O total de 42 artigos encontrados foram enviados para o EndNote Web. Em seguida, foi realizada a verificação e exclusão de 3 artigos duplicados, restando 39 estudos. Após a

leitura dos títulos e resumos, mais 9 artigos foram excluídos por não terem nenhuma relação com o objetivo desta pesquisa. Os 30 artigos que restaram foram lidos integralmente, destes, 7 foram excluídos por não conterem elementos que se relacionassem diretamente com ao papel da democracia na economia solidária ou porque os abordavam muito vagamente. Para a apresentação dos resultados, elaborou-se resumos sucintos dos 23 artigos selecionados, apenas das descrições que vinham ao encontro do objetivo da presente pesquisa, no intuito de fornecer uma visão geral dos estudos encontrados e considerados relevantes, os quais serão apresentados a seguir.

Ao analisar três experiências argentinas consideradas relevantes no campo da Economia Solidária com a finalidade de identificar o que tem de alternativo nelas, Abramovich e Vazquez (2007) ressaltam que estas experiências que surgem como respostas diante da grande crise socioeconômica que atravessou a Argentina no final da década de 1990, mostram caminhos possíveis ao construir espaços de economia social e solidária, os quais os autores acreditam que seja necessário seguir experimentando e aprendendo coletivamente. A primeira experiência analisada trata do caso de empresas que se encontravam em processo de falência e foram recuperadas e passaram a ser autogestionadas pelos trabalhadores em forma de cooperativas. Segundo os autores, as cooperativas estimulam a aparição da solidariedade e igualdade nas relações interpessoais, ao mesmo tempo que possibilitam a participação na gestão e proporcionam a criatividade e desenvolvimento pessoal dos trabalhadores. Logo, possuem também potencial emancipador a partir do momento que se amplia os campos sociais onde se atua de acordo com estas práticas e valores, possibilitando a entrada no campo da luta política. A segunda experiência analisada foram os clubes de trocas, que consiste na criação de mercados sociais que funcionam com uma moeda social. Nesse caso, os autores indicaram que para além da satisfação das necessidades, a maioria dos participantes tinham a intenção explícita de pautar suas ações na solidariedade, reconhecimento interpessoal e na autogestão responsável e participativa, promovendo o desenvolvimento pessoal e criativo e a ampliação dos campos sociais em que se desenvolvem essas formas de sociabilidade. Segundo os autores, o que é verdadeiramente inovador nesse tipo de atividade é o redescobrimto de que a moeda e os mercados são construções sociais. A terceira experiência estudada pelos autores foi a Frente Nacional Contra A Pobreza (FRENAP) por considerarem dentro do marco da economia solidária porque integrou organização popular, democracia participativa, reivindicação de igualdade e reorganização da economia em função do direito à vida digna de todos. Os autores concluíram que as experiências analisadas

fortalecem tendências incipientes na realidade sociopolítica da América Latina rumo a uma maior intervenção social nos mercados, a valorização de iniciativas associativas e autogestionárias em busca de transformações necessárias na hierarquia de direitos em favor da vida e do trabalho contra a liberdade sem restrições do capital.

França Filho (2007) afirma que a construção conjunta da oferta e da demanda como característica chave desta outra economia supõe, ainda, no nível da ação, uma articulação final entre as dimensões socioeconômica e sociopolítica. Isto porque a elaboração das atividades sócioprodutivas conjuga-se à uma forma de ação pública: trata-se de moradores num determinado território debatendo politicamente seus problemas comuns e decidindo seu destino. Tais iniciativas têm vocação para constituir-se, também, como formas inéditas de espaço público em seus respectivos territórios.

Ainda de acordo com França Filho (2007, p. 16), a temática da economia solidária permite superar alguns reducionismos de visão, dentre eles, a redução da ideia de política ao Estado que:

consiste em separar a política da sociedade, ou seja, das práticas cotidianas dos cidadãos em seus respectivos territórios, como se o lócus fundamental da política fosse exclusivamente as estruturas de Estado. A visão da economia solidária aqui trabalhada insiste na ideia da economia como um meio a serviço de outras finalidades: sociais, políticas, culturais, ambientais, etc., e não como um fim em si mesmo. Isto significa conceber as atividades econômicas constituídas através de iniciativas organizadas como formas de resolução de problemas públicos concretos num determinado território. As formas de economia solidária podem também ser percebidas como modos de ação pública, de fazer política no seio da própria sociedade, na medida em que tais iniciativas voltam-se para resolver problemas públicos vividos coletivamente num determinado contexto territorial. Trata-se, evidentemente, do fomento a uma política do cotidiano nos bairros e comunidades, que incita os cidadãos a agir.

A afirmação do autor França Filho na citação acima, ilustra, claramente, a associação do tema da economia solidária aos ideais democráticos da corrente participacionista que a presente pesquisa traz para o debate, aos quais se fundamentam na ação política da democratização da vida cotidiana dos cidadãos.

Para Gaiger (2008), as experiências de economia solidária possibilitam o desenvolvimento de relações geradoras de vínculos sociais, através dos quais a vida econômica se encontra entrelaçada com a vida social, o que contraria a natureza utilitarista e materialista de diversos princípios operantes da vida econômica baseada apenas na troca de materiais. Gaiger destaca que os valores provenientes dessas experiências proporcionam um aumento da reciprocidade social e o envolvimento na esfera política, cujo horizonte é a

legitimação de um sistema de regulação que assegure a coexistência de diversas lógicas econômicas em condições de equilíbrio.

No trabalho intitulado “Autogestão: desafios políticos e metodológicos da incubação de empreendimentos econômicos solidários”, Lechat e Barcelos (2008) fazem apontamentos importantes sobre a autogestão e a economia solidária que corroboram com os argumentos de Gaiger (2008). O artigo defende o caráter político da autogestão e questiona em que medida esse princípio da vida coletiva pode superar o ideal simbólico de autonomia e de democracia radical e principalmente, ser construído na prática dos grupos humanos. As autoras destacam que a autogestão é um dos temas mais complexos e desafiadores da economia solidária. Especialmente para o Movimento de Economia Solidária no Brasil, a autogestão é o que difere o cooperativismo empresarial e as propostas que tornam a economia solidária apenas um instrumento de geração de renda, trabalho e desenvolvimento local, pois diversos empreendimentos são solidários e cooperativos, mas não são autogestionários. As relações de trabalho autogestionárias são contrárias às relações do modelo capitalista baseado na hierarquização e na verticalização da gestão, no assalariamento e na exploração dos trabalhadores. A autogestão revela uma nova convicção de democracia participativa e de exercício efetivo da cidadania. Sobre essa questão, elas concluem que a proposta autogestionária da economia solidária propõe uma revolução política, cultural e socioeconômica que visa construir uma sociedade orientada para a emancipação do ser humano.

No estudo intitulado “A economia solidária e o trabalho associativo: Teorias e realidades”, Leite (2009) estabeleceu os seguintes objetivos: delimitar uma discussão teórica sobre a economia solidária e o trabalho associativo, incluindo não só aqueles que acreditam que se trata de uma transformação social, mas também os que possuem uma visão mais crítica do fenômeno, e não acreditam configurar uma alternativa de geração de emprego e renda; estudar o exemplo argentino como uma experiência de difusão do cooperativismo e fenômeno social no início dos anos 2000; e analisar as experiências brasileiras a partir de balanços nacionais. A autora relata que as conclusões apontam para uma realidade complexa e heterogênea, que vai desde experiências diversificadas de formas de assalariamento disfarçado até modelos interessantes de complexos cooperativos que envolvem um número considerável de cooperativas e trabalhadores que expressam experiências sociais significativas. As discussões apresentadas conduziram a autora à hipótese de pesquisa que busca entender os empreendimentos vinculados à economia solidária como alternativas de

inserção social, que apesar de não terem a potencialidade de transformação social apontada por aqueles que assim os consideram, pode se tornar experiências importantes de resistência ao desemprego, possibilitando novas formas de sociabilidade. Sobre o caso argentino, ela aponta a dificuldade desse tipo de inserção social se manter a longo prazo, se caracterizando como uma reação dos trabalhadores ao desemprego frente à nova realidade do mercado de trabalho. Assim, ela destaca que as cooperativas e associações inseridas no conceito de economia solidária trata-se de experiências de mobilização e organização dos trabalhadores que baseando-se em princípios democráticos pode ser capaz, em alguns casos, de promover mudanças significativas não só na vida daqueles que a experimentam, como também na sociedade.

Nesse sentido, Sarria Icaza (2009), discorre sobre o potencial das práticas de economia solidária de desenvolverem em seus atores a capacidade de pensamento crítico e questionador dos padrões dominantes da economia capitalista, ao afirmar que as experiências de economia solidária trazem aos espaços públicos diferentes atores sociais, que organizam e integram dimensões econômicas, políticas e sociais, e que esses projetos são mais que alternativas ao capitalismo, pois, constroem um movimento diverso, cuja verdadeira força é sua capacidade de questionar, propor e experimentar.

A questão democrática é um elemento importante que está presente na dinâmica da economia solidária desde suas origens e que, no caso brasileiro, se expressa na alusão à aspiração à cidadania, termo altamente simbólico entre todos os atores envolvidos. A questão da cidadania refere-se tanto à necessidade de abertura de espaços propriamente políticos, historicamente autoritários e restritos às elites oligárquicas, quanto ao reconhecimento e acesso aos direitos sociais básicos, historicamente negados à grande maioria da população, em uma sociedade cujo crescimento econômico gerou bem-estar para poucos (SARRIA ICAZA, 2009, p. 35).

Vale ressaltar que as proposições de Sarria Icaza, tanto na citação acima, quanto no argumento que se segue, também se relacionam com as questões apresentadas nessa pesquisa. A autora destaca o desafio democrático da economia solidária, que presume a participação ativa dos atores de base como protagonistas e não apenas como objetos de promoção de organizações econômicas cooperativas promovidas pelo Governo ou por organizações de apoio. O desafio é precisamente a ampliação de espaços públicos democráticos, nos quais esses atores possam afirmar suas demandas e práticas sociais, o que contraria uma visão limitada de disputa por espaços públicos de representação política e aparelhos estatais (SARRIA ICAZA, 2009).

No artigo “Economía solidária, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta em práctica”, o autor resalta o forte vínculo da economia solidária com a democracia participativa. Ele faz uma articulação conceitual entre economia solidária, descentralização, cooperativismo e gestão social, no intuito de desenvolver uma base conceitual modernizadora e democratizadora da sociedade, reconhecendo que a discussão já se encontra avançada em vários países da América Latina e sendo colocada em prática com diferentes resultados. O autor discorre que o vínculo conceitual articulador da economia solidária é a participação das trabalhadoras e trabalhadores nas decisões da produção e redistribuição dos resultados, uma descentralização sócio, política e econômica, portanto, é uma forma de organização fortemente ligada à democracia participativa e protagonista dos atores sociais. Sobre a vinculação conceitual entre economia solidária, descentralização e cooperativismo, de acordo com o autor, elas se relacionam por dois elementos principais do cooperativismo, um, como forma de produção baseada nos valores de solidariedade, igualdade e integração dos trabalhadores, elementos presentes no conceito de economia solidária, outro, a participação direta dos produtores nas decisões, alcançando o fortalecimento do conceito de descentralização, que pode ser compreendido como autonomia de decisão e a faculdade própria de desenvolvimento dos atores sociais diante de um Estado centralizador e autocrático (MONJE-REYES, 2011).

Morais *et al.* (2011), em seu estudo empírico demonstra conformidade com argumentos dos autores citados até o momento no que se refere ao potencial educativo presente no exercício da democracia participativa dentro do contexto da economia solidária. A experiência pesquisada trata-se da Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória Ltda. (COPAVI). A estrutura organizacional da COPAVI é composta por Conselho Deliberativo que se reúne semanalmente para o debate de assuntos cotidianos, por dois núcleos familiares (as famílias foram divididas em dois grupos) que se reúnem mensalmente para prestações de contas, assuntos de ordem social e questões que serão encaminhadas para a Assembleia Geral, que por sua vez, se reúne mensalmente para definir estratégias, diretrizes, projetos e atividades da cooperativa. Os autores destacam que o valor da autogestão foi reforçado por uma das associadas entrevistadas, ao relatar que a autogestão era sem dúvida o diferencial da COPAVI, e o que a torna um empreendimento econômico, de geração de renda e de inclusão social. Segundo eles, nesse processo de gestão, os cooperados exercem em seu cotidiano uma participação democrática direta e impulsionam uma nova forma de sociabilidade, assim como, geram uma práxis pedagógica que contribui para a formação dos adultos, jovens e crianças.

Como considerações finais da pesquisa, eles ponderam que, diante do contexto de elevada taxa de desemprego, de precarização das condições de trabalho e aumento da informalidade, a perspectiva cooperativista autogestionária, socioeconômica e solidária abordada configura-se em: oportunidade de conquista de melhores condições de vida no que concerne a vários fatores, dentre eles, alimentação, moradia, renda, educação, articulação política; formação de uma nova cultura, que rompe com o individualismo característico do modelo capitalista; assimilação ao processo socioeducativo advindo da vida coletiva, das assembleias e até do contato com profissionais que atuam nas políticas públicas de fomento aos experimentos de economia solidária. Como desafios a essa forma de organização autogestionária, democrática e solidária, os autores apontam: o interesse e clareza dos sujeitos envolvidos no processo; articulação entre os sujeitos e as políticas públicas; a compreensão do valor da propriedade coletiva e conquista de benefícios nesse modelo.

Por sua vez, Gaiger (2012), ao considerar as lacunas existentes nas investigações que têm sido realizadas no meio acadêmico, sugere alguns temas que conforme sua visão carecem de investigação. Dentre elas, uma vem de encontro com o tema abordado na presente pesquisa, que se trata sobre a identidade construída na nova trajetória de trabalho e nos envolvimento coletivos aos quais estão expostos os atores da economia solidária, a subjetividade, que ao produzir sentidos para o ator, o conduz a ação e favorece de forma decisiva para o significado social do alcance dessas experiências. Ainda nessa esfera, Gaiger destaca que a dimensão comunitária e social das organizações de economia solidária impulsiona seus integrantes a se envolverem em questões de interesse público, incentivando diversas formas de mobilização.

Nunes Rocha Filho e Gonçalves Cunha (2012), também ressaltam o potencial de desenvolvimento pessoal e político dos indivíduos que atuam no contexto da economia solidária e destacam que as reflexões sobre propostas de alternativas de bases de desenvolvimento, devem levar em consideração as práticas de economia solidária, pois estas de fato possibilitam o enfrentamento das crises capitalistas, principalmente em relação ao conhecimento de novas práticas, orientadas por princípios que conduzem ao despertar do pensamento crítico e ao questionamento dos paradigmas presentes na economia tradicional, nas relações de trabalho e produção. Além de proporcionar, em muitos casos, a melhora significativa da qualidade de vida dos indivíduos que nela atuam.

Novamente um estudo empírico corrobora com os conceitos e argumentos apresentados até o momento. No trabalho de Schüttz (2012), fundamentado em dados

empíricos oriundos de pesquisas realizadas em empreendimentos socioeconômicos no Sul do país e na cidade de Rosário, Província de Santa Fé na Argentina, a autora relata que os resultados das pesquisas apontam para a importância da prática da gestão democrática nos empreendimentos de economia solidária, na qual a participação de todos os membros é essencial para a resolução de problemas e definição de estratégias de desenvolvimento. Nesse processo, cria-se a oportunidade concreta para o despertar paulatino dos atores envolvidos, assim como, para o posicionamento e enfrentamento dos problemas que vão além dos limites dos empreendimentos, expandindo-se para as questões que envolvem a sociedade como um todo.

Na pesquisa realizada na cidade de Miranda no Rio Grande do Sul com sete empreendimentos econômicos solidários, cujo objetivo foi analisar como as dinâmicas da economia solidária podem promover o desenvolvimento local dos territórios, na análise dos resultados, Arruda *et al.* (2013) relata que a maioria dos postos de trabalho da referida cidade se caracterizam por relações informais de trabalho e por trabalho autônomo dos trabalhadores, o que gera consequências negativas tanto para o poder público, quanto para os trabalhadores como: insegurança, desproteção e relações de trabalho insalubre. Nesse contexto, ele destaca a importância dos empreendimentos de economia solidária, pois, além de gerar emprego e renda para o município, os princípios de solidariedade, autonomia e igualdade que regem as organizações econômico solidárias reduzem os aspectos de insegurança e incerteza dos indivíduos e proporcionam o aumento da autoestima, minimizando algumas consequências negativas da informalidade do mercado de trabalho de Miranda.

Da mesma forma, pode-se citar Gattai e Bernardes (2013), que realizaram uma análise do processo socioeducativo presente nos movimentos de economia solidária e da contribuição da universidade nesse processo, por meio de projetos de extensão universitária. A pesquisa foi realizada em um setor de baixa renda, na região da Grande ABC Paulista. Em relação ao primeiro ponto de análise, os autores destacam que as pessoas que se agrupam em um empreendimento, independentemente do tipo, para suprirem suas necessidades e garantir sua sobrevivência, sem capital financeiro e sem vincular-se como empregados a uma empresa tradicional, passam por um processo de aprendizagem. Pois, o trabalho coletivo em torno de um objetivo comum e os processos de tomada de decisões sobre a forma de administrar o trabalho, promovem nos indivíduos transformações sociais, culturais, comportamentais e cognitivas. Nesse sentido, é interessante salientar que a presente pesquisa converge com os propósitos desse estudo apresentado.

Já o artigo intitulado “Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades” apresentou um resultado bem diferente dos outros demonstrados até agora, com apontamentos interessantes que se faz necessário prestar a devida atenção. Locks e Gugliano (2013) realizaram uma pesquisa junto a nove empreendimentos de economia solidária na cidade de São Leopoldo no sul do Brasil, no ano de 2011, com o objetivo de analisar o desenvolvimento da democracia interna desses grupos e entender como ela se manifesta em processos cooperativos e associativos dentro do contexto da economia solidária, ou seja, discutir até que ponto essa proposta apresenta avanços em termos de democratização da gestão e organização das relações de trabalho. Para alcançar o objetivo, eles buscaram dados sobre as principais formas institucionais de participação realizadas nos Empreendimentos de Economia Solidária (EES) nacionais, disponíveis no Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Base SIES). Ao analisar esses dados, concluíram que mais de 2/3 dos empreendimentos estudados utilizam uma das principais instâncias de democracia direta no seu processo de deliberação, que se trata das assembleias, nas quais todos os sócios participam com o mesmo direito de voz e voto, com uma periodicidade que varia de semanal a trimestral. Comparando esses dados com os levantados nos empreendimentos de São Leopoldo, os autores constataram que no caso estudado, a periodicidade de realização das assembleias é maior que o nacional, que oscila de semanal até à realização de reuniões mensais. Contudo, eles destacaram que para verificar a relevância dessas reuniões era necessário avaliar o conteúdo das deliberações aprovadas nas reuniões e se as decisões eram significativas na atividade laboral dos associados, ou seja, a qualidade da participação dos sócios, tema não pesquisado pelas pesquisas da SENAES. De acordo com as observações realizadas nas reuniões e depoimentos colhidos com vários associados participantes, concluíram que apesar da periodicidade das reuniões, a maioria dos empreendimentos de economia solidária desenvolvem uma forma de democracia fraca em relação à autonomia nas decisões dos trabalhadores, devido, principalmente, ao predomínio de grupos familiares, que gera limitações nas tomadas de decisões e constrangimento aos demais participantes e ao fato de que em alguns grupos as principais decisões não chegam nem a ser discutidas coletivamente, são tomadas por uma elite dirigente que usa a comunicação de modo esporádico e autoritário, prejudicando o processo de deliberação das assembleias e reuniões. No entanto, os autores relatam que encontraram também, em menor número, grupos nos quais as tomadas de decisão são mais igualitárias e as dinâmicas internas são mais próximas de uma democracia forte, com maior envolvimento dos trabalhadores e capacidade de autogerir os empreendimentos. Eles

destacam que concordam com a ideia de que a economia solidária e o associativismo possibilitam o estabelecimento de relações mais justas no ambiente de trabalho. Contudo, concluem, que apesar do avanço em termos de mudança nas relações de trabalho, ainda há muito o que avançar no que diz respeito às estruturas de democratização e práticas democráticas.

Araújo (2014), propõe uma reflexão crítica sobre o tema do cooperativismo e da Economia Solidária, articulada pelas lentes da Filosofia Decolonial e a atual conjuntura desafiadora das experiências que possuem a autogestão como diferencial no processo de geração de trabalho e renda. A colonialidade se refere ao padrão de poder imposto aos países colonizados pela Europa Ocidental que determina elementos materiais e subjetivos. No decorrer da discussão, a autora faz vários apontamentos interessantes no que se refere aos modelos de cooperativas empresariais que reproduzem os modelos europeus, inclusive com relação às leis que as regem adotadas no Brasil, remetendo à colonialidade do poder que está submetida toda a América Latina. A autora faz também considerações acerca das ambiguidades presentes nos empreendimentos de economia solidária, como por exemplo, a dependência do Estado Brasileiro e de organizações de apoio. Araújo conclui o debate, afirmando acreditar que a virtualidade de experiências associativas e solidárias se encontra no elemento político formado na efetiva vivência autogestionária. Mas ressalta que para isso é necessário novos marcos institucionais, construídos de acordo com a realidade brasileira, cujos traços são compartilhados na América Latina.

O estudo empírico desenvolvido por Zambelo (2015), sobre economia solidária e autogestão em cooperativas de material reciclável obteve um resultado muito próximo ao obtido por Locks e Gugliano (2013). O trabalho foi realizado junto a duas cooperativas, COOTRAMAT e a COOPECO da cidade de Bauru-SP. As discussões sobre a pesquisa junto ao grupo da COOTRAMAT apontaram: imaturidade em relação ao comportamento do grupo e resistência a mudanças; desejo de que o poder público resolva os problemas; cultura de ser mandado e falta de iniciativa o que reforça a força da liderança; com relação ao comprometimento, existe sentimento de pertença, mas se encontram desestimulados com relação ao retorno financeiro e transferem o problema ao poder público; autogestão prejudicada pela centralização nas tomadas de decisão pela liderança; falta de transparência; falta de união e trabalho em equipe. Na COOPECO os apontamentos foram: mais maturidade em relação comportamento do grupo, não são resistentes a mudanças e sabem que essas dependem deles; centralização nas tomadas de decisão pela liderança e falta de interesse dos

outros em participarem; cultura de ser mandado e falta de iniciativa; com relação ao comprometimento possuem sentimento de pertença, mas ao contrário do grupo da COOTRAMAT não se sentem desestimulados quanto ao retorno financeiro, devido a forma de pagamento diário, diferente da outra cooperativa; falta de transparência; dificuldade de trabalho em equipe; não veem a cooperativa como local de trabalho, mas sim como um espaço onde não existe exclusão social e todos são iguais; liderança proativa, busca apoio técnico para implementar as decisões e não fica esperando o poder público resolver seus problemas. A autora destaca que quando a pesquisa foi realizada o Projeto de Extensão ainda se encontrava em desenvolvimento, mesmo assim, alguns pressupostos em relação às cooperativas já foram identificados como, o grau de maturidade, a atuação da liderança e a transparência da administração são fatores que influenciam e interferem na autogestão.

Laville (2016, p. 371-372), traz para a discussão a contribuição da economia solidária à teoria da democracia, e ressalta que:

Nem toda associação formada por iniciativa de pessoas livres tem finalidades políticas, mas em cada uma se constata o poder da ação conjunta. A contribuição das associações à democracia se deve ao fato de que elas são lugares em que os cidadãos definem por si mesmos as modalidades de ação. Por não obedecer a uma injunção externa, a gênese das associações lhes confere um caráter de espaço público autônomo.

De acordo com ele, a teoria da economia solidária se baseia em três pressupostos: na articulação entre as dimensões política e econômica; as iniciativas não são apenas organizações privadas, pois, faz parte das suas ações a manifestação da expressão pública; assim, utilizam os meios econômicos para se alcançar justiça social, preservação ambiental, diversidade cultural e outros. Ou seja, sua fundamentação no espaço público altera seu modelo econômico porque elas atuam com diferentes recursos (comerciais, redistributivos, recíprocos) para a realização de um projeto coletivo. O autor complementa seu raciocínio argumentando que:

Tanto os dados históricos como os estudos atuais sobre a economia solidária questionam as análises que dissociam espaço público e economia. A separação entre esferas política e econômica foi, durante muito tempo, alimentada por uma versão simplista do marxismo que definia a economia como a infraestrutura da sociedade e esquecia as mediações políticas. As teses influenciadas por uma determinada leitura de Arendt reavivaram essa separação, dessa vez a partir de um medo da influência nefasta que a importação das questões econômicas podia ter na decisão política. A economia solidária contesta fundamentalmente essa segmentação, defendendo, ao mesmo tempo, a ideia de que o debate político não pode esquecer as realidades econômicas. É justamente o descompasso entre o horizonte de uma democracia não excludente e o reforço das desigualdades sociais e sexuais que, no começo deste século XXI, assim como no século

XIX, explicam a existência de ações coletivas que buscam uma democratização da economia e da sociedade (LAVILLE, 2016, p. 371-372).

Na citação acima, novamente o autor argumenta como a economia solidária pode se contrapor à ideia de dissociação da política do campo econômico e defende a necessidade de democratização da economia e da sociedade, o que remete às perspectivas da corrente participacionista apresentadas nesta pesquisa.

No artigo “O Movimento da Economia Solidária e Suas Diretrizes Educativas”, os autores retornam para a discussão do caráter educativo dos processos participativos e destacam a importância dos processos de cidadania, autonomia e emancipação social dos indivíduos que participam de associações, cooperativas, movimentos sociais, entre outras ações coletivas, que envolvam a produção de saberes e conhecimentos fora do ambiente escolar, como é o caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários (OLIVEIRA; PAIVA, 2016).

Para Alcañiz (2019), a Economia Social e Solidária (ESS) ganhou um destaque indiscutível nos últimos anos, conforme demonstra seu reconhecimento a nível nacional, no que se refere ao México, quanto internacional, dentro de um vasto leque de propostas econômicas apresentadas como alternativas ou transformadoras.

Carrero Gros e Sanz Abad (2019), reforçam a afirmação citada acima e relatam que nas últimas décadas tem aumentado o interesse pela ESS, tanto como modelo, como setor da economia, mas destacam que, todavia, existem poucos estudos empíricos que busquem compreender como se materializam, ou não, os conceitos e princípios da ESS desenvolvidos pela teoria, na prática diária dos empreendimentos. Assim, o objetivo dos autores no estudo foi de problematizar essa questão por meio de uma aproximação etnográfica de quatro iniciativas econômicas de setores diversos que se caracterizam como práticas de ESS na Espanha. A partir dos estudos de casos realizados, os autores encontraram que essas experiências estão em constante busca por equilíbrio entre os ideais cooperativos, éticos e morais em que sustentam suas práticas e a estrutura de acumulação capitalista do mercado ao qual estão inseridas. Eles ressaltam a necessidade de se abandonar os dualismos existentes como, capitalistas e não capitalistas, puras e impuras e passar a observar como esses tipos de experiências revelam uma diversidade de lógicas e formas diferentes de se pensar e fazer economia, assim como, de reproduzir a vida. Os autores propõem que as experiências de ESS não dão origem, como alguns estudiosos sugerem, a realização de um cenário pós-capitalista, mas sim um cenário de pluralidade econômica que se caracterizam por um exercício de equilíbrio diário entre os diversos princípios econômicos e a existência de uma tensão e

articulação constante entre lógicas e formas de sociabilidade. Em três dos quatro estudos de casos apresentados pelos autores, foi possível verificar que estes aplicam o princípio da autogestão de forma consistente, proporcionado a participação democrática de todos os sócios em todos os níveis dos empreendimentos com assembleias, grupos de trabalhos e outros e que prezam pela transparência dos processos de gestão. Entretanto, isso não foi relatado na conclusão por não ser o foco do estudo apresentado.

Ainda sobre a autogestão, Nascimento e Santos (2019), delinearam os esforços teóricos, políticos e práticos que Paul Singer desenvolveu ao longo de sua trajetória pessoal e profissional para contribuir no avanço da autogestão e da economia solidária, compreendida por ele como ato pedagógico e como estratégia de desenvolvimento. De acordo com os autores, Singer afirmava que a adesão ao movimento de economia solidária surge de um processo de exclusão social e como alternativa ao desemprego. Assim, a adesão como estratégia política ocorre mais tarde, a partir da vivência dos valores e princípios da autogestão. E que a autogestão é um ato pedagógico em si mesmo, no qual o autoaprendizado é mútuo, tornando a busca pela solidariedade mais que uma imposição da necessidade, mas uma opção por outro modo de produção.

Cassio Brancaloneo também discorre sobre o caráter educativo e democrático da autogestão. Ele apresentou um breve balanço crítico do arcabouço teórico mobilizado pelo movimento autodenominado como economia solidária com base em elementos que fazem parte da perspectiva autogestionária de origem do campo anarquista e marxista heterodoxo. Seu objetivo foi contribuir com os debates do marco teórico voltado para a reflexão e análise de experiências contemporâneas de auto-organização social em ambientes de trabalho e produção. No último tópico do artigo, o autor discorre sobre a atualidade da autogestão e faz alguns apontamentos interessantes. Ele destaca que é inegável a importância dos fenômenos associados à economia solidária, principalmente no que diz respeito à capacidade de agenciamento desenvolvida por atores sociais a partir da identidade e de algumas intencionalidades que encontram nela uma forma de se conectar a uma expressão concreta. Destaca ainda, que a economia solidária contribuiu para consolidar uma gramática a respeito da capacidade associativa dos trabalhadores e setores subalternos que revelou e atribuiu centralidade ao conceito de autogestão. No entanto, o autor observa que a partir da materialização das experiências e da atenção dos pesquisadores e militantes sociais, também ocorreu um esvaziamento do sentido de autogestão limitando a uma técnica de gestão democrática das empresas e coloca que isso não é um problema em si, pois pode conduzi-las a

uma desverticalização e redução do seu caráter autoritário e privatista. Contudo, o autor ressalta que é necessário retomar um dos campos fundamentais do conceito de autogestão, considerando sua importância histórica no movimento dos trabalhadores e seu papel desempenhado em contextos de radicalidade das lutas de classes, que se trata do seu potencial de transformação social. Segundo o autor, isso significa trazer à tona elementos de reflexões de origem tradicional anarquista a partir da qual economia e governo se reencontram na antiga premissa do “autogoverno dos produtores associados”. Ele ressalta que se a mudança organizacional dos espaços de trabalho e produção é condição indispensável para o avanço de uma democratização e socialização das sociedades de classes modernas, essa mudança não pode ser realizada sem a articulação global de espaços em territorialidades com capacidade de se autodeterminar e se autorregular, ou seja, se autogovernar. Assim, para Brancalone (2020, p. 328), “a autogestão ou é generalizada, engendrando dinâmicas progressivas de autonomia individual e coletiva, ou não é nada. Ou, melhor, é apenas latência e resistência. O que também não é pouca coisa”

Por fim, foi realizado um estudo em duas cooperativas artesanais no estado de Campeche, México, com o objetivo de explorar as práticas da economia solidária exercidas pelos sócios na fase de produção e comercialização e apontou que as práticas de economia solidária que regulam as atividades organizacionais das cooperativas são oriundas dos requisitos administrativos impostos para se conseguir apoio de instituições governamentais. Sendo assim, as formas de trabalho solidário, a autogestão e a democracia participativa necessitam de autenticidade e compromisso por parte dos sócios e sócias dessas organizações. Os autores acreditam que a falta de engajamento dos sócios aos princípios da economia solidária se dá principalmente pelo fato das cooperativas serem frutos de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento local e não da iniciativa e convicção própria dos associados. Eles destacam a dependência das cooperativas do apoio governamental para sobreviverem e também a falta de capacitação e treinamento dos associados e associadas (CRUZ CORIA; VELÁZQUEZ CASTRO; BRIONES JUÁREZ, 2020).

A partir da revisão dos estudos apresentados faz-se necessário apontar questões importantes observadas e algumas já destacadas no decorrer da exposição. Primeiramente, a capacidade que a economia solidária tem de se contrapor à redução da ideia de política ao Estado, ao trazer a política para o âmbito da sociedade com ações que buscam resolver problemas públicos de ordem econômica, social, cultural e ambiental de forma democrática.

Outra questão é a ampliação dos espaços públicos democráticos por meio do movimento de economia solidária que trazem consigo a integração de diferentes atores sociais que se organizam a procura de alternativas frente aos padrões dominantes da economia capitalista conjugando uma força capaz de questionar, propor e experimentar.

A economia solidária tem potencial não só de democratizar a economia e gerar inclusão social, mas de proporcionar a autoestima, o desenvolvimento de um pensamento crítico e a agência dos sujeitos sociais, de os estimular ao exercício da cidadania, a ocupar espaços públicos e lutar pelos seus direitos e de sua comunidade.

Evidentemente, os estudos também apontaram diversos desafios que precisam ser vencidos para que as virtudes da economia solidária se concretizem, os quais pode-se destacar a necessidade que as práticas democráticas nos empreendimentos sejam consistentes, ou seja, a autogestão e a democracia precisam ser de fato participativas, todos devem ter o direito a fala, as decisões devem ser tomadas de forma verdadeiramente coletiva, os conflitos devem ser resolvidos e não evitados ou contornados e principalmente, os sujeitos devem ter interesse de participar. Destaca-se também que existe uma certa dependência dos empreendimentos econômicos solidários em relação às instituições de apoio e a necessidade de treinamento e capacitação dos empreendedores(as) para o desenvolvimento da autonomia dentre outras coisas. Com relação a esta última, foi exposto na seção 3.2.3 desta dissertação, que no Brasil constituiu-se uma Rede Nacional de Formadores em Economia Solidária afim de formar e capacitar os diversos atores sociais do movimento, ação de fundamental importância e que necessita ser estendida a todo território brasileiro.

Contudo, parece de fato que há uma tendência entre os autores citados nestes estudos de considerar que a economia solidária pode promover a educação política das pessoas, que por meio da participação elas se desenvolvem moralmente, se desenvolvem do ponto de vista político. Mas essa é uma dimensão pouco explorada nos estudos, visto que, apesar de conter tópicos e passagens em seus conteúdos que remetem à perspectiva da democracia participativa em relação a economia solidária, a maioria não está focada nesse tema e em seu potencial, de todos os estudos apresentados, apenas o trabalho de Locks e Gugliano (2013) está direcionado para este tema. Os estudos apontam também para a necessidade de se realizar mais pesquisas empíricas acerca das práticas democráticas econômicas solidárias, o que também justifica a realização da presente pesquisa.

Tendo em vista a lacuna identificada na literatura especializada sobre economia solidária acerca do potencial educativo da participação política para os atores sociais que

participam do movimento de economia solidária, esta dissertação busca explorar esse campo utilizando a corrente democrática participativa que valoriza sobretudo a participação política, ou seja, que pensa a participação política não meramente como um instrumento, como um meio apenas de garantir interesses próprios ou de proteger direitos individuais, mas que concebe que a participação política é importante para desenvolver moralmente as pessoas, tornando-as mais tolerantes e engajadas na própria vida e na vida em sociedade de modo geral.

## **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

### **4.1 Delineamento da pesquisa**

Conforme citado anteriormente, esta pesquisa buscou analisar em que medida os empreendimentos de economia solidária promovem a educação política dos(as) empreendedores(as) através da participação política e como se realiza essa participação, e que ações a Universidade Federal de Lavras pode promover para contribuir com essa educação política. Para se alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: analisar, sob a perspectiva da democracia participativa, como se efetivam as práticas políticas no âmbito da Associação de Artesãos e Arte Culinária de Lavras - ALAC e da Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras - ACAMAR; verificar se existe a presença de uma educação política nas condutas dos(as) empreendedores(as) das associações ALAC e ACAMAR; e desenvolver, a partir da pesquisa realizada, ações de extensão que contribuam com a ALAC e a ACAMAR, assim como, para outros empreendimentos econômicos solidários.

Nesse sentido, a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa foi o Estudo de Caso das referidas associações. Essa metodologia, segundo Gil (2008) trata-se de um estudo empírico árduo e profundo de um ou poucos objetos, de forma que possibilite um conhecimento vasto e minucioso do que se está estudando. Becker (1993) acrescenta que o estudo de caso em ciências sociais geralmente busca investigar um grupo ou uma comunidade, cujo objetivo é identificar seus membros, atividades, como se dá as interações entre os membros e como este se relaciona com o mundo, assim como, desenvolver alegações gerais sobre as normas e estruturas sociais.

Quanto aos instrumentos de pesquisa adotou-se uma abordagem quali-quantitativa. Segundo Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013) uma abordagem complementa a outra, uma vez que, a investigação qualitativa busca compreender de forma profunda os diversos fenômenos a partir das perspectivas dos indivíduos, ou de pequenos grupos de pessoas que serão pesquisados, conhecendo suas experiências, pontos de vista, opiniões hábitos, enfim, tudo ao seu redor dentro de um contexto e em um ambiente natural. Já a pesquisa quantitativa possibilita a generalização dos resultados de forma ampla, também possibilita a replicação do estudo, assim como, a comparação entre estudos semelhantes.

#### **4.2 Ambiente de concentração da pesquisa**

Esta pesquisa foi desenvolvida na cidade de Lavras-MG. O município está localizado no sul do estado de Minas Gerais e conforme a estimativa de população do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021 Lavras possuía 105.756 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2022).

A história de Lavras começou por volta de 1720 quando Francisco Bueno da Fonseca veio com sua família e outras pessoas se estabelecer na região, pertencente até então à freguesia de Carrancas. Eles eram paulistas e vieram em busca de ouro e pouco tempo depois de chegarem, em 1729 fundaram o arraial dos Campos de Sant'Ana das Lavras do Funil. Como o ouro não era abundante, as atividades que se destacaram foram a agricultura e a pecuária. O povoado que se tornou vila em 1831, adquirindo emancipação política e administrativa, continuou a crescer e já em 1868 passou a ser cidade, cujo nome foi alterado para Lavras. Após a Proclamação da República, a cidade se constituiu como um dos principais centros regionais de Minas Gerais (LAVRAS, 2022).

De acordo com os dados do IBGE em 2021, Lavras contava com um território de 564,744 km<sup>2</sup>. Em relação à trabalho e rendimento, no ano de 2020, o rendimento médio mensal era de 2,4 salários mínimos, sendo que, as pessoas ocupadas em comparação à população total representavam 26,6%. Já o PIB per capita em 2019 era de R\$ 26.615,93 perfazendo um total de 2,8 bilhões, dos quais 60,1% originam-se dos serviços, seguido da participação na indústria com 18,8%, da administração pública 18,2% e da agropecuária com 2,9% (CARAVELA, DADOS E ESTATÍSTICAS, 2022; IBGE, 2022).

Justifica-se a escolha da cidade de Lavras para a realização da pesquisa por ser a cidade de minha residência e ao fato de ser onde está situada a Universidade Federal de

Lavras, que abriga o programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão, ao qual esta pesquisa se vincula, facilitando, assim, a realização da mesma.

Os sujeitos da pesquisa são: a Associação de Artesãos e Arte Culinária de Lavras - ALAC e a Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras - ACAMAR, os quais são empreendimentos econômicos solidários estabelecidos em Lavras-MG e as associadas e associados das referidas associações. AALAC e a ACAMAR foram escolhidas por serem empreendimentos estabelecidos há bastante tempo na cidade de Lavras e os mais conhecidos pela população em geral.

A Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária (ALAC) é uma associação de artesãos e praticantes da arte culinária, constituída em 1998 e composta por 64 associados(as) que comercializam seus produtos por meio de uma feira, realizada semanalmente, na praça central do município de Lavras. Tanto o presidente da associação quanto a associada que participaram da entrevista, demonstraram ter um amplo conhecimento acerca do tema da economia solidária e a ALAC se encontra cadastrada como empreendimento da economia solidária na esfera estadual e federal.

Já a Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras (ACAMAR) é uma associação de catadores(as) de materiais recicláveis, constituída também no ano de 1998 e possui 34 associados(as) que atuam recolhendo resíduos nos diversos bairros da cidade de Lavras, os quais são vendidos posteriormente para geração de renda aos(as) associados(as). Dos trinta e quatro associados, dois atuam com os resíduos dentro da COFAP em função da parceria entre a associação e a indústria e dois atuam na madeireira da ACAMAR, onde fazem móveis por encomenda com os paletes que recolhem na COFAP. O presidente da associação demonstrou na entrevista não ter conhecimento acerca do tema da economia solidária. A ACAMAR possui um projeto junto à ANCAD - Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis que a apoia com recurso para as catadoras e catadores e para infraestrutura da associação.

### **4.3 Contextualização e procedimentos de coleta de dados**

Inicialmente, o trabalho contou com uma revisão bibliográfica feita a partir da consulta em livros, periódicos científicos, teses, dissertações, artigos, normativas e documentos disponíveis impressos, ou em meio eletrônico, sobre economia solidária, democracia participativa e os empreendimentos selecionados.

Na sequência, mais especificamente no início do mês de novembro de 2020 foi realizada uma entrevista com o presidente da ALAC e uma associada que estava presente no momento e uma entrevista com o presidente da ACAMAR. O intuito dessas entrevistas foi realizar uma caracterização das associações e verificar o conhecimento dos presidentes acerca do tema da economia solidária. Também teve como finalidade estabelecer um primeiro contato com as associações e apresentar nossa proposta de estudo para os presidentes, que aceitaram gentilmente nosso convite para participarem da pesquisa. Para guiar as entrevistas foi elaborado um roteiro semiestruturado. De acordo com Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013) nas entrevistas semiestruturadas, o pesquisador segue um roteiro pré-determinado de assuntos e perguntas, mas não se encontra engessado nele, pois tem a liberdade de fazer outras perguntas para esclarecer melhor os conceitos e obter mais informações sobre o tema estudado conforme o decorrer das entrevistas. O que de fato ocorreu, pois durante as entrevistas surgiram informações que não foram previstas no roteiro e que devido a flexibilidade do modelo de entrevista a deixou mais rica.

Para alcançar o objetivo geral da pesquisa foram aplicados questionários semiestruturados, focados nos objetivos específicos, para as associadas e associados das duas associações que fizeram parte do estudo. O questionário semiestruturado é um modelo composto por perguntas abertas que permite ao entrevistado responder livremente e perguntas fechadas cujas respostas são pré-definidas.

Foi construído um questionário composto por 58 perguntas, sendo 45 perguntas fechadas e 13 abertas. O questionário foi dividido em três partes: a primeira refere-se à identificação sociodemográfica das associadas e associados, motivações para fazerem parte da associação e seus conhecimentos sobre economia solidária e autogestão; a segunda parte buscou verificar como se efetivam as práticas políticas no âmbito das associações; e a terceira buscou verificar a presença de educação política nas condutas das associadas e associados. Para construção desta última parte do questionário foram definidos os seguintes indicadores empíricos: o grau de conhecimento dos associados e associadas acerca do funcionamento da sociedade e da política, o nível de envolvimento e participação nas associações e na sociedade, e a participação em outros espaços políticos.

Antes de iniciar a aplicação dos questionários às associadas e associados, foi realizado um pré-teste com a aplicação do questionário para apenas dois associados(as) de cada associação, onde foi possível verificar a necessidade de ajuste em algumas questões, exclusão de duas questões e inserção de outras duas. Verificou-se também que o questionário ficou

extenso, mas optamos por manter devido a relevância das perguntas para se alcançar os objetivos propostos. Outra questão identificada no pré-teste foi a necessidade de se realizar a aplicação dos questionários pessoalmente às associadas e associados, tanto para leitura das questões, quanto para a escrita das respostas, visto que, eles e elas apresentaram dificuldades para estas atividades. Após a realização do pré-teste, a proposta de estudo e os instrumentos de pesquisa foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos (COEP), cuja aprovação ocorreu no dia 29/10/2021, sob o parecer nº 5.072.628.

Após aprovação da pesquisa pelo COEP, no início de novembro de 2021, o convite para participação foi feito formalmente às associadas e associados da ALAC e da ACAMAR. Na ALAC, devido à dificuldade de reunir todos os membros em um local e horário propício, o primeiro convite ficou a cargo do presidente da associação, que por meio do grupo de *WhatsApp* comunicou às associadas e associados que eu estaria na feira aos domingos aplicando os questionários e às(os) convidou a participar. Na ACAMAR, o presidente reuniu os membros na associação e eu fui pessoalmente convidá-los(as).

Na ALAC a aplicação dos questionários ocorreu aos domingos de manhã, durante a realização da feira, nos meses de novembro e dezembro de 2021. Salvo algumas exceções em relação ao local, as quais: uma associada e um associado que me receberam em seus comércios para a aplicação do questionário; três associadas que me receberam em suas casas para a aplicação do questionário; e duas associadas que solicitaram levar o questionário para responder em casa e me entregaram na feira. Em decorrência do cenário de pandemia do COVID 19, em todas as aplicações, sem exceções, eu e as(os) participantes usamos máscara de proteção e álcool 70 para higienização das mãos e canetas antes e depois da aplicação.

Na ALAC, mais especificamente na feira aos domingos, no momento da abordagem a associada ou o associado era convidado(a) novamente a participar da pesquisa, apenas uma associada não quis participar. Ressalta-se que a aplicação do questionário foi feita com as associadas e associados que até os meses de novembro e dezembro haviam voltado para a feira, pois a ALAC, em função da pandemia, havia voltado a realizar a feira em outubro de 2021. No total foram aplicados 36 questionários, sendo que, 3 destes não foram utilizados para análise devido ao ingresso muito recente do(a) associado(a) na associação, não sendo possível a coleta de dados suficientes para tal. Lembrando que o questionário respondido pela associada e pelo associado no pré-teste não foi contabilizado dentro dos 36 aplicados e nem utilizados na análise. Quanto ao número total de associadas e associados da ALAC, 75,

informado pelo presidente na entrevista realizada em novembro de 2020, quando ocorreu a aplicação dos questionários esse número havia reduzido para 64.

Durante a aplicação dos questionários, nos dois meses que estive presente aos domingos na feira da ALAC, foi possível realizar também algumas observações, as quais algumas também coincidiram com os dados colhidos no questionário, por exemplo, a dificuldade dos associados e associadas em relação a falta de um banheiro público na praça ou em seus arredores<sup>4</sup>, a falta de pontos de energia próximos às barracas para conservação dos alimentos que demandam refrigeração, carregamento de máquinas de cartão e celulares, situações que prejudicam e dificultam o trabalho de todas e todos. Foi possível perceber alguma interação entre as associadas e associados com conversas, palavras afetuosas uns com os outros, empréstimos da máquina de cartão daquele(a) que tem ao(à) que não tem. Foi possível observar também a visita do presidente às barracas para dar informação, recolher a mensalidade, conversar quando necessário. A feira é organizada na praça principal do município, denominada Praça Dr. Augusto Silva, a mesma é tombada pelo patrimônio público, e é um território em disputa, pois mais de uma vez, em governos diferentes, a ALAC precisou se manter firme e unida para lutar pelo seu direito de continuar com seu espaço e organizados da forma como estão, de um lado da praça as barracas dos praticantes da arte culinária e de outro as barracas dos artesãos, pois conforme relato do presidente e de associados(as), já tiveram momentos do governo municipal tentar reduzir e alterar esse espaço.

Na ACAMAR a aplicação dos questionários também ocorreu nos meses de novembro e dezembro de 2021. A aplicação foi feita na sede da ACAMAR, situada à Rua Silvio Modesto de Souza, no Jardim das Alterosas, durante a semana, no final do expediente das atividades da associação, conforme a disponibilidade das associadas e associados de poderem esperar para responder o questionário. A aplicação era feita, geralmente com dois associados ou associadas, um de cada vez, em local separado dos(as) demais que ainda estivessem presentes no local para dar liberdade e anonimato ao(à) respondente. Durante esse período, tinha dia que apenas um(uma) associado(a) podia ficar para responder, e houve dias que não foi possível fazer a aplicação. A única exceção em relação ao local da aplicação, foi em relação à associada e ao associado da madeireira, para os quais fui até o local para a aplicação do questionário. Também em decorrência do cenário de pandemia do COVID 19, em todas as

---

<sup>4</sup> A demanda da população de construção de um banheiro público finalmente foi atendida pela prefeitura municipal em setembro de 2022. O mesmo foi construído no final da Praça Dr. Augusto Silva, no canteiro do ponto de taxi.

aplicações, sem exceções, eu e as(os) participantes usamos máscara de proteção e álcool 70 para higienização das mãos e canetas antes e depois da aplicação.

Dos 34 associados e associadas da ACAMAR, dois associados responderam o pré-teste e seus questionários não foram utilizados na análise dos dados, uma associada estava de licença médica e não foi possível a aplicação do questionário e os dois associados que trabalhavam dentro da COFAP não conseguiram acesso para aplicação dos questionários, pois, o presidente sempre relatou dificuldade em função do horário de trabalho deles, mesmo eu me disponibilizando de ir ao encontro deles onde fosse necessário, e de não ser permitido minha entrada na COFAP, assim, no total foram 29 respondentes.

Na ACAMAR, durante o período em que estive frequentando a associação para aplicação dos questionários, também foi possível realizar algumas observações. As associadas e associados trabalham devidamente uniformizados, com calçados apropriados e luvas (algo muito diferente da situação da maioria das catadoras e catadores autônomos que vemos nas ruas). O galpão possui área coberta composta por escritório, refeitório e banheiros feminino e masculino, além da área onde fica a esteira, prensa, empilhadeira e o material prensado. A associação também possui 4 caminhões para coleta do material. Os membros se dividem para realização das atividades e existe uma escala semanal das atividades, de modo que todas e todos exercem todas as atividades, com exceção da direção dos caminhões que é realizada apenas pelos motoristas ou pelo presidente ou o tesoureiro quando é necessário, eles também ajudam em outras atividades sempre que necessário. A queixa do presidente de que muitas vezes falta iniciativa e interesse por parte dos membros procede, tendo sido possível observar um momento em que alguns ajudavam no carregamento de um caminhão que tinha ido buscar os fardos, enquanto outros não o faziam. Todavia o clima na associação parece amistoso, também foi possível observar por duas vezes, eles e elas organizando churrasco na sexta-feira após o expediente, onde uns saem para fazer as compras, outros limpam o ambiente, enquanto outros vão para cozinha fazer o almoço. Entende-se que esse momento de descontração é importante para fortalecer os laços entre eles e elas.

Por fim, o terceiro e último objetivo específico, o desenvolvimento de um produto técnico que pudesse contribuir com os empreendimentos econômicos solidários se consubstanciou na realização de uma Roda de Conversa sobre Economia Solidária, realizada no dia 23/06/2022 na sala de eventos da Casa da Cultura de Lavras e contou com a presença das associadas e associados da ALAC e da ACAMAR, de representantes do poder público e da Universidade Federal de Lavras. O principal objetivo da realização da Roda de Conversa

sobre Economia Solidária foi valorizar e dar visibilidade ao importante papel das associações solidárias, como a ALAC e a ACAMAR, para a nossa sociedade. Para organização da Roda de Conversa pude contar com o apoio do presidente da ALAC com sugestões e orientações e da vereadora Rose Oliveira com sugestões, orientações e apoio para conseguir a disponibilização do espaço onde ocorreu o evento. A ideia de realização de um evento dessa natureza surgiu da identificação a partir dos dados levantados nos questionários da necessidade de realização de eventos de formação e troca de experiências entre associadas, associados e empreendimentos de economia solidária, assim como, de se conseguir maior apoio do poder público para as associações.

#### **4.4 Análise de dados e resultados**

Após a coleta, a organização dos dados obtidos foi realizada em planilhas do programa Excel, onde se calculou a frequência e percentual dos mesmos para alcance dos resultados estatísticos. Para tanto, os participantes foram denominados aleatoriamente de R1, R2, R3 e assim sucessivamente até o total de participantes de cada associação, cujo “R” significa respondente.

A apresentação dos resultados foi feita por meio de tabelas. Nas tabelas foram inseridos os resultados estatísticos de frequência e percentual para as questões fechadas. Para as justificativas das questões fechadas e para as questões abertas, foram estabelecidas categorias de acordo com as respostas dos participantes de cada associação para cada questão.

Ressalta-se que não foi objetivo do presente estudo fazer uma comparação dos resultados entre as duas associações, estes apenas foram apresentados em sequência se referindo sempre ao que foi encontrado para determinado resultado em cada uma delas.

A análise foi realizada por meio de inferência a partir dos resultados estatísticos e interpretação dos resultados com base no arcabouço teórico desenvolvido na pesquisa. De acordo com Hernández Sampieri, Fernández Collado e Baptista Lucio (2013) a análise de dados quantitativos e qualitativos de forma integrada e sua discussão simultânea possibilita a realização de inferências como resultado de toda informação reunida, proporcionando uma maior compreensão do fenômeno estudado.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após as devidas fundamentações, inicia-se agora a análise dos dados levantados a partir dos questionários aplicados às associadas e aos associados da ALAC e da ACAMAR. Ressalta-se, que durante a análise, nas questões as quais os dados apresentaram relação com informações identificadas nas entrevistas que foram realizadas com os presidentes para caracterização das associações, foi inserido um comentário a respeito. Assim como, dados por ventura observados durante a aplicação dos questionários nas associações.

### 5.1 Quem são as associadas e os associados da ALAC e da ACAMAR?

A partir das questões de ordem social e demográfica foi possível identificar o perfil das associadas e dos associados que será apresentado a seguir, iniciando-se pela Tabela 1 que trata sobre o percentual de homens e mulheres nas associações.

Tabela 1 – Quantidade de homens e mulheres nas associações

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Sexo:	Masculino	10	30%	21	72%
	Feminino	23	70%	8	28%
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Conforme é possível observar na Tabela 1, na ALAC a maioria dos membros é mulher, dados que refletem as atividades de reprodução, geralmente, realizadas por mulheres devido à condição de gênero, como é o caso do artesanato e da alimentação. Ressalta-se que a organização dessas mulheres ressignifica esses saberes. Já na ACAMAR, ocorre uma inversão, cuja maioria dos membros é homem.

No que se refere à idade dos(as) associados(as), na ACAMAR estes são mais jovens em relação aos(as) da ALAC, uma hipótese para esse dado pode ser o fato de o trabalho com a reciclagem exigir mais esforço físico de quem o executa (TABELA 2).

Tabela 2 – Faixa etária das associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Qual a sua idade?	De 21 a 30 anos	1	3%	4	14%
	De 31 a 40 anos	1	3%	6	21%
	De 41 a 50 anos	7	21%	14	48%
	De 51 a 60 anos	17	52%	5	17%
	Acima de 60 anos	7	21%	0	0%
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Quanto à cor ou raça, observa-se que na ALAC a maioria dos(as) associados(as) é branco e pardo, já na ACAMAR a maioria é pardo e preto. Os dados refletem como a atividade de catadores de material reciclável tem sido tradicionalmente realizada por pessoas que a estrutura deixou às margens do sistema, majoritariamente pardas e pretas (TABELA 3).

Tabela 3 – Raça ou cor das associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
A sua cor ou raça?	Amarela	1	3%	2	7%
	Branca	14	43%	5	17%
	Indígena	0	0%	0	0%
	Parda	11	33%	13	45%
	Preta	7	21%	7	24%
	Não desejo declarar	0	0%	2	7%
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023).

Acerca da escolaridade, conforme exposto na Tabela 4, verificou-se uma considerável diferença no perfil dos(as) associados(as) de ambas as associações. Os membros da ALAC possuem um nível de escolaridade, consideravelmente, mais elevado que os membros da ACAMAR. Entende-se aqui que os resultados da Tabela 4 se relacionam com os da Tabela 3, pois apresentam a relação existente entre as questões de raça e nível de escolaridade, onde pardos e principalmente pretos, historicamente possuem menor grau de escolaridade.

Tabela 4 – Escolaridade das associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Qual o seu nível de escolaridade?	Ensino Fundamental incompleto	4	12%	21	73%
	Ensino Fundamental completo	9	27%	2	7%
	Ensino Médio incompleto	2	6%	3	10%
	Ensino Médio completo	11	33%	3	10%
	Ensino Superior incompleto	0	0%	0	0%
	Ensino Superior completo	7	21%	0	0%
	<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>

Fonte: Da autora (2023)

Em relação à renda dos(as) associados(as), observa-se que muitas vezes o(a) respondente se sente inibido(a) ou desconfortável em declarar o rendimento, o que pode conduzi-lo(a) a não declarar o valor real. Dois fatores vão de encontro com o presente argumento. O primeiro, em relação a ACAMAR, diversos membros no momento em que responderam ao questionário, informaram que o rendimento dos(as) associados(as), geralmente, é um pouco mais que um salário mínimo. O segundo, em relação à ALAC, é o fato de que muitos(as) associados(as) exercem outra atividade remunerada além da venda de seus produtos na feira ou são aposentados(as), como será apresentado mais adiante. Mas, cabe destacar também o fato de que houve relato de artesãs e artesãos de ocorrer dias muito ruins de venda na feira, inclusive de não vender nenhum item, portanto, as vezes o rendimento acaba sendo só o da aposentadoria, por exemplo (TABELA 5).

Tabela 5 – Renda familiar das associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Assinale a renda familiar mensal de sua casa:	Até um salário mínimo	8	24%	5	17%
	Acima de um até três salários mínimos	19	58%	19	66%
	Acima de três até seis salários mínimos	3	9%	5	17%
	Acima de seis até nove salários mínimos	1	3%	0	0%
	Não responderam	2	6%	0	0%
	<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>

Fonte: Da autora (2023)

Quanto ao número de pessoas sustentadas com a renda familiar, os dados da Tabela 6 demonstram que na ACAMAR um número maior de pessoas são sustentadas com a renda familiar.

Tabela 6 – Número de pessoas sustentadas com a renda familiar

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Quantas pessoas são sustentadas com a renda familiar?	Uma	2	6%	0	0%
	Duas	1	3%	3	10%
	Três	12	37%	8	28%
	Quatro	9	27%	7	24%
	Cinco	8	24%	6	21%
	Mais de cinco	1	3%	5	17%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023).

Perguntados(as) sobre qual seria sua ocupação principal, na ALAC, quinze pessoas afirmaram desenvolver outra atividade remunerada além de serem artesãos e praticantes da arte culinária, sendo esta sua ocupação principal, ou terem outra fonte de renda como aposentados ou pensionistas. As atividades relatadas abrangem empregos formais (cozinheira, serviços gerais, operário e pedreiro) e autônomos (cabeleireira, salgadeira, comerciante, agricultoras e agricultores). Alguns artesãos e artesãs possuem ateliê em suas casas e as vezes as vendas são maiores no ateliê ou por meio das redes sociais, no sistema de encomendas, mas a feira aos domingos funciona como uma “vitrine”, um local onde as pessoas têm a oportunidade de conhecer o trabalho deles e delas e a partir daí realizarem pedidos. Já na ACAMAR, o trabalho desenvolvido na associação é a única ocupação remunerada de todos(as) os(as) associados(as).

Na Tabela 7, destaca-se que os dados encontrados corroboram com os argumentos de Singer (2001a) de que a maioria dos empreendimentos econômicos solidários surge como alternativa ao desemprego e obtenção de renda para os empreendedores e empreendedoras. Em relação à alternativa “outro”, na ALAC os motivos apresentados foram: para expor o trabalho; por gostar muito do artesanato; divulgar o patrimônio mineiro que é o pastel de angu; e por vontade de interagir com o grupo. Já na ACAMAR, os motivos apresentados pelas pessoas que escolheram “outro” foram: por gostar de trabalhar com madeira e o pessoal ser muito bom; pelo companheirismo e amizade das pessoas; por conta da higiene que no aterro não tinha; trabalhavam no aterro e foram convidados.

Tabela 7 – Motivação para se tornar membro da associação

Questão	Respostas	ALAC	ACAMAR
		Frequência	Frequência
O que te motivou a se tornar um membro da associação?	Obter renda	11	3
	Alternativa ao desemprego	5	11
	Complementar a renda.	21	3
	Obtenção de maiores ganhos em empreendimentos associativos	3	2
	Desenvolvimento pessoal	8	1
	Desenvolver uma atividade na qual todos(as) são donos(as)	2	2
	O desenvolvimento econômico, social, político ou cultura da comunidade	7	0
	Por acreditar que o empreendimento associativo pode ser uma forma de lutar contra o capitalismo	4	1
	Outro. Qual?	7	6
	<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>29</b>

Fonte: Da autora (2023)

Nota: Nessa questão era permitido ao(à) participante escolher mais de uma opção.

No que se refere ao tempo de ingresso nas associações, os dados demonstram que os(as) associados(as) da ALAC possuem maior tempo de associação que os(as) da ACAMAR, conforme pode-se observar na Tabela 8.

Tabela 8 – Tempo de ingresso nas associações

Questão	Categorias	ALAC	ACAMAR
		Frequência	Frequência
Quando você se tornou membro da associação (ano e mês)	Entre 1 a 5 anos	8	12
	Entre 6 a 10 anos	11	7
	Entre 15 a 20 anos	8	7
	Há 22 anos (desde a constituição)	6	3
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>29</b>

Fonte: Da autora (2023).

Ao perguntar aos(às) associados(as) como eles e elas se tornaram membros(as) da associação, na ALAC, a maioria procurou a associação, cujo interesse se despertou após conhecer e frequentar a feira, no entanto, segundo relato da respondente R30 quatro pessoas, aproximadamente, já expunham seu trabalho na praça antes mesmo da constituição da associação. Na ACAMAR, os(as) associados(as) mais antigos(as) trabalhavam no aterro sanitário (lixão) e ingressaram na associação a convite dos idealizadores (projeto de extensão da UFLA) da ACAMAR e de seu gestor à época. Alguns catadores autônomos também foram convidados nessa mesma época a integrar a associação. Os integrantes mais recentes,

geralmente, são familiares dos que já são membros, mas também existem membros que procuraram a associação e deixaram seus nomes a espera de uma oportunidade.

No intuito de verificar se os(as) associados(as) tinham conhecimento sobre o que é a economia solidária, eles e elas foram indagados(as) sobre o tema. Assim, de acordo com a Tabela 9, na ACAMAR, apenas um participante, o R5, respondeu dentro da temática da economia solidária ao dizer: “acho que é um trabalho em grupo, unido”. Os dados apresentam que apesar da associação estar claramente inserida no conceito de economia solidária, o tema é desconhecido aos(às) associados(as). Inclusive, na entrevista com o presidente da ALAC, ele relatou que à época a ACAMAR participou das ações em prol da constituição da Lei de Economia Solidária do Município, mas ao que parece essa informação se perdeu com a saída do gestor que era contratado.

Já na ALAC, nove participantes deram respostas condizentes com o conceito de economia solidária, conforme os exemplos a seguir: R24 “é um conjunto de várias atividades organizadas através da autogestão”; R10 “geração de valores, financeiro e interpessoal, em conjunto; e R8:

pessoas mais humildes tem acesso a feira, é uma forma de diversificar e dar oportunidade das pessoas participar, a obter renda ou a melhorar a renda. Desenvolvimento social. Através da economia solidária tive acesso ao conhecimento político e até onde posso ajudar a associação.

Aqui os dados apresentam que poucas pessoas têm conhecimento acerca da temática da ES, apesar do presidente ter bastante conhecimento sobre o assunto e já ter participado representando a ALAC a diversos eventos de ES, conforme relatado na entrevista (TABELA 9).

Tabela 9 – Conhecimento das associadas e associados sobre economia solidária

Questão	Categorias	ALAC	ACAMAR
		Frequência	Frequência
Para você o que é Economia Solidária?	Não sabe	15	25
	Não se lembra	3	0
	É ser econômico(a)	0	3
	É ser solidário	4	0
	É o crédito solidário	2	0
	Respostas condizentes com a ES	9	1
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>29</b>

Fonte: Da autora (2023)

Questionados(as) acerca da participação em curso ou evento sobre economia solidária, conforme Tabela 10, na ALAC, poucas pessoas participaram de algum evento sobre economia

solidária, dentre estes, os tipos relatados foram reuniões e feiras. Na ACAMAR quase todos os membros nunca participaram de algum evento sobre ES, a única pessoa que respondeu já ter participado, disse não se lembrar qual foi. Os dados da Tabela 10 se relacionam com o pouco conhecimento acerca do tema, identificados na Tabela 09.

Tabela 10 – Participação das associadas e associados em curso ou evento sobre economia solidária

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você já participou de algum curso ou evento sobre economia solidária?	Não	24	73%	28	97%
	Sim. Qual?	9	27%	1	3%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023).

Acerca de um dos principais fundamentos da economia solidária, a autogestão, os dados da Tabela 11 demonstram que apesar dos membros praticarem a autogestão das associações, o tema não é comum a eles e elas. Na ALAC, dentre os que responderam sim, as respostas relacionaram a administração do próprio negócio, com exceção do R25 que disse: “vários participantes em democracia, onde todos participam das decisões”. Já na ACAMAR, os que responderam sim, deram respostas relacionadas à palavra gestão.

Tabela 11 – Conhecimento das associadas e associados sobre autogestão

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você sabe o que é autogestão?	Não	24	73%	26	90%
	Sim. O que?	9	27%	3	10%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2022)

Em relação à participação dos(as) associados(as) em curso sobre autogestão é possível observar nos dados da Tabela 12 que a maioria dos membros da ALAC e da ACAMAR nunca participou de algum curso sobre autogestão. Dados que corroboram com o nível de conhecimento identificado na Tabela 11 e que também denotam a necessidade de participação dos(as) associados(as) em ações de formação sobre os referidos temas.

Tabela 12 – Participação das associadas e associados em curso sobre autogestão

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você já participou de algum curso sobre autogestão?	Não	31	94%	28	97%
	Sim. Qual?	2	6%	1	3%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Na próxima seção será feita a análise das questões relacionadas à participação política no âmbito das associações.

## 5.2 Existem práticas políticas na ALAC e na ACAMAR?

Para se alcançar o objetivo geral dessa pesquisa, tornou-se condição *sine qua non* investigar a existência de práticas políticas nas associações e como estas são realizadas. Nesse sentido segue a apresentação e análise dos dados encontrados a esse respeito.

Na ALAC as atividades desenvolvidas pelos(as) associados(as) englobam a prática e venda do artesanato, no caso dos artesãos(ãs) e a prática da arte culinária e venda de gêneros alimentícios, no caso dos(as) praticantes da arte culinária. Alguns associados(as), além dessas atividades, exercem também funções na diretoria da associação, dos quais oito participaram da pesquisa e foram identificados a partir do questionamento aos participantes se estes exerciam alguma atividade na diretoria. Assim, os participantes que responderam sim foram: a R5 que exerce a função de secretária, o R8 como vice presidente, o R9 segundo tesoureiro, a R14 secretária, o R26 fiscal, o R28 presidente, o R30 fiscal e o R33 Fiscal do Artesanato.

Na ACAMAR, todos(os) associados(as) são caracterizados como catadores de material reciclável, independente das atividades desenvolvidas por eles e elas dentro da associação. As principais atividades realizadas envolvem a coleta, triagem e prensa do material. Os(as) associados(os) se dividem para a execução dos trabalhos e atuam em sistema de rodízio. Além destas atividades, alguns associados(as) também exercem funções na diretoria e foram identificados a partir do questionamento aos participantes se estes exerciam alguma atividade na diretoria. Os participantes que responderam sim foram: R1 que exerce a função de primeira secretária, R3 tesoureiro, R5 presidente, R12 primeiro fiscal, R19 Fiscal e o R26 vice-presidente.

No intuito de verificar o interesse dos(as) associados(as) da ALAC e da ACAMAR em participarem da diretoria, estes foram questionados se gostariam de realizar alguma atividade na diretoria, cujo resultado se apresenta nas Tabelas 13 e 14.

Tabela 13–Interesse das associadas e associados em participar da diretoria

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você gostaria de realizar alguma atividade na Diretoria?	Sim	12	36%	11	38%
	Não. Porque?	21	64%	18	62%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 14 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: você gostaria de realizar alguma atividade na Diretoria? Se não, porque?

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Falta de tempo	14	0
Evitar conflito porque lidar com pessoas é muito difícil.	5	10
Muita responsabilidade, ser presidente é muito difícil	2	4
Falta de interesse	0	2
Já foi presidente e não gostou	0	1
Por ser associado(a) a pouco tempo	0	1

Fonte: Da autora (2023)

Acerca dos dados das Tabelas 13 e 14, observa-se que ambas as associações o interesse dos membros em participar da direção é bem pequeno, principalmente, considerando que entre os que responderam sim estão inclusos àqueles(as) que já participam da diretoria, sendo oito pessoas na ALAC e seis na ACAMAR. Em relação à ALAC, a falta de tempo, principal justificativa por não se interessar, coincide com o fato de muitos(as) associados(as) exercerem outras atividades além do trabalho na associação. Na ACAMAR, dentre os que disseram sim, o respondente R11 disse que tem vontade de participar, mas por ser “analfabeto” nunca manifestou.

Cabe ressaltar, que os dados apresentados acima, que também foram relatados pelos diretores das associações na entrevista, demonstram uma das principais dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos solidários autogeridos, que é o fato da maioria das pessoas não quererem assumir responsabilidades e de superarem o apreço pelo mais fácil, uma vez que, não existe a motivação financeira, apenas a do ideal coletivo, conforme indicado por Mill (2001). Esse mesmo autor destaca que para se alcançar êxito no trabalho associativo é necessário um alto nível de educação moral e intelectual de todos os membros. A primeira

para capacitá-los a realizar sua parte do trabalho honestamente e com disposição, tendo como motivação apenas o interesse pela associação. A segunda, para que os tornem capazes de fazerem boas escolhas e de diferenciarem os diversos interesses com destreza. Nesse sentido, destaca-se a necessidade constante de ações políticas de educação e formação dos(as) associados(as) a fim de adquirirem autonomia e emancipação plena, algo também identificado nesta pesquisa, não só nessa questão, mas também em outras adiante.

Em seguida foi questionado aos(às) participantes da pesquisa como se dá a participação deles e delas nas associações, cujos dados serão apresentados nas Tabelas 15, 16 e 17.

Tabela 15 – Participação das associadas e associados nas principais decisões da associação

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você participa das principais decisões da associação?	Sim	19	58%	23	80%
	Parcialmente	9	27%	3	10%
	não	5	15%	3	10%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Sobre o questionamento da Tabela 15, destaca-se a observação da respondente R7 da ALAC: “não fico sabendo de quase nada que acontece, a pandemia prejudica também”.

Tabela 16 – Direito de participar das associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Todos as associadas e associados têm o direito de participar das principais decisões da associação?	Sim	30	91%	29	100%
	Parcialmente	2	6%	0	0
	não	1	3%	0	0
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Na ALAC, acerca do questionamento da Tabela 16, a respondente R7 considera que “alguma coisa de interesse tem que correr atrás, pedir o presidente para intervir”, já a R5 considera que àqueles(as) que vão às reuniões têm o direito de participar das decisões.

Tabela 17 – Efetividade da participação das associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Todos as associadas e associados participam efetivamente e das principais decisões da associação?	Sim	3	9%	48%	14
	Não. Mas, a maioria participa	11	33%	35%	10
	Não. Aproximadamente a metade dos(as) associados(as) participam	13	40%	14%	4
	Não. Poucos associados(as) participam	6	18%	3%	1
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Acerca do questionamento da Tabela 17, na ALAC, a respondente R7 considera que os(as) associados(as) participam das reuniões, não de todos os assuntos, a R14 observou “a diretoria marca as reuniões, poucas pessoas comparecem, depois fazem reclamações” e a R5 enfatizou que muitos só querem participar se for pra vender muito, do contrário não querem participar (se referindo a oportunidade de exposição dos produtos no mês de dezembro devido às festividades de Natal e apenas 8 pessoas ter manifestado interesse).

Os dados apresentados nas Tabelas 15, 16 e 17 nos mostram que o percentual de participação dos(as) associados(as) nas principais decisões da ALAC é baixo, principalmente se considerarmos que dos 58% (19 pessoas) que responderam participar, 24% (8 pessoas) delas fazem parte da diretoria, além do próprio relato de alguns(as) participantes como se pode ver, e do fato desse percentual diminuir quando se pergunta sobre a efetividade da participação dos(as) associados(as). Destaca-se também que existe o sentimento por parte de algumas pessoas de que nem todos(as) têm o mesmo direito de participação e que nem todos os assuntos são compartilhados. Já na ACAMAR, a maioria dos(as) associados(as) consideram participar das principais decisões da associação, mesmo considerando os integrantes da diretoria. Inclusive foi possível perceber, de forma geral, um sentimento maior de participação entre os(as) associados(as). No entanto, não se pode desconsiderar a redução desse percentual quando perguntados sobre a efetividade da participação dos membros.

No intuito de se verificar as principais instâncias de deliberação das associações, os(as) associados(as) foram questionados(as) sobre onde são tomadas as decisões, oferecendo-lhes algumas alternativas, dentre as quais, eles(as) poderiam escolher até três por ordem de prioridade, conforme pode ser verificado na Tabela 18.

Tabela 18 – Instâncias de deliberação das associações

Questão	Respostas	ALAC	ACAMAR
		Frequência	Frequência
Onde são tomadas as decisões da associação?	Assembleia dos sócios(as)	20	16
	Reuniões do coletivo de sócios(as)	10	18
	Conselho administrativo	4	0
	Conselho fiscal	2	1
	Diretoria	11	10
	Redes sociais (por exemplo: grupo de <i>WhatsApp</i> )	16	0
	<b>Total</b>	<b>63</b>	<b>45</b>

Fonte: Da autora (2023)

No que se refere à Tabela 18, considerando as assembleias e reuniões de coletivos como espaços de decisões democráticas com o mesmo peso, os dados demonstram que na ACAMAR, prioritariamente, os membros consideram que as decisões são tomadas de forma coletiva, fato que vem de encontro com os apontamentos de Locks e Gugliano (2013) e Singer (2001a) sobre as instâncias de deliberação dos empreendimentos econômicos solidários. Contudo, cabe destacar que conforme relato de alguns membros da ACAMAR, os(as) associados(as) que trabalham na madeireira (3 pessoas) e os que trabalham dentro da COFAP (2 pessoas), não participam das reuniões e assembleias da mesma forma que os que trabalham no galpão, pois, as mesmas acontecem geralmente de manhã ou na hora do almoço, horários em que eles(as) já estão na COFAP e na madeireira, mas quando o assunto é importante, o presidente avisa que tem que participar e segundo um dos associados, o presidente sempre vai à esses locais informar o que foi resolvido quando eles não estão presentes, tal situação também acontece com os dois vigias da associação. Nesse caso, entende-se que é necessário um esforço da associação para proporcionar a participação de todas e todos nas reuniões e principalmente nas assembleias. Outro fato que pode ser destacado é que um pouco mais de um terço dos(as) associados(as) concebem que as principais decisões são tomadas também pela diretoria, questão identificada também na entrevista com o presidente.

Na ALAC, sobre as instancias de deliberação, inicialmente, cabe esclarecer que desde o início da pandemia na cidade de Lavras (março de 2020) até o momento em que os questionários foram aplicados (dezembro de 2021), a ALAC não havia realizado assembleias ou reuniões presenciais. A comunicação entre os(as) associados(as) se manteve por meio do grupo de *WhatsApp* (grupo criado com os membros da associação para informações, interações e decisões) e no início da pandemia foram realizadas duas reuniões online com os membros, conforme informação do presidente. Inclusive o retorno da feira tinha ocorrido há

apenas três meses. Dessa forma, nas perguntas relacionadas à participação e frequência das assembleias e reuniões, foi solicitado aos(as) participantes que respondessem de acordo com o período anterior à pandemia. Feito o devido esclarecimento, a partir dos dados da Tabela 18 e de relatos dos(as) associados(as) durante a aplicação do questionário, percebe-se que na ALAC apesar da maioria dos participantes considerarem as assembleias e reuniões as principais instancias de deliberação da associação, muitos assuntos são tratados e resolvidos por meio do grupo de *WhatsApp*. Nesse sentido, o comentário da respondente R3 vem de encontro com essa observação “tudo o que acontece ele (o presidente) coloca no grupo pra todo mundo ficar sabendo”. Além disso, um terço dos participantes consideram que as principais decisões também são tomadas pela diretoria, fato que coincide com o sentimento de algumas pessoas de que nem todos os assuntos são compartilhados, conforme identificado nos dados sobre participação expostos na Tabela 17, o que demonstra uma centralização das decisões na diretoria.

A periodicidade de realização das assembleias ou reuniões nas associações é possível verificar na Tabela 19.

Tabela 19 – Frequência de realização das assembleias ou reuniões nas associações

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Com qual frequência são realizadas as assembleias ou reunião do coletivo de sócios(as) da associação?	Anual	5	15%	0	0
	Semestral	12	37%	0	0
	Trimestral	6	18%	0	0
	Mensal	4	12%	8	28%
	Quinzenal	0	0	6	21%
	Semanal	0	0	12	41%
	Outro. Qual?	6	18%	3	10%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Acerca dos dados apresentados na Tabela 19, na ACAMAR, de acordo com o relato de vários membros, ocorrem assembleias mensais para prestações de contas e reuniões semanais ou quinzenais sempre que se faz necessário, o mesmo foi relatado pelo presidente na entrevista, quanto às 3 pessoas que escolheram a opção outro, disseram que ocorrem reuniões sempre que necessário. O que demonstra que o diálogo é frequente entre os(as) associados(as). Na ALAC, os(as) associados(as) demonstraram muitas dúvidas para responder qual seria a periodicidade das assembleias, haja vista a diversificação dos períodos citados e dos percentuais em cada um. Dentre àqueles(as) que responderam outro, 3 pessoas disseram

não saber, 2 disseram que as reuniões são marcadas conforme a necessidade e 1 que as assembleias são a cada dois anos quando se escolhe a diretoria. Dentre as que escolheram a opção anualmente, duas, o R28 e o R22 disseram que as assembleias ordinárias acontecem anualmente, sendo que as extraordinárias sempre que necessário, geralmente umas três vezes ao ano, o mesmo foi relatado pelo presidente em entrevista.

Sobre quais tipos de decisões são tomadas nas assembleias ou reuniões, sendo possível também o respondente escolher mais de uma opção, apresenta-se na Tabela 20.

Tabela 20 – Tipo de decisões tomadas nas assembleias ou reuniões

Questão	Respostas	ALAC	ACAMAR
		Frequência	Frequência
Geralmente, que tipo de decisões sobre a associação são tomadas durante as assembleias ou reuniões?	Eleição da diretoria	27	27
	Decisão sobre o destino das sobras e fundos	10	25
	Prestação de contas aos associados(as)	18	25
	Contratações e remunerações	10	4
	Plano de trabalho	17	22
	Decisões cotidianas da associação	23	15
	<b>Total</b>	<b>105</b>	<b>118</b>

Fonte: Da autora (2023)

Os dados da Tabela 20 demonstram que na ACAMAR os assuntos tratados abrangem os principais temas de uma associação. Na ALAC, percebe-se que há um consenso maior sobre os temas eleição da diretoria e assuntos cotidianos da associação, sendo que os outros temas um número menor de pessoas disse que são tratados nas reuniões. Acerca dessa análise, vem de encontro os comentários da respondente R14 “as prestações de conta ficam disponíveis no escritório da associação, e o associado pode procurar” e do respondente R28 “algumas decisões, despesas, que a diretoria acha que não precisa da aprovação da assembleia, decide sozinha, por exemplo a confecção de folhinhas”.

Na sequência questionou-se aos(às) participantes se eles e elas conseguiam expressar suas opiniões durante as assembleias ou reuniões e caso a resposta fosse não, questionou-se também o motivo, cujos dados são apresentados na Tabela 21.

Tabela 21 – Liberdade de expressão nas assembleias ou reuniões

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você consegue expressar suas opiniões durante as assembleias ou reuniões?	Sim.	27	82	22	77%
	Não, pois tenho dificuldade de entender o que é discutido	1	3	0	0%
	Não, pois tenho dificuldade de entender o que é discutido	1	3	3	10%
	Não, pois sou tímido(a)	2	6	3	10%
Se não, porque?	Não, porque:	2	6	1	3%
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Em relação à Tabela 21, na ALAC, as duas pessoas que responderam apenas não o porquê foi: R2 “não porque sou mais calada, porque as vezes dá alguma opinião, mas que não é colocada em prática, aí me sinto desmotivada a participação” e o R30 “não porque não gosto de expressar minha opinião. Destaca-se como a percepção de alguns membros de que não são ouvidos desmotiva e limita a participação, da mesma forma que enfatiza Macpherson (1978) acerca da principal causa da apatia política. O que prejudica o processo democrático dentro das associações. Na ACAMAR, o participante que respondeu apenas não o porquê foi: R2 “sou mais quieto, a gente mais escuta só, já participei de três reuniões”. É interessante destacar o comentário do R10 que respondeu que consegue dar suas opiniões e mostra uma evolução, ele disse “antes ficava quieto, agora vou anotando e falo na reunião”. Já dentre as pessoas que se sentem impedidas de manifestar suas opiniões, duas fizeram comentários parecidos acerca de suas respostas, o respondente R21 disse que “costuma dar ideias, mas ninguém aceita, não são votadas, só as ideias da diretoria são aceitas” e R28 disse que “dá ideia, as pessoas não escutam”. Essas falas demonstram, que na ACAMAR algumas pessoas também sentem que não são ouvidas, demonstram também uma influência da diretoria nas decisões dos(as) associados(as), fato que coincide com o próprio relato do diretor na entrevista, ao mencionar que quando tem algo mais sério para resolver, a diretoria se reuni antes e já define algumas alternativas conforme o Estatuto e o Regimento para apresentá-las aos(as) associados(as) para que possam escolher, afim de que a associação não seja prejudicada. Nesse sentido, entende-se que tal influência prejudica a autonomia da decisão

dos(as) associados(as) e por consequência a autogestão da associação, conforme aponta os autores Locks e Gugliano (2013) e Zambelo (2015).

As associadas e associados também foram indagados sobre o que consideram no momento de votar nas assembleias ou reuniões, cujo resultado pode se observar na Tabela 22.

Tabela 22 – O que as associadas e associados consideram ao votar nas assembleias ou reuniões

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
O que você considera ao votar nas assembleias ou reuniões?	O que é melhor para você	0	0	0	0
	O que é melhor para a associação	33	100%	29	100%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Visando verificar como são solucionados os conflitos nas associações ou se eles são evitados, foi questionado aos(às) participantes como são resolvidos os conflitos na associação quando eles surgem, conforme exposto na Tabela 23.

Tabela 23 – Como são resolvidos os conflitos nas associações

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Quando surgem conflitos na associação, como eles são resolvidos?	Com um amplo diálogo entre os(as) sócios(as) até se chegar a um consenso	5	15%	10	35%
	Com diálogo entre os(as) sócios(as), mas com a mediação da diretoria	17	52%	14	48%
	O conflito é evitado com a intervenção da diretoria	7	21%	4	14%
	Não existem conflitos na associação	3	9%	0	0%
	Outro. Qual?	1	3%	1	3%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Acerca da Tabela 23, na ALAC, o(a) associado(a) que respondeu outro, disse que quando surge algum questionamento, o presidente em vez de dialogar, responder, ele gera mais conflito, no sentido de achar ruim o que está sendo questionado. Já na ACAMAR o(a) associado(a) que respondeu outro disse que ainda não viu nenhum conflito (associado participou de três reuniões até o momento). É possível observar, que nas duas associações os(as) participantes consideram que os conflitos são prioritariamente resolvidos com a mediação da diretoria e em alguns casos até evitado pela diretoria, principalmente na ALAC, onde, inclusive um associado enfatizou que o presidente não gosta de ser questionado. Acredita-se que tais fatos não são saudáveis para as associações, primeiro, que a melhor situação é aquela em que os(as) associados(as) dialogam e conseguem chegar em um consenso, exercitando o diálogo e encontrando soluções juntos, segundo que o questionamento por parte dos membros é algo desejável que não deve ser evitado.

Na sequência investigou-se a frequência de realização da eleição para a diretoria nas associações, cujos dados são apresentados na Tabela 24.

Tabela 24 – Frequência de realização da eleição para diretoria nas associações

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Com que frequência se realiza a eleição da diretoria?	Uma vez a cada ano	11	33%	4	14%
	A cada dois anos	12	36%	20	69%
	A cada três anos	3	9%	0	0
	A cada quatro anos	1	3%	1	3%
	Outro. Qual?	6	18%	4	14%
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Na ALAC e na ACAMAR, todas as pessoas que escolheram a opção outro da Tabela 24, alegaram não saber a frequência de realização das eleições para diretoria. Observa-se que na ALAC não há consenso entre os(as) participantes sobre a cada quanto tempo ocorre eleição para diretoria, demonstrando que eles e elas não estão muito inteirados sobre o assunto. Já na ACAMAR existe mais consenso entre os(as) associados(as) acerca do intervalo de tempo para eleição da diretoria, o que denota que eles e elas estão mais cientes do processo

Em seguida as associadas e associados foram questionados sobre a eleição de novos membros para a diretoria das associações, conforme pode-se verificar nas Tabela 25 e 26.

Tabela 25 – Eleição de novos membros para a diretoria das associações

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Quando ocorre eleição para diretoria, novos associados(as) são eleitos(as)?	Sim	8	24%	28	97%
	Não. Porque?	25	76%	1	3%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 26 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Quando ocorre eleição para diretoria, novos associados(as) são eleitos(as)? Se não, porque?

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Ninguém quer assumir a responsabilidade (por falta de interesse, por ser um trabalho difícil e sem remuneração)	21	0
Muita confiança no atual presidente	1	0
O atual presidente é muito bom	1	1
Medo do novo	1	0
Não sabe o motivo	1	0

Fonte: Da autora (2023)

A respeito das Tabelas 25 e 26 destaca-se o comentário do(a) respondente R15 da ALAC que respondeu sim e justificou dizendo que “entra outros associados para outras funções, o presidente é sempre o mesmo, pela capacidade, disponibilidade, trabalho voluntário, corre atrás de resolver os problemas” e do(a) R20 que respondeu não e justificou que é “porque a maior parte dos associados deposita muita confiança no presidente, com isso já se tem dez anos que ele é presidente”. Com isso observa-se que a troca de membros ocorre em outros cargos da diretoria, mas o presidente é o mesmo já há bastante tempo. Chama a atenção também a falta de interesse dos(as) associados(as) em assumir a responsabilidade pela gestão da associação, em detrimento de alguns membros se mostrarem insatisfeitos com a atual. Nesse sentido, o resultado destas Tabelas coincide com o apresentado na Tabela 13 sobre o interesse dos(as) associados(as) em participar da diretoria. Já na ACAMAR, quase todos(as) concordam que novos associados(as) são eleitos, apesar desse dado não coincidir com o fato de a maioria não ter demonstrado interesse em participar da diretoria, conforme a Tabela 13 e do relato do presidente na entrevista de que por falta de interesse dos membros e também por muitas vezes não acreditarem que são capazes, ele tem estado à frente da associação como presidente, ou como vice para apoiar, já há bastante tempo.

Outro fator acerca da diretoria das associações que chama a atenção é o fato de que ambas têm sido presididas por homens, e que remete novamente às questões históricas das relações de gênero, onde as mulheres raramente exercem função de poder, mesmo sendo maioria, como é no caso da ALAC.

Em seguida buscou-se avaliar se todos os assuntos pertinentes à associação são compartilhados com os(as) associados(as) e como ocorre essa comunicação, conforme é possível constatar nas Tabelas 27 e 28.

Tabela 27 – Conhecimento sobre os assuntos pertinentes à associação

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Tudo o que ocorre na associação é de conhecimentos de todos(as) os(as) associados(as)	Sim	19	58%	27	93%
	Não, apenas alguns associados(as) têm o total conhecimento sobre o que ocorre na associação	9	27%	2	7%
	Não, apenas a diretoria tem total conhecimento sobre o que ocorre na associação	5	15%	0	0%
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Os dados da Tabela 27 indicam que os(as) associados(as) da ACAMAR concordam que os assuntos relacionados à associação são do conhecimento de todas e todos, o mesmo não ocorre na ALAC, onde boa parte dos(as) associados(as) acreditam que nem todos os assuntos são compartilhados.

Tabela 28 – Meio de comunicação entre as associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC	ACAMAR
		Frequência	Frequência
Como são passadas as informações aos(às) associados dentro da associação?	Solicitando à diretoria	5	3
	Por meio de Assembleias e Reuniões	22	26
	Por meio de documentos e relatórios	15	2
	Em conversas do dia-a-dia com outros sócios(as)	6	6
	Por meio do mural da associação	3	2
	Redes sociais (ex. grupo <i>WhatsApp</i> )	22	7
	Outro. Qual?	2	1
	<b>Total</b>	<b>75</b>	<b>47</b>

Fonte: Da autora (2023)

Nota: Nessa questão era permitido ao(à) participante escolher mais de uma opção.

Na ACAMAR, conforme Tabela 28, uma pessoa escolheu a opção outro e disse R2 “que o presidente vem e da as informações, ele vem e conversa tudo, qualquer coisinha ele vem falar”, quanto aos outros dados, estes apresentam novamente que a ACAMAR tem nas assembleias e reuniões suas principais instancias de comunicação e que existe uma preocupação por parte da diretoria em manter os(as) associados(as) informados(as) sobre os assuntos da associação. Já na ALAC, as duas pessoas que escolheram a opção outro, 2 pessoas relataram que o presidente passas nas barracas durante a feira dando informações, tal fato também foi observado por mim durante a aplicação dos questionários. Os demais dados demonstram que as assembleias e reuniões não são as principais instancias de comunicação, sendo esses meios bem diversificados, grande parte pelo grupo de *WhatsApp*, mas também por meio de documentos informativos e conversas do presidente com os(as) associados(as) durante a feira. Todavia, o sentimento de alguns que nem todos os assuntos são compartilhados aparece novamente.

A fim de se avaliar o nível de comprometimento dos membros das associações, eles e elas foram indagados sobre o quanto se consideram comprometidos com a associação e como consideram o comprometimento dos(as) demais associados(as), de acordo com as Tabelas 29 e 31. Na sequência de cada questionamento, foi solicitado ao(à) participante que justificasse sua resposta, cujas justificativas se encontram nas Tabelas 30 e 32.

Tabela 29 –Nível de comprometimento de cada associada e associado

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
O quanto você se considera comprometido (a) com a associação	Muito comprometido(a)	23	70	22	76%
	Razoavelmente comprometido(a)	8	21	5	17%
	Pouco comprometido(a)	1	3	0	0
	Não sei responder	1	3	2	7%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 30 – Conforme a resposta da pergunta anterior, descreva porquê você se considera assim

Respostas	Categorias	ALAC	ACAMAR
		FREQUENCIA	FREQUENCIA
Muito comprometido(a)	Participa sempre das feiras	15	0
	Participa sempre das reuniões	12	2
	Participa sempre dos eventos	4	0
	Participa nas redes sociais	3	0
	Cumpra as regras	6	0
	Pela responsabilidade	2	11
	Sempre disposto(a) a ajudar	3	7
	Por gostar muito da associação	4	3
	Por ser de onde retira o sustento	0	5
Razoavelmente comprometido(a)	Nem sempre participa da feira	1	0
	Nem sempre participa das reuniões	1	1
	Porque poderia fazer mais	0	3
	Por dificuldade de se expressar	1	1
	Porque evita entrar em conflito	1	0
	Falta de tempo	1	0
Pouco comprometido(a)	Falta de tempo	1	0

Fonte: Da autora (2023)

Na ACAMAR, dentre aqueles que se consideraram razoavelmente comprometidos, destacam-se duas justificativas: o(a) R19 que disse “porque as vezes não participa de muitas coisas, as vezes tem reunião e está no caminhão e não participa” e o(a) R11 “porque é uma coisa que a gente tem que ter muito compromisso, tem que ter muita responsabilidade e a minha responsabilidade é só a noite”. Esses relatos apontam a necessidade de uma maior integração dos membros que por função da atividade que estão desenvolvendo não conseguem participar mais.

Tabela 31 – Nível de comprometimento das associadas e associados aos olhos de seus pares

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
E os outros(as) associados(as), em geral? Como você caracteriza o grau de comprometimento deles(as)	Muito comprometido(a)	7	21%	6	21%
	Razoavelmente comprometido(a)	10	30%	13	48%
	Pouco comprometido(a)	10	30%	4	14%
	Não sei responder	5	15%	6	17%
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>96%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da Autora (2023)

Nota: Na ALAC, uma pessoa não quis responder à questão.

Tabela 32 – Conforme a resposta da pergunta anterior, descreva porquê você os(as) considera assim

Respostas	Categorias	ALAC	ACAMAR
		FREQUENCIA	FREQUENCIA
Muito comprometido(a)	Participam das Feiras	3	0
	Participam da Reuniões	3	1
	São responsáveis	1	3
	Cumprem as regras	1	0
	Por ser um grupo harmônico	1	0
	Está sempre disposto(a) a ajudar	0	2
	Por ser de onde retira o sustento	0	1
Razoavelmente comprometido(a)	Não participam das reuniões	5	0
	Não participam das feiras	5	0
	Não participam dos eventos	1	0
	Participam apenas no grupo de <i>WhatsApp</i>	1	0
	Porque poderiam fazer mais	0	1
	Falta de interesse	0	8
	Falta de responsabilidade	0	2
Falta de companheirismo	0	1	
Pouco comprometido(a)	Não participam das reuniões	6	1
	Não participam dos eventos	2	0
	Pouca participação de forma geral	2	0
	Falta de interesse	4	3
	Falta de responsabilidade		2
	Falta de tempo	1	0
	Falta de interação entre os membros	1	0
Individualismo	1	0	

Fonte: Da autora (2023)

No que concerne à Tabela 32, na ALAC os pontos mais em evidência para os(as) associados(as) considerarem os(as) colegas razoavelmente comprometidos(as) ou pouco comprometidos(as) se referem a baixa participação nas reuniões e com menor incidência nas feiras, também pela falta de interesse de forma geral, ocorrendo vários comentários que a maioria só se quer ir à feira e vender seus produtos. Na ACAMAR, os pontos de destaque para o razoável e pouco comprometimento se concentram na falta de interesse e de responsabilidade de muitos associados. Com relação àqueles(as) que consideram os(as) colegas muito comprometidos, destaca-se o comentário do(a) Respondente R3 que disse: “a ACAMAR já tem 23 anos de história e começaram quase do nada, e hoje tem os caminhões, toda estrutura, então quem está aí esse tempo todo não deixando a peteca cair?”. Tal

comentário demonstra que apesar das dificuldades a associação, com o empenho de seus membros, vem evoluindo ao longo do tempo.

Comparando os dados das Tabelas 29 e 31, em se tratando da ACAMAR, percebe-se que existe uma contradição de percepção dos(as) associados(as) quanto ao nível de comprometimento deles(as) com a associação, pois os números entre os que se acham comprometidos(as) e a visão de comprometimento que cada um tem dos outros(as) não coincidem. Isso nos leva a pensar que talvez o nível de comprometimento dos associados(as) não seja tão elevado quanto demonstrado na Tabela 29. Tal fato se apresenta como uma dificuldade para a associação que pode prejudicá-la.

Em relação à ALAC, os dados das Tabelas 29 e 31 também demonstram uma contradição de percepção dos(as) associados(as) quanto ao nível de comprometimento deles(as) com a associação, visto que, o percentual de pessoas que se consideram muito comprometidas é bem maior do que o percentual que consideram os colegas muito comprometidos(as). No entanto, vale lembrar que à época da aplicação dos questionários (novembro e dezembro de 2021) a ALAC contava com 64 associados(as) no total e apenas 38 haviam retornado à feira até aquele momento. Tal fato pode ser o motivo da contradição. Todavia, não se pode deixar de observar as manifestações de que são poucos os(as) associados(as) participativos, principalmente nas reuniões, o que também se apresenta como uma dificuldade para a associação.

Para encerrar essa parte do questionário, buscou identificar quais são as principais dificuldades encontradas pelas associações, cujo resultado está representado na Tabela 33.

Tabela 33 – Principais dificuldades das associações

Questão	Categorias	ALAC	ACAMAR
		FREQUENCIA	FREQUENCIA
Na sua opinião quais são as principais dificuldades encontradas pela associação?	Falta de companheirismo, de união, de pensar no coletivo	6	3
	Falta de comprometimento, de interesse, de responsabilidade	5	3
	Falta de apoio do poder público	18	2
	Falta de melhor infraestrutura e maquinário	9	2
	Falta de diálogo	1	0
	Falta de apoio da população, dificuldade com os comerciantes	2	0
	Ausência de prestação de contas, falta de organização	2	0
	Dificuldade em vender os produtos	1	
	Dificuldade com os catadores individuais	0	4
	Não sabe dizer	0	4
Não vê dificuldade	1	9	

Fonte: Da autora (2023)

Em relação à Tabela 33, na ACAMAR, as dificuldades que envolvem a falta de interesse, de responsabilidade, de companheirismo e união dos(as) associados(as) vem de encontro com a percepção dos membros em relação à falta de comprometimento dos colegas exposto na Tabela 31. As dificuldades relacionadas ao poder público se referem ao apoio insuficiente da prefeitura para manutenção das despesas, já as de infraestrutura e maquinário se referem à falta de espaço (que também foi relatado pelo presidente na entrevista) e falta de mais veículo para coleta. Outra queixa recorrente se trata da concorrência e desavença com os catadores autônomos, que passam nos bairros que a ACAMAR já fez conscientização e além de levar o material melhor, geralmente deixam o que não lhes interessa esparramado e sacos rasgados, gerando descontentamento nos moradores (fato também mencionado pelo presidente na entrevista)

Na ALAC, dentre as diversas dificuldades relatadas pelos(as) participantes, a principal delas foi a falta de apoio da prefeitura em diversos sentidos: financeiro, para que eles possam participar de eventos, feiras em outras cidades e até mesmo a realização de mais eventos aqui em Lavras, na praça e nos bairros, que eles possam participar, também houve relatos de dificuldades financeiras na época da pandemia e que não tiveram apoio da prefeitura (ALAC ficou de março de 2020 à setembro de 2021 sem poder realizar a feira); de intervenção, em datas especiais, como no Natal, é muito difícil para eles conseguirem autorização para

fazerem a feira porque os comerciantes não gostam que eles façam; de infraestrutura, muita dificuldade dos(as) associados(as) com a falta de um banheiro para uso deles(as) e da sociedade em geral, inclusive, impedidos pelo patrimônio público de colocarem um banheiro químico, devido ao tombamento da praça, falta de pontos de energia para as barracas, negado também pelo motivo de tombamento da praça. Também é significativo na associação as dificuldades de falta de união e diálogo entre os(as) associados(as), de comprometimento, de responsabilidade, inclusive com o pagamento das mensalidades.

Observa-se que muitas são as dificuldades enfrentadas pelas associações em questão, seja de falta de apoio ou de ordem interna. Não obstante, destaca-se a capacidade de resistência desses coletivos, mesmo diante de tantas adversidades seguem persistindo e evoluindo há vinte e três anos.

### **5.3 Quanto à educação política dos(as) associados(as)**

Após a apresentação e análise de como se dá a participação política no âmbito das associações ALAC e ACAMAR, segue-se a análise da última parte do instrumento de pesquisa que está diretamente ligada ao objetivo geral deste trabalho.

Inicialmente buscou-se investigar acerca do desenvolvimento pessoal dos(as) associados(as) a partir da participação na associação. Na Tabela 34 observa-se o que eles e ela aprenderam com a vivência na associação.

Tabela 34 – Aprendizados das associadas e associados a partir da associação

Questão	Categorias	ALAC	ACAMAR
		FREQUENCIA	FREQUENCIA
O que você aprendeu na associação?	Aprendizados da vida em comunidade como: conviver com o próximo, companheirismo, respeitar as diferenças, pensar no coletivo, trabalho em equipe e união	17	10
	Aprendizado e aprimoramento do trabalho: - se inspirando nos colegas, recebendo sugestões, fazendo cursos;	5	5
	- a reciclar, a separar o material reciclável, a preservar o meio ambiente; a dirigir os caminhões		
	Desenvolvimento pessoal: se tornou mais comunicativo, mais sociável e mais educado, a ser mais organizado	4	2
	Aprendizado sobre o valor que tem uma associação perante a população e o poder público	3	0
	Sobre a economia solidária, leis das associações, lidar com o poder público	2	0
	Nada	3	2

Fonte: Da autora (2023)

Acerca da Tabela 34, para exemplificar, destaca-se algumas falas dos(as) associados(as) da ALAC: R33 “companheirismo, trabalhar junto, vai fazer alguma coisa, vamos juntar todo mundo pra correr atrás do bem comum”; R30: comunicação com as pessoas” R22 “aprendeu a administrar o tempo, o dia, a organizar os produtos na banca, a ALAC tem uma parte boa de organização”; R7 “ao ar livre com público diferente, acaba aprendendo que uma associação vale muito mais que uma porta aberta (se referindo ao comércio). Aos olhos da sociedade, vender na rua é um serviço subalterno, hoje sabe que não tem preço estar ao ar livre com público diferente”; e R1 “nada, o coletivo não funciona na associação, não tem união, não se encontra, não tem confraternização para conhecer as pessoas”

Ainda acerca da Tabela 34, também destaca-se algumas falas dos(as) associados(as) da ACAMAR: R3 “bastante coisa, primeiramente ajudar, na empresa que eu trabalhava era cada um por si, aqui na associação temos que ajudar uns aos outros, senão não funciona”; R7 “tudo, companheirismo, amizade, antes trabalhava pra fora, não ficava na cidade, era muito tímido”; R8 “muito, antes não sabia reciclar pra terra se prolongar mais, limpando a terra para

os nossos filhos, netos terem uma convivência melhor”; R18 “tudo que tem agradece, quando me receberam de volta não tinha nada. Consegui o respeito da família”

Nas Tabelas 35 e 36 pode-se observar o que os(as) associados(as) consideram que mudou em suas vidas a partir do ingresso na associação.

Tabela 35 – Transformação na vida das associadas e associados a partir da associação

Questão	Categorias	ALAC	ACAMAR
		FREQUENCIA	FREQUENCIA
O que mudou na sua vida após a entrada na associação? Porque?	Melhorou a condição de vida	14	24
	Melhoria das condições de higiene e saúde	1	2
	Reconhecimento do trabalho	8	1
	Desenvolvimento pessoal: mais confiante, mais criativo, melhor autoestima, mais responsável	3	1
	Melhorou o relacionamento com o público, aprendeu a lidar com as pessoas	4	1
	Desenvolveu sentimentos de satisfação, realização, alegria e tranquilidade	5	3
	Fez novas amizades	5	0
	Participação comunitária e de ajuda ao próximo	2	1
	Adquiriu conhecimento político	1	0
	Aprendeu a administrar o próprio recurso	0	1
	Mudou a forma de pensar sobre o lixo e o meio ambiente	0	2

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 36 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: O que mudou na sua vida após a entrada na associação? Porque?

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Aumentou a Renda	14	24
Ambiente de trabalho mais limpo	1	2
Maior visibilidade dos produtos / Sente que o trabalho do catador é reconhecido	8	1
Recebe elogio das pessoas	3	1
Oportunidade de conhecer e se relacionar com várias pessoas	9	1
Porque gosta de trabalhar na associação/ Pelo trabalho desenvolvido na associação	5	5
Consegue ajudar as pessoas com o seu conhecimento e produtos	2	1
Participando das reuniões	1	1

Fonte da Autora (2023).

De acordo com as Tabelas 35 e 36, na ALAC a maioria dos relatos envolvem o reconhecimento do trabalho, maior visibilidade e aumento das vendas. Para exemplificar, segue algumas falas: R2 “me sinto mais realizada, a feira me deu muita chance, fiquei mais conhecida e através da associação ingressei em outras associações, faço feira fora...”; R7 “aumentou a venda, consegui divulgar o meu produto e hoje tem muito mais valor, atingiu público de outras cidades”; R14 “conheci um lado que não conhecia, o de participação comunitária, o lado de ajudar, descobri uma forma de ajuda as pessoas que não conhecia. Descobri que posso produzir para ajudar.”

Na ACARMAR, sobre essa mesma questão acima, o relato principal de quase todos(as) os(as) participantes foi a melhora na condição de vida, sobretudo da situação financeira, muitos puderam adquirir ou reformar suas casas, comprar moto, carro, pessoas que estavam em situação de dificuldade e por meio da associação estão conseguindo superar. No ensejo, destaca-se algumas falas: R1 “Muito, comprei carro, moto, tô reformando a casa, melhoria financeira”. R3 “oportunidade de melhorar a renda, fui aprendendo a parte financeira que não sobra, questão de administração” R5 “parte financeira melhorou, o modo de lidar com as pessoas, com o ser humano, aqui a gente aprende muito isso” R14 “eu estava desempregado, e Deus abriu essa porta pra mim. Adquirit renda, reaproveito brinquedos para as crianças”

Acerca de transformações no comportamento pessoal dos(as) associados(as), os dados são apresentados nas Tabelas 37 e 38.

Tabela 37– Comportamento pessoal das associadas e associados a partir da associação

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você percebeu alguma mudança no seu comportamento pessoal depois que você começou a trabalhar na associação?	Não	7	21%	11	38
	Não sei responder	0	0	1	3
	Sim.	26	79%	16	55
	Qual?				
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>28</b>	<b>96%</b>

Fonte: Da autora (2023).

Tabela 38 – Transformações no comportamento pessoal das associadas e associados a partir da associação

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Mais comunicativa, menos inibida,	7	2
Se sente realizada, mais alegre, menos estressada	6	8
Mais confiante, mais motivada, mais animada	7	1
Mais participativa, mais observadora	3	0
Mais compreensiva, se preocupa com os colegas	2	3
Mais responsável, mais lutadora	1	2
Se tornou uma pessoa mais humilde	1	0
Se tornou mais ciente das coisas, leis	1	1

Fonte: Da autora (2023)

Conforme é possível observar nas Tabelas 37 e 38, a maioria dos membros de ambas as associações percebeu mudanças positivas em seus comportamentos. Em relação à Alacara exemplificar segue algumas falas: R5 “ser reconhecida, se sentir importante, sentir que faz parte, tenho orgulho do meu trabalho, de dizer que sou artesã”; R7 “uma sensação diferente, me tornei uma pessoa mais observadora, ver o que os colegas estão fazendo e querer que façam bem, desenvolver mais o sentimento coletivo”; R8 é mais participativo em decisões, olho decisões que vão ser votadas, vereadores que vão ser eleitos”; R31 “melhorei a convivência com as pessoas, fiz muitas amizades, era tímida, nem conversava direito porque vivia isolada na roça”.

Na ACAMAR, também se destaca algumas falas: R5 “o jeito de lidar com as pessoas, antes não entendia muitas coisas, trabalhar individual é diferente de trabalhar com associado”, R6 “vê os esforços dos meninos que correm no sol quente (se referindo aos colegas associados que trabalham nas ruas recolhendo o material)” R7 “era mais tímido, tinha

vergonha de conversar com os outros”; R29 “era rebelde e hoje sou uma pessoa muito tranquila, quando você trabalha numa equipe que não tem patrão, você tem que pensar muito para não ofender o outro”

Esse bloco de questões, cujo resultado foi apresentado nas Tabelas 34, 35, 36, 37, e 38, trouxe à tona depoimentos importantes de como a vida dos(as) associados(as) mudou para melhor após o ingresso nas associações, infelizmente, devido a extensão não foi possível detalhar todos os relatos. Mas, são muitas as histórias de sucesso, desenvolvimento econômico, social e pessoal advindos do trabalho coletivo. Embora os dados demonstrem que a participação política e os processos democráticos carecem de fortalecimento em ambas as associações, assim como, se faz necessário um maior engajamento, cooperação e união dos associados e associadas, o fato de formarem um grupo com o mesmo objetivo (afinal não se faz feira de uma barraca só, como um dos associados mesmo disse na Roda de Conversa, e não se forma uma associação de catadores apenas com uma pessoa), as oportunidades de participação nas decisões, de exercício da autonomia, de aprendizado multidisciplinar e muitas outras características do trabalho coletivo, são capazes de desenvolver esses sentimentos e qualificações relatadas, conforme argumentam Pateman (1992) e Singer (2002) sobre o potencial de desenvolvimento das pessoas a partir da participação, Dahl (1990) acerca dos benefícios da autogestão dos empreendimentos pelos trabalhadores e Gattai e Bernardes (2013) sobre a capacidade dos empreendimentos de economia solidária promover transformações sociais, culturais, comportamentais e cognitivos nas pessoas.

Na sequência foram abordadas questões de cunho social e político relacionadas ao comportamento dos(as) associados(as) a partir do ingresso nas associações. No que se refere à consciência dos(as) associados(as) sobre os problemas sociais, pode ser observado nas Tabelas 39 e 40.

Tabela 39 – Consciência das associadas e associados acerca dos problemas sociais

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
	Não	0	0%	2	7%
Você considera que se tornou uma pessoa mais consciente dos problemas sociais (como fome, desemprego, desigualdade social etc.), depois que passou a fazer parte da associação?	Não, porque já tinha consciência dos problemas sociais antes de fazer parte da associação.	18	55%	8	28%
	Não sei responder.	1	3%	1	3%
	Sim. Porque?	14	42%	16	55%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>27</b>	<b>93%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 40 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera que se tornou uma pessoa mais consciente dos problemas sociais (como fome, desemprego, desigualdade social etc.), depois que passou a fazer parte da associação? Se sim, porque?

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Porque na feira vêm muitas pessoas que passam dificuldades, pessoas que têm vontade de comprar os produtos e não podem, pessoas pedindo ajuda e alimentos, moradores de rua. É possível ter uma visão ampla da realidade.	12	0
Porque agora sabe como é difícil estar na feira todos os domingos sem saber se vai vender algo.	1	0
Porque vê a situação, muitas pessoas passando fome	0	16
Porque se preocupa se terão material suficiente para gerar renda	0	1

Fonte: Da autora (2023)

Acerca das Tabelas 39 e 40, destaca-se as falas de dois membros da ALAC para exemplificar: R13 “porque a gente vem aqui e vê a dificuldade das pessoas que moram na rua, na feira tem mais contato com essas pessoas, conversa com eles, é muito triste” R26 “a gente não tem a possibilidade de ver tanta injustiça quando você não tá no meio do povo, a gente só tem oportunidade quando participa”.

Na ACAMAR, para exemplificar pode-se citar as falas: R7 “quando era pequeno, passava muito aperto, mas depois que vim para a associação comecei a ver muitas famílias pior que a gente”; R11 “porque aqui é uma associação a gente vê progredindo é bom demais,

em vista daquele lixão”; R29 “porque vê muitas pessoas passando necessidade, muito catador na rua, ver pessoas jogando coisas fora que podem ser aproveitadas”.

Os dados das Tabelas 39 e 40 mostram que, mais de 40% dos(as) associados(as) passaram a se preocupar mais com as desigualdades sociais após o ingresso nas associações, além disso, destaca-se as repostas dos presidentes das associações, ambas muito parecidas e demonstram como o contato direto deles com os(as) associados(as) os tornaram muito mais preocupados com as questões sociais, algo que se pode dizer que é muito diferente do que acontece nas empresas capitalistas. Em suas palavras, R5 presidente da ACAMAR “a gente vê muita gente passando dificuldade, a partir do trabalho em grupo, desenvolvi uma maior preocupação com as pessoas” e o R28 presidente da ALAC “porque estando na convivência com as pessoas, principalmente, por ser presidente e ter contato com muitas pessoas, artesãos, reuniões e a gente vê o quanto que as pessoas necessitam, vê muita desigualdade social, racial”. Pode-se dizer que esses dados estão em consonância com a afirmação de Macpherson (1978) de que a prática da democracia participativa requer o desenvolvimento de um sentido mais forte de comunidade.

Nas Tabelas 41 e 42 é possível verificar se os(as) associados(as) se tornaram mais conscientes dos problemas ambientais após o ingresso nas associações.

Tabela 41 – Consciência das associadas e associados acerca dos problemas ambientais

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você considera que se tornou uma pessoa mais consciente dos problemas ambientais relacionados ao nosso planeta (como falta de conservação das águas, solo, fauna e flora) depois que passou a fazer parte da associação?	Não, porque já tinha consciência dos problemas ambientais antes de fazer parte da associação.	22	67%	3	10%
	Não sei responder	1	3%	3	10%
	Sim. Porque?	10	30%	23	80%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 42 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera que se tornou uma pessoa mais consciente dos problemas ambientais relacionados ao nosso planeta (como falta de conservação das águas, solo, fauna e flora) depois que passou a fazer parte da associação? Se sim, porque?

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Utilizam bastante material reciclável para o artesanato	3	0
Se preocuparem com o lixo que geram	1	0
Na praça sempre tem eventos sobre conscientização ambiental, participa de reuniões com a associação de feirantes e vigilância sanitária que abordam o tema	6	0
Devido ao trabalho de reciclagem que realizam aprenderam a importância de se preservar o meio ambiente	0	17
Recolhem material onde encontram	0	2
Trabalham a conscientização das pessoas	0	4

Fonte: Da autora (2023)

No que se refere às Tabelas 41 e 42, destaca-se as seguintes falas de membros da ALAC: R4 “muito lixo, me preocupo com o lixo, tirar a sacola plástica da barraca, o artesanato tem que pensar muito nisso, sacola de papel” e R13 “comecei a mexer com latinha, depois que entrei na feira, reciclo tudo que posso, pneu, latinha, garrafa pet, pedaço de madeira, cria peças, amostras para amigos que dão o material”.

Na ACAMAR, ressalta-se as falas do R5 “porque a gente sabe a importância da reciclagem, através da coleta você gera trabalho, protege as águas e solos, e adquirimos respeito também” e do R4 “aprendi a partir da associação a preservação do meio ambiente, vendo também o interesse das outras pessoas pela associação, vê que é importante para o mundo”

Ainda sobre os dados das Tabelas 41 e 42, estes apresentam que a conscientização acerca dos problemas ambientais após o ingresso nas associações foi bem mais forte nos membros da ACAMAR, certamente, pelo fato do tema estar relacionado diretamente com a atividade que desenvolvem.

Quanto à cooperação e a solidariedade dos(as) associados(as), os dados se encontram representados nas Tabelas 43 e 44.

Tabela 43 – Cooperação e solidariedade das associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você considera que se tornou uma pessoa mais cooperativa e solidária depois que passou a fazer parte da associação?	Não, porque já era cooperativo e solidário antes de fazer parte da associação.	16	48%	5	17%
	Não sei responder.	0	0%	3	10%
	Sim. Porque?	17	52%	20	69%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>28</b>	<b>96%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 44 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera que se tornou uma pessoa mais cooperativa e solidária depois que passou a fazer parte da associação? Se sim, porque?

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Passou a se preocupar com os(as) colegas associados(as), seja em relação ao trabalho ou às dificuldades pessoais	6	2
Por querer ajudar os(as) colegas associados(as) e outras pessoas que estão em dificuldade	6	8
Se preocupa com o que está acontecendo na associação e na comunidade	4	2
Por trabalhar em grupo, uma família com membros e culturas diferentes, por gostar de trabalhar na associação	1	7

Fonte: Da autora (2023)

A respeito das Tabelas 43 e 44, pode-se citar algumas falas dos respondentes da ALAC: R10 “o trabalho em conjunto gera valores como empatia e conexão”; R13 “a gente vai trocando ideia [...], sugere algumas coisas para quem trabalha com pneu e dá ideias, vai pesquisando e passa para a pessoa, para melhorar o trabalho dele, as vezes a pessoa tem o dom e só precisa de incentivo” e R20 “porque começou a ter contato com clientes e associados e cada um tem a sua história e isso muda muito a gente”.

Já na ACAMAR, sobre essa mesma questão, ressalta-se as falas: R3 “porque antes tinha um individualismo, cumprir o horário e ir embora, agora não, acabou o horário eu fico pra ajudar no que é preciso”; R8 “antigamente eu não andava tanto nos bairros, e hoje em dia você vê como ta a situação, as dificuldades”; R9 “antigamente não mexia com cooperativa,

não sabia o que era trabalhar em grupo; eR28 “agora ajudo bem mais as pessoas a seguir em frente e a trabalhar”.

Como é possível observar nas Tabelas 43 e 44, boa parte dos(as) associados(as) consideram que se tornaram mais cooperativos e solidários após o ingresso nas associações, principalmente, na ACAMAR. Ressalta-se que em ambas as associações o motivo apresentado se concentra na preocupação com os colegas de trabalho, o que vem de encontro com os aprendizados relatados de companheirismo, da vivência em comunidade, da coletividade. Conforme discorre os atores Abramovich e Vazquez (2007) o trabalho associativo estimula a solidariedade. Ressalta-se ainda, que embora os dados levantados no tópico acerca da participação política também tenham apontado as dificuldades enfrentadas pelas associações nessas áreas existe correspondência entre os devidos percentuais, ou seja, entre o número de pessoas que relataram esse tipo de aprendizado e o número de pessoas que responderam que se tornaram mais cooperativas e solidárias.

Os(as) associados(as) também foram questionados(as) quanto à responsabilidade a partir do ingresso nas associações, cujos dados podem ser verificados nas Tabelas 45 e 46.

Tabela 45 – Responsabilidade das associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você considera que se tornou uma pessoa mais responsável depois que passou a fazer parte da associação?	Não.	16	48%	6	21%
	Sim. Porque?	17	52%	23	79%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 46 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera que se tornou uma pessoa mais responsável depois que passou a fazer parte da associação? Se sim, porque?

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Pela responsabilidade e compromisso com a associação	6	8
Responsabilidade com o trabalho	9	11
Responsabilidade com as reuniões	2	0
Pela responsabilidade com o meio ambiente	0	4

Fonte: Da autora (2023)

Acerca das Tabelas 45 e 46, pode-se citar como exemplos as falas dos seguintes membros da ALAC: R3 disse “responsabilidade de trazer produtos, cumprir horário, avisar se não vem”; R11 “tudo que produz tem que zelar o máximo possível, muito cuidado e responsabilidade com o alimento que serve para que só faça o bem ao outro”; R32 “tem que ter responsabilidade, marcou uma reunião tem que ir, tem que vir na praça, antes não era muito preocupado assim”.

Na ACAMAR, os dados das tabelas acima podem ser verificados nas falas a seguir: R5 “antes se você trabalha no setor que tem patrão você não se preocupa com a ferramenta, agora que você é dono se preocupa com tudo, com os materiais, maquinarias, hoje se estraga você sabe o preço que fica”; R12 “outro tipo de serviço não tinha garra, agora tem muito, vontade de trabalhar”; R17 “antes não tinha muita responsabilidade porque o associado é tipo uma família, dão conselhos”

Ainda sobre as Tabelas 45 e 46, identifica-se que um pouco mais da metade dos participantes na ALAC e a maioria na ACAMAR, passou a se sentir mais responsáveis após o ingresso nas associações, o que pode ser atribuído ao fato de que neste tipo de empreendimento os trabalhadores também são os donos, portanto, responsáveis por todos os processos. Tal fato encontra-se em consonância com o argumento de Dahl (1990) de que um dos pontos positivos que pode ser alcançado a partir da autogestão nos empreendimentos é os trabalhadores se tornarem mais responsáveis. Destaca-se que os percentuais encontrados nessa questão correspondem ao nível de comprometimento dos membros em cada associação na parte que se refere à participação política analisada anteriormente.

Acerca do interesse dos(as) associados(as) em contatar outras associações solidárias pode ser verificado nas Tabelas 47 e 48.

Tabela 47 – Interesse das associadas e associados de estabelecerem contato com outras associações solidárias

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
<b>Você considera importante o contato com outras associações solidárias?</b>	Não.	2	6%	2	7%
	Não sei responder.	2	6%	11	38%
	Sim. Porque?	28	85%	16	55%
<b>Total</b>		<b>32</b>	<b>97%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 48 – Justificativa das respostas dos(as) associados(as) à questão: Você considera importante o contato com outras associações solidárias? Se sim, porque?

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Conhecer outras pessoas e outros trabalhos	4	2
Aquisição de conhecimento	8	5
Fortalecer parcerias, troca de experiências e ajuda mútua	20	10

Fonte: Da autora (2023)

Na ALAC, no que se refere à Tabela 48 acima, pode-se citar duas falas para exemplificar: R1 “troca de experiência, inteiração”; R2 “maneira de comercializar seus produtos, conhecer outros trabalhos, artesãos, pessoas”; e R15 “porque estando junto com outras pessoas, junta as ideias e vê o problema de outras pessoas, não fica focado em um lugar só”.

Na ACAMAR, os dados também podem ser observados em suas falas: R1 “porque é uma associação ajudando a outra, a gente tem sempre muita ajuda, a gente tem que ajudar também” e R29 “conviver com outros catadores, um vai aprendendo com o outro, em viagens, visitas, sempre aprendendo e ensinando”.

A partir dos dados das Tabelas 47 e 48, nota-se como a visão da maioria dos(as) associados(os), principalmente na ALAC, a respeito de outras associações não é baseada na competitividade, como na economia capitalista, e sim na coletividade, onde valoriza-se a ajuda mútua, a troca de experiências e o aprendizado. Fatores que convergem com o argumento de Morais *et al.* (2011) de que a perspectiva cooperativista autogerida configura-se na formação de uma nova cultura, capaz de romper com o individualismo característico do modelo capitalista.

Os dados também demonstram acerca dessas cinco questões elencadas nas Tabelas 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48, o desenvolvimento de uma educação política dos associados e associadas no que concerne a fatores sociais e ambientais importantes a partir do ingresso nas associações, conforme destacam França Filho e Laville (2004) as iniciativas de economia solidária incorporam as dimensões social, cultural, ecológica e política.

Dando continuidade à investigação sobre educação política, foram tratadas questões relacionadas à participação dos(as) associados(as) nas esferas sociais da comunidade e de movimentos sociais. Quanto à participação em movimentos sociais pode ser verificado na Tabela 49.

Tabela 49 – Participação das associadas e associados em movimentos sociais

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você participa de algum movimento social (sindicatos, movimento negro, feminista, etc.)?	Não.	31	94%	29	100%
	Não sei responder.	1	3%		
	Sim. Qual?	1	3%		
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Como é possível observar na Tabela 49, apenas uma pessoa da ALAC respondeu sim, o respondente R28 disse participar “do Conselho Municipal de Turismo, da Associação dos Presos (ASFARD), do Conselho Gestor de Economia Solidária, que não está ativo”.

A Tabela 50 diz respeito à participação dos membros da ALAC e da ACAMAR em partidos políticos.

Tabela 50 – Participação das associadas e associados em partidos políticos

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você participa de algum partido político?	Não.	32	97%	27	94%
	Não sei responder.	0	0	2	6%
	Sim. Qual?	1	3%	0	0
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Acerca da Tabela 50 apenas o respondente R28 disse ser filiado ao PTB. Já o envolvimento dos membros da ALAC e da ACAMAR em ações sociais ou comunitárias poder ser visto na Tabela 51.

Tabela 51 – Participação das associadas e associados em ações sociais ou comunitárias

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária?	Não.	20	61%	26	90%
	Sim. Qual?	13	39%	3	10%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Acerca da Tabela 51, na ALAC, as pessoas que disseram sim, as ações relatadas envolvem: ações individuais de doação financeira, de arrecadação de itens diversos para

doações e de ajuda e orientação a vizinhos; trabalhos comunitários nas igrejas com ministração de cursos para pessoas carentes, distribuição de sopa, arrecadação de cestas básicas para doações e trabalho na pastoral da criança; e atividade em entidades e associações como a São Vicente de Paula, Associação dos Presos, Eterna Misericórdia (trabalho com alcoólicos anônimos). Já na ACAMAR, as que disseram sim, as ações são individuais de doação e no âmbito da igreja, também de contribuição financeira da ACAMAR para a entidade Lar, Esperança e Vida.

Em relação às questões abordadas nas Tabelas 49, 50 e 51, os dados apresentam que ainda não existe participação dos(as) associados(as) de ambas as associações em movimentos sociais ou partidos políticos, com exceção do presidente da ALAC. No que se refere a ações sociais ou comunitárias, estas são bem pequenas entre os(as) associados(as) da ACAMAR, sendo exercida no âmbito da igreja ou como doação individual ou doação da própria associação. Já na ALAC quase 40% dos(as) participantes exercem alguma ação social, a maioria também de forma individual ou ligadas à igreja, mas estende-se com algumas ações em outras entidades. Também foi relatado pelo diretor da ALAC e a associada presentes na entrevista que a associação já desempenhou serviços sociais junto à comunidade de Lavras no Galpão Cidadão e nas escolas ministrando curso de artesanato em parceria com a UFLA, o mesmo também foi realizado nas cidades de São Gonçalo do Sapucaí e em Santa Rita. A associada relatou que a realização dos cursos propiciou a troca de aprendizado entre eles e elas e os participantes, sendo essa troca uma das principais virtudes da economia solidária. Assim, de acordo com os autores França Filho e Laville (2004) o poder da ação coletiva não fica restrito ao âmbito de uma associação, mas se estende para a comunidade a qual ela está inserida.

Também foi investigado junto aos(às) participantes se eles e elas se preocupam com os problemas de suas comunidades e como acreditam que estes podem ser resolvidos, conforme observa-se nas Tabelas 52 e 53.

Tabela 52 – Preocupação das associadas e associados com os problemas existentes em sua comunidade?

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você se preocupa com os problemas existentes na sua comunidade?	Não.	1	3%	4	14%
	Não sei responder.	1	3%	5	17%
	Sim. Qual?	31	94%	20	69%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 53 – Como você acha que podem ser resolvidos os problemas existentes na sua comunidade?

Categorias	ALAC	ACAMAR
	FREQUENCIA	FREQUENCIA
Com trabalho conjunto entre comunidade e poder público, criação de associações de bairro para dialogar com os moradores e o poder público	18	4
Com ações do poder público e autoridades	5	13
Com ações individuais de conscientização do que é certo ou errado, e de consciência na hora de escolher os representantes políticos	4	0
Não soube responder	5	11

Fonte: Da autora (2023)

Os dados das Tabelas 52 e 53 demonstram que a maioria dos(as) associados(as) de ambas as associações se preocupa com os problemas da sua comunidade, principalmente da ALAC, cujo valor representa 94% dos(as) participantes. Todavia, na ACAMAR, boa parte dos(as) associados(as) acreditam que apenas o poder público tem condições de resolver os problemas, já na ALAC a maioria dos(as) associados(as) acreditam que os problemas poderiam ser resolvidos de forma conjunta entre a comunidade e o poder público, fato importante, pois entende-se que é desejável e eficaz para a solução dos problemas o envolvimento da comunidade e que demonstra educação política, uma vez que esta, como visto anteriormente, pode se consubstanciar de diversas formas, dentre elas, na capacidade do cidadão de melhor avaliar os vínculos existentes entre as esferas públicas e privadas da vida humana, conforme apontam Miguel (2017) e Pateman (1992).

Na sequência buscou-se verificar o que o termo política significa para os associados e associadas (TABELA, 54).

Tabela 54 – Significado do termo política para as associadas e associados

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Para você o que é a política?	É o que ocorre no espaço do governo de um país, estado ou município.	10	30%	6	21%
	É o que ocorre em todos os espaços que existem tomada de decisão coletiva, ou seja, nos lares, escolas, trabalho,	18	55%	12	41%
	Não sei responder	5	15%	11	38%
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Os dados da Tabela 54 demonstram que mais de 40% dos(as) associados(as) das duas associações consideram que a política é o que ocorre em todos os espaços que exista tomada de decisão, o que pode ser considerado um bom percentual, a julgar pela forma que a política foi reduzida às instituições do Estado como afirma Wood (2007), afirmação que vem de encontro ao percentual elevado de respondentes que assim concebem a política. É interessante observar que o tema política ainda parece um pouco distante aos(as) associados(as) da ACAMAR, visto que, 38% não soube responder à questão, o que também vem de encontro aos argumentos Dahl (1990) e Wood (2007) que a política foi apartada do povo e a influência das diferenças sociais ao acesso de informação e poder político.

Buscou-se também verificar seus entendimentos acerca das ações e conceitos políticos no âmbito dos governos, iniciando pelo questionamento sobre a participação da população na política (TABELA, 55).

Tabela 55 – Importância para as associadas e associados da participação ativa da população na política

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você considera importante a participação ativa da população na política, expressando suas opiniões e exigindo seus direitos?	Não.	1	3%	6	21%
	Não sei responder.	1	3%	8	27%
	Sim.	31	94%	15	52%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Na tabela 56 pode-se observar se os(as) consideram importante a escolha de seus representantes políticos.

Tabela 56 – Importância para os associados e associadas de escolherem seus representantes políticos

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Você considera importante o ato de votar e escolher seus representantes políticos?	Sim.	27	82%	25	86%
	Não sei responder	1	3%	4	14%
	Não.	5	15%	0	0%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

A partir das tabelas 55 e 56 é possível identificar que boa parte dos(as) associados(as) da ACAMAR consideram importante a participação ativa da população na política, já na ALAC o percentual de pessoas que pensam assim é expressivo, sendo que, e a maioria de associados(as) de ambas associações, consideram importante o ato de votar e escolher seus representantes, fatores importantes que demonstram a presença de uma educação política e corroboram com o entendimento de Dahl (1990) de que a democracia favorece o desenvolvimento de cidadãos melhores.

O que os(as) associados(as) consideram sobre o ato de cobrar e fiscalizar os representantes políticos, assim como, sobre o comportamento dos eleitores e governantes pode ser observado nas Tabelas 57, 58 e 59.

Tabela 57 – Fiscalização e cobrança dos representantes políticos

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Os representantes políticos devem ser fiscalizados e cobrados por seus atos?	Concordo totalmente	29	88%	24	86%
	Concordo	4	12%	5	14%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 58 – Opinião das associadas e associados sobre a compra e venda de votos nas eleições

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
Qual a sua opinião sobre a prática de compra e venda de votos em eleições?	Totalmente incorreta	31	94%	19	66%
	Incorreta	1	3%	8	27%
	Nem incorreta e nem correta	1	3%	2	7%
	<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da autora (2023)

Tabela 59 – Opinião das associadas e associados sobre político ter vantagem pessoal desde que façam alguma coisa pelo povo.

Questão	Respostas	ALAC		ACAMAR	
		Frequência	Percentual	Frequência	Percentual
O político pode ter vantagens pessoais desde que faça alguma coisa pelo povo?	Discordo totalmente	30	91%	17	59%
	Discordo	2	6%	9	31%
	Não discordo e nem discordo	1	3%	2	7%
	Concordo	0	0	1	3%
<b>Total</b>		<b>33</b>	<b>100%</b>	<b>29</b>	<b>100%</b>

Fonte: Da Autora (2023)

Os dados das Tabelas 57, 58 e 59, demonstram que existem entre os(as) associados(as) da ALAC e da ACAMAR uma total concordância de que os representantes eleitos devem ser cobrados e fiscalizados, assim como, a maioria deles e delas discorda de que os políticos possam ter vantagens pessoais desde que façam alguma coisa pelo povo. Também a maioria deles e delas discorda da prática de compra e venda de votos. Pode-se dizer que tais dados corroboram com o argumento da presença de uma educação política nos empreendedores e empreendedoras de economia solidária. Pois, a educação política também se caracteriza pelo interesse e capacidade das pessoas de interferir e opinar sobre o desempenho dos seus representantes, segundo Miguel (2017) e Pateman (1992).

Na Tabela 60, buscou-se verificar o conhecimento dos(as) associados(as) no que diz respeito aos principais instrumentos do sistema político brasileiro.

Tabela 60 – Conhecimento das associadas e associados acerca dos principais componentes do sistema político brasileiro

Questão	Categorias	ALAC	ACAMAR
		FREQUENCIA	FREQUENCIA
Marque as opções que você considera que fazem parte do sistema político brasileiro	A separação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário. Um poder Judiciário independente.	26	8
	As casas legislativas (Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado)	26	23
	A Constituição Federal de 1988	17	5
	A República Federativa: formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal	18	15
	Os partidos políticos.	28	23
	Os direitos civis, políticos, sociais e humanos.	26	21
	Os sindicatos	20	17
	As associações comunitárias	19	14

Fonte: Da autora (2023)

A respeito da indagação presente na Tabela 60, os(as) participantes da ALAC demonstraram ter um bom conhecimento acerca da existência dos principais componentes do sistema político brasileiro, inclusive, boa parte considerando os sindicatos e associações comunitárias pertencentes ao sistema. Já na ACAMAR, os dados apontam um conhecimento menor dos(as) associados(as) acerca da existência desses componentes, onde os mais conhecidos são as Casas Legislativas, os partidos políticos e os direitos civis, políticos, sociais e humanos. Na ACAMAR, também boa parte dos(as) participantes consideram os sindicatos e as associações comunitárias pertencentes aos sistemas, fator que coaduna com ideal presente nesta pesquisa defendido por Held (1987) de que a política se estende à todas as instituições para além das pertencentes ao Estado.

Por fim, buscou se investigar, o que as associadas e associados consideram que aprenderam sobre política a partir da sua participação na Associação, conforme apresentado na Tabela 61.

Tabela 61 – Aprendizados das associadas e associados sobre política

Questão	Categorias	ALAC	ACAMAR
		FREQUENCIA	FREQUENCIA
O que você considera que aprendeu sobre política a partir da sua participação na associação?	Que tudo depende da política	4	1
	Que o trabalho na associação exige o debate de ideias e de chegar a um consenso	1	0
	Direito e deveres do cidadão e dos(as) associados(as)	2	0
	Passou a se interessar pela política e procurar saber quem está certo e quem está errado	2	2
	Que a política está em todos os lugares, em todas as escolhas e decisões	2	0
	Que os políticos deveriam agir em favor do povo, independentemente de partido político	2	2
	Que os políticos nunca mudam e continuam fazendo coisas erradas.	1	1
	Que não pode confiar em político		
	Aprendeu a votar, que precisa pensar bem antes de votar, e que um presidente não decide as coisas sozinho	0	5
	Aprendeu que sozinho não faz nada	1	0
	Aprendeu a respeitar o próximo, ser mais educado e comunicativo	2	1
	Não gosta de política, não gosta de discutir sobre política	1	3
	Não aprendeu nada	8	7
Não soube responder	4	4	

Fonte: Da autora (2023)

No que se refere à Tabela 61, dos(as) 33 participantes da ALAC, 15 pessoas (45% aproximadamente) deram respostas coerentes com o conceito de política adotado neste trabalho (é o que ocorre em todos os espaços que existem tomada de decisão coletiva), seja no âmbito da associação ou extrapolando para o âmbito governamental. Dessa forma, destaca-se algumas falas, dentre as quais, acredita-se que estejam relacionadas com o conceito de política:

R7“Aprendi que depende dos políticos, mas que a gente também tem que fazer nossa política e para trabalhar na associação tem que debater suas ideias, chegar ao entendimento, discernimento, tudo isso é uma política...”;

R8 “Direitos e deveres dos cidadãos e do associado, carga tributária, subvenções que vem para a associação, o que é oposição (que o governo é a posição), aprendi muito na associação, antes só ouvia falar”;

R9 “Antes não queria nem saber de político. Aprendi que tem que cobrar dos políticos, saber votar e procurar saber sobre política no dia a dia. Agora me interessa e procuro saber quem tá certo e quem tá errado”;

R10 “Que a política não diz respeito apenas a políticos, governantes, ela acontece a todo momento, em cada pequena escolha e decisão e ela é sobre o todo, não só o que é do nosso interesse;

R20 “A partir do momento que fazemos parte da associação é igual política, temos um líder e temos que lutar pelos nossos direitos e cumprir nossos deveres”.

Na ACAMAR, sobre o questionamento da Tabela 61, dos(as) 29 associados 10 pessoas (34% aproximadamente) também deram respostas coerentes com o conceito de política adotado neste trabalho, seja no âmbito da associação ou extrapolando para o âmbito governamental. Logo, ressalta-se algumas falas, dentre as quais, acredita-se que estejam relacionadas com o conceito de política:

R3 “no entendimento aqui, que a gente tem que fazer a votação, tem uma hierarquia a ser respeitada, todos são donos, mas a questão do país, eu não quero um partido de esquerda pro meu filho, eu não quero isso que eles estão querendo ensinar na escola, como a revista que ia ser distribuída na escola, aprovação de aborto. Antes não prestava atenção em política, quando passou a ver o que afetava na vida, projeto para o lixo ser incinerado, então como fica as pessoas que vivem da reciclagem. Observo também o que a política vai afetar na associação”;

R4 “Entendo que tem a votação para escolher o presidente, mas que ele não toma decisão sozinho e se ele faz alguma coisa errada tem que aguentar até o final”;

R9 “Aprendi sobre política entre os associados, a votação, tem presidente, tem vice. Se você votar em um governo, você tem que votar certinho pra não atrapalhar pra frente”;

R12: “aprendi algumas coisas, não sabia que precisava ir até os políticos para pedir alguma coisa levando o nome da ACAMAR. Levando o nome da ACAMAR consegue mais atenção.”

R14: “A gente tem que saber bem na época de eleição, pensar bem em quem vai votar, não trocar voto por saco de cimento, porque depois vai sofrer por quatro anos”.

Esta última questão é fundamental para o objetivo geral da presente pesquisa. Ouvir dos associados e associadas participantes o que eles e elas consideram que aprenderam sobre política a partir da participação nas associações, assim, de forma livre e ampla, possibilitou a

identificação de aprendizados não só considerados coerentes, mas muito importantes para o desenvolvimento de uma educação política, quais sejam: aprender a debater suas ideias, ter discernimento, aprender que é preciso chegar a um consenso; direitos e deveres dos cidadãos; aprendizado sobre as leis governamentais; o interesse pela política e por cobrar os políticos que antes não havia; que a política está em todo lugar; como a política pode afetar a vida pessoal e da associação; que um presidente não toma decisões sozinho e que é preciso ter responsabilidade por seus atos; a importância do voto consciente seja na associação ou no governo; e que juntos, como associação eles e elas têm mais força política.

Todos os aprendizados listados acima somados aos outros encontrados nas questões anteriores deste último tópico, estão em consonância com as discussões do autor Miguel (2017) que caracteriza a educação política como a ampliação do entendimento das pessoas sobre o funcionamento da política e da sociedade, cujo resultado é uma maior capacidade de escolha e interlocução com os seus representantes políticos e de fiscalização de seus atos. Assim como a identificação desses aprendizados a partir da participação dos associados e associadas no âmbito da ALAC e da ACAMAR, empreendimentos de economia solidária, vão de encontro com as afirmações de Pateman (1992) acerca da função educativa da participação, uma vez que para participar as pessoas precisam estar informadas, o que proporciona a expansão de seus conhecimentos sobre a política e a sociedade. Tais aprendizados coadunam também com as alegações de Singer (2002), dentre as quais, o principal mérito da autogestão é o desenvolvimento humano que proporciona às pessoas que a praticam, pois, a participação coletiva nos debates e decisões educa e conscientiza as pessoas, tornando-as realizadas, autoconfiantes e seguras.

Quanto aos percentuais encontrados nas questões relacionadas à educação política, àqueles que ficaram entre 40 a 50% aproximadamente, inclusive os 34% nessa última questão em relação à ACAMAR, eles coincidem com os índices de participação encontrados e não são considerados ruins, ao contrário, pois é necessário levar em conta o contexto vivenciado por todos e todas nós, isto é, o que implica o capitalismo incrustado em nossas vidas vinte e quatro horas por dia, o cenário atual de retrocesso democrático, político, de direitos e outros. Há de se considerar novamente a forma como a política foi afastada do povo, principalmente, do povo mais pobre, da influência das desigualdades sociais nas relações de poder, o que vem de encontro com as diversas falas das e dos participantes de que não gostam de política, de que preferem nem discutir, da falta de credibilidade e de como na maioria das vezes a política só as prejudicam. Acerca desses últimos apontamentos vale lembrar a afirmação de

Macpherson (1978) de que a desigualdade social gera apatia política, a qual não só é estimulada pelo sistema democrático liberal, como também é dependente dela.

## **6 RELATÓRIO DO EVENTO INTITULADO “RODA DE CONVERSA SOBRE ECONOMIA SOLIDÁRIA”**

No dia 23/06/2022, foi realizada uma Roda de Conversa sobre Economia Solidária na sala de eventos da Casa da Cultura de Lavras, no horário de 19h00 às 21h30min. Estiveram presentes os membros das associações ALAC e ACAMAR, representantes do poder público e da Universidade Federal de Lavras.

O principal objetivo da realização da Roda de Conversa foi valorizar e dar visibilidade ao importante papel das associações solidárias, como a ALAC e a ACAMAR, para a nossa sociedade. O evento também teve as seguintes finalidades: promover a troca de experiências entre os agentes envolvidos; contribuir com o conhecimento dos presentes acerca dos temas economia solidária, autogestão e participação democrática; sensibilizar e mobilizar o poder público sobre a importância de se promover o fomento à economia solidária no município.

Nesse sentido, foram convidados a compor a mesa da roda de conversa, os diretores das associações ALAC e ACAMAR, José Agnaldo Souza e Renato Naves respectivamente; o presidente do Conselho Geral Gestor do Centro Público de Economia Solidária de Lavras, Samir de Oliveira; o professor doutor Conrado Pires de Castro da Universidade Federal de Lavras - UFLA; e a vereadora municipal de Lavras-MG, Rose Oliveira (PT). A roda de conversa foi mediada por Maira Cristiane de Souza Miranda, discente do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da UFLA e também servidora desta universidade.

Após a abertura do evento e às devidas apresentações, o presidente da ACAMAR, Renato Naves foi convidado a dar início às falas. Em sua fala, Renato relatou um pouco sobre a experiência da associação e disse que no mês de julho de 2022 a ACAMAR completará 24 anos de existência e que isso é motivo de muita alegria para eles, principalmente, considerando o quanto a associação evoluiu nesse período, pois eles e elas iniciaram o trabalho associativo contanto com apenas uma mula e uma carroça e hoje graças a muito esforço e parcerias possuem uma estrutura de galpão, maquinários e caminhões. Ele expôs que a associação é composta por 34 membros e que eles recolhem atualmente em torno de 120 toneladas de materiais recicláveis por mês. Renato destacou a importância do trabalho

deles para o meio ambiente e para o município, uma vez que, não havendo o recolhimento desse material, todo ele iria parar no aterro sanitário, causando enormes prejuízos ao meio ambiente, além do custo para o município com o recolhimento do lixo urbano. Renato também ressaltou que eles enfrentam diversas dificuldades, e que “conseguir fazer salário para 34 associados não é fácil, são 34 famílias que dependem da coleta do material reciclável e se considerar no mínimo 4 pessoas por família, são mais de 100 pessoas que dependem diretamente do trabalho da associação, o que é bastante”. Renato enfatizou a importância da parceria com a prefeitura, sem a qual seria inviável a manutenção da associação. Também ponderou que o recolhimento poderia ser bem maior se houvesse uma maior conscientização da população na separação dos materiais recicláveis do lixo, e que se assim fosse, haveria material suficiente para outras associações.

Na sequência passou-se a palavra ao presidente da ALAC, José Agnaldo. Em sua fala, José Agnaldo relatou um pouco da experiência da associação, informou que a ALAC é composta por 64 membros e assim como a ACAMAR, eles também irão completar esse ano 24 anos de constituição da associação. Ele destacou que a ALAC faz parte da Economia Solidária a nível estadual e nacional. Manifestou a importância do apoio do poder público para a ALAC, bem como, para todas as associações em geral e solicitou a ajuda da vereadora Rose. José Agnaldo ressaltou existir uma demanda dos associados e associadas da ALAC para realização da feira em outros locais, nos bairros por exemplo, e que eles têm solicitado ao poder público essa oportunidade, mas estão encontrando dificuldade e ainda não conseguiram apoio para tal realização. No fim de sua fala, José Agnaldo se colocou à disposição para o esclarecimento de dúvidas.

Em seguida passou-se a palavra ao presidente do Conselho Geral Gestor do Centro Público de Economia Solidária de Lavras, Samir de Oliveira. Samir iniciou sua fala dizendo que é servidor público municipal a 24 anos e que atuou junto com o José Agnaldo no Conselho, quando este foi instituído, e que inclusive diversos empreendedores autônomos individuais e da economia solidária foram beneficiados com o fundo municipal também instituído à época da promulgação da Lei de Economia Solidária. Com recurso financeiro do fundo, era possível o empreendedor fazer empréstimos de pequeno valor, assumindo o pagamento com parcelas de baixo valor, de forma a ajudar essas pessoas. Samir ressaltou que com as mudanças de governo municipal as ações perderam o apoio e não foi possível dar continuidade ao trabalho. Segundo ele, após 10 anos sem atividade do Conselho e de ações voltadas para a Economia Solidária, no atual governo da prefeita Jussara Menicucci parece se

ascender uma luz no fim do túnel para que tais atividades retornem. Samir também dedicou um tempo de sua fala a relatar sua experiência como empreendedor da iniciativa privada na área de materiais recicláveis. Ele disse que sua empresa é a maior privada, nessa área, no Sul de Minas Gerais, arrecadando cerca de 160 toneladas por mês. Relatou ainda que, além da sua empresa gerar postos formais de trabalho, compra material reciclável de catadores autônomos, e que também possui uma parceria com a ACAMAR, comprando da associação o plástico que eles recolhem e prensam.

A respeito do relato de Samir acerca de sua empresa de reciclagem, faz-se necessário algumas reflexões. Atuando na iniciativa privada de reciclagem, comprando materiais de catadores autônomos, ele já consegue arrecadar 40 toneladas a mais que a ACAMAR. Agora é preciso pensar em que condições vivem e trabalham a maioria dos catadores autônomos. Para começar, não possuem nenhum respaldo ou segurança trabalhista, uma vez que, ao atuarem de modo autônomo e individual não têm nenhum vínculo com a empresa para a qual vendem seus materiais e nem o apoio e amparo de quando se agrupam em uma associação. A maioria deles, trabalham nas ruas recolhendo material em péssimas condições, arrastando carrinhos ou sacos pesados, mal vestidos e calçados, além disso a concorrência é desleal, nesse meio atuam autônomos com melhores condições, que recolhem material de camionete, Kombi e afins. E de forma geral todos recebem um valor mais baixo como pagamento do material que vendem para a empresa, em função da quantidade ofertada e por não ter agregado valor ao material.

Dessa forma, ressalta-se que o resgate da dignidade das catadoras e catadores de material reciclável está intimamente ligada ao fato de se reunirem em uma associação. Tal fato se comprova ao observar as condições de trabalho dos membros da ACAMAR. Por estarem unidos e representados pela associação um apoia o outro, se um membro adoecer ou alguém da família, este tem a oportunidade de se cuidar e cuidar dos seus sem passar pela privação dos seus rendimentos, possuem férias, ambiente de trabalho adequado, trabalham uniformizados, com calçados adequados, usam EPIs, as coletas são realizadas por eles e elas em caminhões. Atuam conscientizando os moradores dos bairros. Obviamente tudo isso só foi possível e continua sendo porque representados pela associação conseguem, mesmo com dificuldades e oscilações estabelecer apoios com o poder público e empresas privadas.

Na sequência foi convidado a falar o professor Conrado Pires de Castro. Ao iniciar sua fala, o prof. Conrado disse que a Economia Solidária poderia ser definida, em poucas palavras, como:

uma utopia de pé no chão. O desejo concreto de construir uma sociedade diferente a partir da experiência conjunta de quem enfrenta problemas comuns na vida cotidiana. Problemas relacionados a carências dos mais variados tipos, para os quais o modo de organização da sociedade atual não pode dar respostas, porque deles derivam a riqueza e as misérias dessa mesma sociedade.

Ele ressaltou que a Economia Solidária tem como fundamentos a autogestão e a solidariedade. Isto significa que ela é regida pela democracia que se ergue das decisões coletivas sobre o que produzir, como produzir, quando produzir, quanto produzir e para quem produzir, envolvendo em pé de igualdade todas e todos que participam das atividades dentro de um empreendimento solidário. Sua finalidade não é o enriquecimento individual, mas o apoio mútuo para atravessar dificuldades comuns que degradam a vida, quando abandonada a própria sorte. Dessa forma, ele enfatizou que a Economia Solidária comporta um aprendizado político constante, que brota da responsabilidade comum, e por todos compartilhada, ao longo de toda a cadeia decisória relativa ao funcionamento das associações, empreendimentos e redes de cooperados. Por esta razão implica no fortalecimento de elos morais, de afetividade e cuidado recíproco estranhos ao primado da eficiência e da acumulação privada, próprios à economia de mercado. Cuidando de si e dos outros que se fortalece em situações críticas, alimentando a esperança e o afeto quando a ação desagregadora da economia livre de todos os freios parece rasgar as possibilidades de existência do dia de amanhã. Logo, concluiu que a economia solidaria terá um importante papel num futuro próximo para a reconstrução do projeto de país após a terra arrasada dos últimos anos recentes.

Por fim, mas não menos importante, passou-se a palavra à vereadora Rose Oliveira (PT). Rose, além de estar exercendo a função de vereadora, é professora. Ela iniciou sua fala dizendo que atualmente é presidente da Cooperativa de trabalhos Educativos de Lavras (COOEDUC), que já atuou junto a mulheres tentando organizá-las para conseguirem trabalho e renda, trabalhou junto à INCUBACOOOP da Universidade de São João Del Rei e em projeto de pesquisa e extensão com mulheres negras e assentadas, e que são essas suas experiências com grupos coletivos. A partir dessas experiências, Rose procurou expor quais são os desafios e limitações que ela visualiza.

Segundo a vereadora, um dos desafios é a própria formação de valores que todos nós temos no nosso dia a dia, na família, na escola, no trabalho, que são voltados para o desejo de crescer individualmente, de ficar rico, o que se torna uma limitação para os empreendimentos coletivos porque as pessoas vão para esses lugares com essa visão e acabam considerando difícil o trabalho coletivo. Tal fato, é uma limitação, mas também é um desafio porque exige

que esses grupos trabalhem isso, sendo necessário um trabalho constante de formação que possa desconstruir esses valores e construir novos com base na coletividade. Logo, Rose ressalta a necessidade de os grupos realizarem eventos de formação, de discussão, assim como a Roda de Conversa. Ela ressalta ainda que, o baixo nível de participação dos membros dos coletivos nas reuniões e eventos organizados é uma limitação, no entanto, muitas vezes a própria organização impede a adesão, por exemplo, no caso das mulheres, se no evento não tiver um lugar para os filhos ficarem, essa condição será limitadora. Desse modo, essas limitações também se colocam como um desafio porque as entidades precisam organizar os eventos pensando nisso. Rose enfatizou a necessidade de se investir em ações de economia solidária para as mulheres, mas o fato delas terem que cuidar da casa e dos filhos sozinhas é uma limitação, assim, o desafio é colocar em discussão o papel dos homens da economia solidária dentro da família. Outro desafio a ser superado pelos grupos coletivos é a visão do poder público, que não concebem as organizações coletivas como possibilidade de desenvolvimento, de crescimento, que elas possam ser uma riqueza.

Nesse sentido, Rose considera que seu papel enquanto vereadora é tentar desconstruir essa visão dentro da gestão pública e um dos caminhos para se alcançar essa transformação é propondo ações que fomentem e apoie o desenvolvimento da economia solidária. Dentro desse contexto a vereadora relatou que realizou a proposição de dois projetos de Lei que visam fortalecer os coletivos. Um deles trata-se da criação de um fundo municipal para investir nos coletivos nas mais diversas necessidades, inclusive de formação. As cidades que possuem a constituição desse tipo de Lei, segundo a vereadora, podem receber recursos de emenda parlamentar para tal finalidade. O projeto foi construído com a ajuda do Deputado Reginaldo Lopes (PT) em audiência pública na Câmara Municipal e enviado à prefeita municipal para parecer e reenvio há aproximadamente um ano, a qual até momento não foi realizada. O outro foi a indicação de constituição de uma Lei para implantação do turismo de base comunitária. Trata-se de pensar o turismo a partir da comunidade e associações, que valoriza o talento local. No turismo de base comunitária quem recebe os visitantes são os artesãos da cidade, pequenos produtores, associações organizadas, que a partir do projeto serão fortalecidos e receberão capacitação para o desenvolvimento da atividade turística. A proposta foi aceita e construída juntamente com o Secretário Municipal de Turismo e sua assessora e com o apoio de pessoas que foram responsáveis pela criação do projeto estadual de economia solidária. A vereadora informou que este projeto também se encontra parado na prefeitura municipal de Lavras, aguardando o parecer da prefeita. Rose concluiu sua fala

dizendo que como vereadora, são esses tipos de ações que estão ao seu alcance fazer, propor políticas que contribuam com as entidades coletivas que não acabem com a troca de governos.

Após a fala da vereadora Rose, passou-se a palavra aos demais participantes da Roda de Conversa, deixando o momento livre para quem quisesse se manifestar. O primeiro a se manifestar foi o artesão Marcelo, integrante da ALAC. Ele iniciou sua fala dizendo que chegou em Lavras com sua família há apenas dois anos e que agrade a acolhida. Relatou que começou trabalhando como motorista de aplicativo e depois passou a integrar a ALAC. Marcelo destacou que antes ele dizia que era motorista de aplicativo e realizava um trabalho extra como artesão, e hoje ele já pode dizer com satisfação que é artesão e realiza um trabalho extra como motorista de aplicativo. Destacou também a importância da associação, dizendo que “uma barraquinha sozinha não faz feira, a feira só existe por causa da associação, e é a partir da feira que as pessoas vêm, que tem música ao vivo, que tem movimento na praça”. Marcelo apontou como dificuldades: que tem dúvidas em relação à legalização da venda do seu artesanato referente à emissão de nota fiscal e que ele acredita que tem potencial para ampliar suas vendas por meio digital, mas não tem conhecimento e habilidade para realizar.

Na sequência solicitou a palavra o integrante da ACAMAR, Ronaldo. Ronaldo iniciou sua fala agradecendo a oportunidade de participar do evento. Ele destacou o quão importante é a associação em sua vida, de onde sai seu sustento e de sua família, principalmente considerando o fato de que antes de fazer parte da associação ele trabalhava no aterro sanitário, o antigo lixão.

Em seguida, María de Los Angeles solicitou a palavra. María de Los Angeles atua como professora visitante no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da UFLA. Ela deu início a sua fala dizendo que trabalhou com grupos de economia solidária na Amazônia, especificamente com grupos de mulheres. De Los Angeles ressaltou a importância das associações, do trabalho coletivo para o resgate da dignidade. Ressaltou também que essas ações coletivas são como “faíscas, chamas que se ascendem por todo lado”. A professora deixou uma mensagem para os participantes de que mesmo diante das adversidades não percam as esperanças.

Perguntando se não haveria mais falas, solicitei a palavra antes de fazer o encerramento. Manifestei aos participantes o quão orgulhosa eu me sentia deles, por serem quem são, por estarem resistindo e atuando como grupo há 24 anos. Enfatizei o quanto o trabalho na associação é importante, visto que, lá todos têm a oportunidade de decidirem juntos o que fazer, de crescerem juntos e de compartilhar não só o trabalho, mas também o

conhecimento, a autonomia, os recursos financeiros, ou seja, as riquezas. Destaquei a necessidade das diversas associações existentes em Lavras se unirem e trabalharem juntas para que suas demandas ganhem força perante o poder público.

Na sequência houve um momento de debate, onde os componentes da mesa interagiram com os demais participantes, fazendo novas inferências e respondendo aos questionamentos. José Agnaldo informou a Marcelo que os membros da ALAC emitem nota fiscal de venda via prefeitura municipal. Professora María observou a possibilidade do núcleo de estudos jurídicos da Universidade fornecer orientações que os membros e associações precisarem. Como encaminhamentos da Roda de Conversa surgiram algumas propostas como, a sugestão da vereadora Rose para organizarmos com seu apoio uma audiência pública para tratar sobre o tema da Economia Solidária no município e da professora Maria a respeito da possibilidade de se convidar as associações presentes para um momento de interação com os discentes do PPGDE/UFLA.

Após o término do debate, agradei imensamente aos participantes e realizei o encerramento às 21h30min.

Figura 1 – Foto de encerramento da Roda de Conversa



Fonte: Da autora (2020)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta de compreender em que medida os empreendimentos de economia solidária promovem a educação política das empreendedoras e dos empreendedores por meio da participação política nos conduziu primeiramente à busca pela fundamentação teórica acerca dos dois eixos principais desta pesquisa, a Economia Solidária e a Democracia Participativa. A partir desses estudos foi possível conhecer o caráter histórico do trabalho associativo, exercido com base na cooperação e na solidariedade e que, a Economia Solidária, se coloca não só como uma alternativa ao desemprego, mas como outro projeto de sociedade. Neste projeto de sociedade a democracia é um bem em si mesma, ela volta para ao seio do povo, dando-lhe voz e aprendizado e se torna o cerne das instituições. Esta etapa inicial foi de suma importância para a construção do conhecimento que serviu de alicerce para a pesquisa empírica, abrindo-me os olhos para aquilo que era necessário enxergar.

A pesquisa empírica por sua vez foi valiosíssima. A escolha por aplicar os questionários pessoalmente a cada associada e associado que se dispôs a participar ampliou o horizonte da pesquisa, tornando-a mais rica de informações, pois, muitas vezes a(o) participante respondia além do que estava sendo perguntado, fazendo observações, fornecendo justificativas, que foram sendo anotadas no decorrer do trabalho de campo. É impressionante notar como uma ideia, uma indagação se transformou em algo factível, os estudos teóricos e empíricos foram se complementando, convergindo entre si e fazendo cada vez mais sentido.

A oportunidade de conhecer as associações ALAC e ACAMAR, as associadas e os associados, suas atividades, histórias de vida e de superação a partir do trabalho nas associações foi única e enriquecedora. Ir à feira de artesanato e culinária aos domingos ganhou novo sentido, o de passar pelas barracas e ver seus rostos conhecidos, cumprimentá-los pelo nome, dar valor ao trabalho manual deles que tornam cada peça e cada alimento único. O mesmo ocorre quando cruzo com o pessoal da ACAMAR pelas ruas trabalhando, recolhendo o material, um aceno, uma buzina e um sorriso não podem faltar. São pessoas queridas, pelas quais terei sempre carinho. Além disso, sou grata pela possibilidade de verificar como diversos argumentos teóricos têm ocorrido na prática dentro das associações estudadas.

Inicialmente, cabe destacar, que a ALAC e a ACAMAR possuem características muito distintas uma da outra que podem influenciar fortemente o comportamento e sentimentos

dos(as) associados(as). A ALAC se consubstancia na realização da feira de artesanato e culinária aos domingos de manhã na praça central do município, cada associado(a) fabrica seu produto individualmente ou com o apoio da família ou de algum ajudante e o comercializa cada um em sua barraca, cujo resultado de suas vendas também é individual. É neste local que ocorre o maior contato entre os associados, com exceção das assembleias e reuniões. Obviamente trata-se de um coletivo, que se une e se organiza no formato de uma associação, na qual juntos definem os rumos, formato e normas da associação e da feira. Outra característica é que muitos(as) associados(as) da exercem outra função remunerada além da associação.

Na ACAMAR, os catadores(as) também se unem no formato de uma associação, onde também definem juntos os rumos da associação e a organização das atividades, trabalham juntos todos os dias se dividindo nas diversas tarefas que são realizadas, com exceção dos(as) associados(as) que trabalham na madeireira e na COFAP, com os quais o presidente mantém um contato constante. Assim, a comunicação entre eles e elas é diária. Produzem juntos o material que será vendido e o valor arrecado é dividido igualmente entre eles e elas de acordo com a hora trabalhada por cada um(a). Não desempenham outra função remunerada além da associação.

No que se refere à análise de como se efetivam as práticas políticas no âmbito das associações, este estudo constatou que tanto na ALAC, quanto na ACAMAR são realizadas assembleias ordinárias e extraordinárias para deliberação dos membros sobre os assuntos pertinentes às associações, nas quais todos e todas têm direito a voz e voto. Além disso, na ALAC também ocorre comunicação entre os membros pelo grupo de *WhatsApp* e aos domingos na feira e na ACAMAR, pessoalmente sempre que se faz necessário. Em ambas as associações, as eleições para diretoria ocorrem a cada dois anos e a candidatura e constituição de chapa é livre para todos(as) associados(as).

Todavia, em ambas, a participação política e os processos democráticos precisam ser fortalecidos. Na ALAC percebe-se a necessidade da realização mais frequente de assembleias e reuniões, uma vez que estas são realizadas ordinariamente uma vez ao ano e extraordinariamente a cada três meses; o estudo também identificou que é preciso um compartilhamento amplo de todos os assuntos inerentes à associação para decisão conjunta dos membros, de preferência nas assembleias e reuniões, inclusive em relação à prestação de contas, uma vez que, existe o sentimento de alguns(mas) que nem todos os assuntos são compartilhados; também existe um sentimento por parte de alguns membros de que nem

todos(as) são ouvidos(as) o que desmotiva a participação; faz-se necessário uma maior integração entre as associadas e associados e o desenvolvimento neles e nelas de maior interesse de participação, pois uma queixa recorrente foi a baixa participação dos membros nas assembleias e reuniões; foi identificado também um baixo interesse dos(as) associados em participar da diretoria da associação, principalmente ao cargo de presidente, mesmo havendo por parte de alguns(mas) a insatisfação com o presidente atual, sendo a principal alegação para o desinteresse a falta de tempo.

Na ACAMAR, existe uma boa periodicidade de realização das assembleias e reuniões, sendo realizadas assembleias ordinárias mensais para prestação de contas e reuniões quinzenais ou semanais, conforme a necessidade, existe um forte sentimento de participação e de pertença entre a maioria dos membros. Contudo há dúvida quanto à qualidade da participação das associadas e dos associados, pois os dados demonstraram que nem todos(as) sentem que são ouvidos, existe uma queixa de alguns(mas) de que só as ideias da diretoria são aceitas, além de demonstrar também influência da diretoria nas decisões, assim, faz-se necessário dar vós de fato à todos(as) os membros; o estudo também identificou a necessidade de ampliação das oportunidades de participação, realizando as assembleias e reuniões em dias e horários mais favoráveis à participação de todas e todos, pois, devido à rotina das atividades e o deslocamentos de alguns membros, isso acaba por não ocorrer.

Em que pese à necessidade de fortalecimento da participação política e dos processos democráticos da ALAC e da ACAMAR, acerca do objetivo de verificar se existe a presença de uma educação política nas condutas dos(as) empreendedores(as) das associações, constatou-se que: na esfera social, após o ingresso nas associações, eles e elas passaram a se preocupar mais com as desigualdades sociais, com os problemas ambientais e com a comunidade; na esfera governamental, passaram a se preocupar mais com as questões e resoluções políticas e como estas podem afetar suas vidas e a associação, por sua vez, se tornaram pessoas mais conscientes no momento de escolher seus representantes, acreditando que estes devem ter uma postura idônea e que devem ser cobrados e fiscalizados, passaram a entender melhor o sistema político, a importância do exercício do voto e suas consequências; quanto ao desenvolvimento pessoal, se tornaram mais responsáveis, mais solidários e cooperativos, aprenderam a viver em comunidade, a trabalhar em equipe, se tornaram mais comunicativos, menos inibidos, aprenderam a se posicionar e manifestar suas opiniões, desenvolvimento da autonomia, de sentimentos de satisfação e alegria.

Ainda sobre a educação política, dentre diversos relatos importantes colhidos com os(as) associados(as), no caso da ACAMAR, ressalta-se o fato do grupo ter identificado, após alguns anos de constituição da associação, que eram capazes de geri-la sozinhos, sem a necessidade de contratação de um gestor e desde então, assim têm feito. No caso da ALAC, após o primeiro contato com agentes da economia solidária na cidade de Varginha MG, ter reunido um grupo de atores da economia solidária de Lavras, associações, instituição de apoio e fomento, no caso a UFLA, procurado o poder público e articulado a constituição e aprovação da Lei de Economia Solidária de Lavras.

Dessa forma, acerca do objetivo geral dessa pesquisa, considera-se que em boa medida os empreendimentos de economia solidária promovem a educação política das empreendedoras e empreendedores. A julgar pelos dados encontrados nas associações estudadas, nas quais os indicadores de educação política construídos nesta pesquisa atingiram de 40 a 50% das associadas e dos associados da ALAC e da ACAMAR, variando para mais em muitos casos, principalmente, os relacionados às preocupações com a desigualdade social, com o meio ambiente, com a comunidade e com as condutas dos representantes políticos. Inclusive quanto ao questionamento sobre o aprendizado político a partir da associação, houve relatos importantes que denotam este aprendizado a partir das associações. Além de, nitidamente, a participação nas associações proporcionar o desenvolvimento pessoal das associadas e dos associados. Há de se lembrar também o sistema ao qual todos e todas nós nascemos e fomos criados, onde se prega e se pratica o individualismo e a acumulação de capital.

Destaca-se a identificação por meio da pesquisa, da capacidade de resistência das associações estudadas. Tanto a ALAC quanto a ACAMAR, nesses vinte e três anos de existência já enfrentaram diversas dificuldades e a principal delas é a ausência ou o pouco interesse do poder público em apoiá-las. Fato que ocorre com maior ou menor incidência a depender de um governo ou de outro que assume a administração do município. Logo, ressalta-se a importância do apoio do poder público para o fomento das associações e coletivos de todo o tipo, construindo políticas públicas duradouras e reconhecendo seu valor para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade. Nesse sentido, é de fundamental importância que a Lei nº 3.479 de Política Municipal de Fomento à Economia Solidária do município de Lavras, promulgada em junho de 2009, seja colocada em prática. Nela está prevista a atuação do Conselho Geral que se encontra inativo, a criação de um Fórum

Municipal, do Fundo Solidário e de um Selo de Economia Solidárias. Ações importantíssimas para o fomento da economia solidária em Lavras.

O estudo também identificou a necessidade da realização constante de ações e eventos de formação para as associadas e associados nas mais diversas áreas que envolvem as associações, fundamentalmente, àquelas que favoreçam o desenvolvimento do pensamento crítico, do sentimento de pertença, da capacidade de agência e que também possam valorizar e dar visibilidades às suas ações. Como visto anteriormente existe uma Rede Nacional de Formadores em Economias Solidária que desenvolvem diversas ações com a finalidade de formação dos diversos atores da economia solidária, assim, é necessário não só que os agentes da economia solidária de Lavras tenham acesso à essas ações, como a promoção destas no próprio município, seja por meio do apoio do poder público ou da sociedade civil.

Deste modo, como produto técnico desta pesquisa, realizou-se a Roda de Conversa sobre Economia Solidária, unindo as associações, a comunidade, o poder público e a universidade, no intuito de valorizar e dar visibilidade ao importante papel das associações solidárias. Fator, felizmente alcançado, conforme observado e relatado pelas associadas e associados após o término do evento.

Como pontos vulneráveis desta pesquisa destaca-se as dificuldades e atrasos impostos à realização do estudo em decorrência do cenário de pandemia do COVID 19 em que o mesmo se desenvolveu, principalmente, em relação ao trabalho de campo. O que impôs ao estudo uma concentração de tempo maior no arcabouço teórico. Impossibilitando a realização de observação nas assembleias e reuniões das associações, assim como, o estudo das atas como registro desses eventos, o que possibilitaria investigar melhor a qualidade da participação das associadas e dos associados, fator muito importante para o pretendido. Assim, para estudos posteriores, recomenda-se um aprofundamento nesse sentido. Recomenda-se também um aprofundamento nas questões de gênero e raça relacionadas à participação nos empreendimentos econômicos solidários.

Como possíveis desdobramentos deste estudo, pretende-se realizar no primeiro semestre de 2023 juntamente com docentes do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão uma “Jornada Solidária” no município de Lavras, composta por três eventos envolvendo diversos atores da economia solidária, como as associações, cooperativas e grupos coletivos do município, instituições de apoio e fomento e o poder público. O primeiro evento planejado trata-se de um seminário a ser realizado no âmbito da UFLA, o segundo, uma audiência pública a ser realizada na Câmara Municipal de

Lavras com o apoio da vereadora Rose Oliveira e o terceiro uma Feira de Economia Solidária na praça central do município. A pretensão de realizar esses eventos visa ressignificar e fortalecer a Economia Solidária no município, assim como, incentivar a união das associações e coletivos existentes para que possam ganhar força para suas demandas frente ao poder público.

Espera-se que este estudo contribua com a posteridade, indicando para nossa sociedade que existem caminhos possíveis diferentes deste da competição, do individualismo e da opressão que nos é imposto pelo sistema capitalista predominante. Caminhos com base na solidariedade, na cooperação, na democracia e na autonomia dos nossos pensamentos e ações.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVICH, A. L.; VAZQUEZ, G. Experiencias de la Economía Social y Solidaria en la Argentina. **Estudios fronterizos**, Mexicali, v. 8, n. 15, p. 121-145, jun. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0187-69612007000100005&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0187-69612007000100005&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 02 mar. 2021.

ALCAÑIZ, G. Las monedas sociales en la Economía Social y Solidaria: más allá de la reciprocidad, entendiendo las prácticas concretas a la luz del caso de “La Bellota”. **Revista de Antropología Social**, Madrid, v. 28, n. 2, p. 275–295, set.2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/raso.65615>. Acesso em: 03 mar. 2021

ARAUJO, L. Cooperativismo e economia solidaria sob o olhar filosofico latino-americano: a critica da colonialidade. **Lex Humana**, Petrópolis, v. 6, n. 2, p. 82-101, 2014. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/36523>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ARRUDA, D. O. *et al.* La relación entre la economía solidaria y el desarrollo local: Un estudio de caso volcado a los emprendimientos solidarios del turismo brasileño. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 22, n. 4, p. 745-762, ago. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1851-17322013000400007&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-17322013000400007&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 02 mar. 2023.

ATLAS DIGITAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES)**. Mapeamento realizado pela SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), finalizado em 2013. Disponível em: <http://atlas.sies.org.br>. Acesso em: 07 maio 2021.

BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão e Renato Aguiar. São Paulo: Hucitec, 1993. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/267019202%20BECKER%20Howard%20S%20Metodos%20de%20Pesquisa%20Em%20Ciencias%20Sociais%20Corrigido%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/267019202%20BECKER%20Howard%20S%20Metodos%20de%20Pesquisa%20Em%20Ciencias%20Sociais%20Corrigido%20(1).pdf). Acesso em: 02 set. 2022.

BRANCALEONE, C. Auto-organização social no mundo do trabalho e produção: notas para uma crítica à economia solidária. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 45, p. 301-336, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/175-7984.2020v19n45p301>. Acesso em: 02 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Trabalho. **Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)**. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho/pt-br/assuntos/trabalhador/economia-solidaria/cadsol>. Acesso em: 04 maio 2021.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Centro Nacional de Formação em Economia Solidária é inaugurado**. Jusbrasil. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <https://mte.jusbrasil.com.br/noticias/1061812/centro-nacional-de-formacao-em-economia-solidaria-e-inaugurado>. Acesso em: 21 dez. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Art. 170.** Atividade Legislativa. Brasília, DF, 2021. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_170.asp#:~:text=%C3%89%20assegurado%20a%20todos%20o,nos%20casos%20previstos%20em%20lei.Acesso em: 03 maio 2021.](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_170.asp#:~:text=%C3%89%20assegurado%20a%20todos%20o,nos%20casos%20previstos%20em%20lei.Acesso em: 03 maio 2021.)

BRASIL. Senado Federal. **Política Nacional de Economia Solidária é aprovada no Senado.** Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/12/11/politica-nacional-de-economia-solidaria-e-aprovada-no-senado.> Acesso em: 02 maio 2021.

CARAVELA DADOS E ESTATÍSTICAS. **Lavras-MG.** Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.caravela.info/regional/lavras---mg.> Acesso em: 28 out. 2022.

CARRERO GROS, G.; SANZ ABAD, J. Articulación de lógicas y modos de sociabilidad económicos: un análisis a partir de cuatro experiencias de Economía social y solidaria en España. **Revista de Antropología Social**, Madrid, v. 28, n. 2, p. 247–273, set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5209/raso.65614>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CENTRAL DE COOPERATIVAS E EMPREENDIMIENTOS SOLIDÁRIOS DO BRASIL (UNISOL BRASIL). **Economia Solidária em Pauta no Congresso Nacional.** São Paulo, 2021. Disponível em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/economia-solidaria-em-pauta-no-congresso-nacional/>. Acesso em: 02 maio 2021.

CIRANDAS. **Sobre a Rede CFES.** 2009. Disponível em: [https://cirandas.net/rede-cfes/sobre-a-rede-cfes#comments\\_list](https://cirandas.net/rede-cfes/sobre-a-rede-cfes#comments_list). Acesso em: 21 dez. 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília, DF. **“Economia solidária como estratégia e política de desenvolvimento”.** Brasília, DF, 2006. 26 p. (Documento Final). Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia\\_Solidaria/deliberacoes\\_1\\_conferencia\\_economia\\_solidaria.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria/deliberacoes_1_conferencia_economia_solidaria.pdf). Acesso em: 30 abr. 2021.

CONSELHO ESTADUAL DE ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA (CEEPS). **Conselho Estadual de Economia Popular Solidária realiza 100ª reunião com pautas importantes para a temática.** Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/noticias-artigos/1312-conselho-estadual-de-economia-popular-solidaria-realiza-100-reuniao-com-pautas-importantes-para-a-tematica?highlight=WyJlY29ub21pYSIsInNvbGlkXHUwMGUxcmlhIiwZWNvbm9taWEgc29saWRcdTAwZTFyaWEiXQ==>. Acesso em: 07 maio 2021.

COSTA, B. A. L. **Entre Teoria e Prática: a experiência da economia solidária no Brasil a partir de uma abordagem internacional.** Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2013.

CRUZ CORIA, E.; VELÁZQUEZ CASTRO, J.; BRIONES JUÁREZ, A. Prácticas de economía solidaria en las cooperativas artesanales de Campeche, México. **SUMMA. Revista disciplinaria en ciencias económicas y sociales**, Cali, v. 2, n. 2, p. 13-38, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://aunarcali.edu.co/revistas/index.php/RDCES/article/view/118>. Acesso em: 02 mar. 2021.

DAHL, R. A. **Poliarquia**: participação e oposição. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

DAHL, R. A. **Um Prefácio à Democracia Econômica**. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Tradução de Roberto GoldKorn. 6. ed. São Paulo: Global, 1984.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de princípios da Economia Solidária**. São Paulo, 2005. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 26 maio 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **O FBES**. Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://fbes.org.br/o-fbes/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Resgatando a história do Fórum Brasileiro de Economia Solidária**. Brasília, DF, 2021. v. 1. Disponível em: <https://fbes.org.br/linha-de-tempo/>. Acesso em: 29 abr. 2021.

FRANÇA FILHO, G. C.; CUNHA, E. V. Incubação de Redes de Economia Solidária. *In*: HESPANHA, P. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Alamedina, 2009. p. 224-230. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J. L. **A Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.jeanlouislaville.fr/wp-content/uploads/2020/06/Economia-solidaria.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2020.

FRANÇA FILHO, G. C. Teoria e prática em economia solidária: problemática, desafios e vocação. **Civitas: revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 155–174, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041>. Acesso em: 15 jul. 2020.

GAIGER, L. I. G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálysis**, Florianópolis, 11, n. 1, p. 11-19, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/Rpq7Gp3mrwqVhqGst7LGK7j/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2021.

GAIGER, L. I. G. Empreendimento Econômico Solidário. *In*: HESPANHA, P. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Alamedina, 2009. p. 181-187. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

GAIGER, L. I. G. Por um olhar inverso: prismas e questões de pesquisa sobre a economia solidária. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, maio/ago. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200006> Acesso em: 03 mar. 2021

GAIGER, L. I. G. (coord.) **A economia solidária no Brasil: uma análise de dados nacionais**. São Leopoldo: Oikos, 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277332014\\_A\\_Economia\\_Solidaria\\_no\\_Brasil\\_uma\\_analise\\_de\\_dados\\_nacionais](https://www.researchgate.net/publication/277332014_A_Economia_Solidaria_no_Brasil_uma_analise_de_dados_nacionais). Acesso em: 27 abr. 2021.

GATTAI, S.; BERNARDES, M. A. Papel e responsabilidades da universidade no processo socioeducativo presente em movimentos de economia solidaria. **RAM, Revista de Administracao Mackenzie**, São Paulo, 14, n. 6, p. 50-81, dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-69712013000600004>. Acesso em: 02 mar. 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HELD, D. **Modelos de Democracia**. Tradução de Alexandre Sobreira Martins. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, R; FERNÁNDEZ COLLADO, C.; BAPTISTA LUCIO, M. del P. **Metodologia de pesquisa**. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HOBSBAWN, E. J. *et al.* **História do marxismo**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Lavras**. Panorama. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/lavras/panorama>. Acesso em: 26 out. 2022.

LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. I. G. Economia Solidária. *In*: HESPANHA, P. *et al.* **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra: Alamedina, 2009. p.162-168. Disponível em: <https://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/09/dicionario-internacional-da-outra-economia1.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2021.

LAVILLE, J. L. Repensando o espaço público e a economia: contribuição da economia solidária à teoria da democracia. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 23, n. 78, p. 369-377, jul./set. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1984-92307812>. Acesso em: 12 jul. 2020.

LAVRAS. **História de Lavras**. Disponível em: <https://www.lavras.mg.gov.br/artigo/historia-de-lavras/MTUwOA==>. Acesso em: 26 out. 2022.

LAVRAS. **Lei nº 3.479, de 08 de junho de 2009**. Cria diretrizes e estabelece princípios fundamentais e objetivos da política municipal de fomento à economia solidária do município de Lavras, e dá outras providências. Lavras, 2009.

LECHAT, N. M. P.; BARCELOS, E. D. S. Autogestão: desafios políticos e metodológicos na incubação de empreendimentos econômicos solidários. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 96-104, jun. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/bkC35nr8pjTjcj4TZ9PMpbn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 02 mar. 2021.

LEITE, M. D. P. A economia solidária e o trabalho associativo: Teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 24, n. 69, p. 31-201, fev. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100003>. Acesso em: 02 mar. 2021.

LOCKS, P.; GUGLIANO, A. A. Democracia e economia solidária: limitações e potencialidades. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 10, p. 41-62, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000100002>. Acesso em: 12 jul. 2020.

MACPHERSON, C. B. **A democracia liberal**: origens e evolução. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MIGUEL, L. F. Resgatar a participação: democracia participativa e representação política no debate contemporâneo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 100, p. 83-118, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-083118/100>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MIGUEL, L. F. Teoria democrática atual: esboço de mapeamento. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, São Paulo, n. 59, p. 5-49, 1º sem. 2005. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/280>. Acesso em: 3 maio. 2021.

MILL, J. S. **Capítulos sobre o socialismo**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social. **Plano Estadual de Economia Popular Solidária**. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://social.mg.gov.br/trabalho-e-emprego/economia-popular-solidaria/plano-estadual-de-economia-popular-solidaria>. Acesso em: 07 maio 2021.

MONJE-REYES, P. Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta en practica. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, artigo 2, p. 704-723, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-39512011000300003> Acesso em: 03 mar. 2021

MORAIS, E. de. M. *et al.* Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282011000100005>. Acesso em: 03 mar. 2021.

NASCIMENTO, C.; SANTOS, A. M. Paul Singer e a pedagogia da autogestão na economia solidária. **Revista Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 153-170, 27 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.17i34.p38048>. Acesso em: 02 mar. 2021.

NUNES ROCHA FILHO, A.; GONCALVES CUNHA, L. A. Economia solidaria: alternativa de desarrollo, generacion de trabajo, renta y de resistencia de la exclusion social. **Revista Eleuthera**, Colômbia, v. 6, p. 246-260, jan./jun. 2012. Disponível em: [http://190.15.17.25/eleuthera/downloads/Eleuthera6\\_15.pdf](http://190.15.17.25/eleuthera/downloads/Eleuthera6_15.pdf). Acesso em: 03 mar. 2021.

OFICINA NACIONAL DE FORMAÇÃO/EDUCAÇÃO EM ECONOMIA SOLIDÁRIA, 1., 2006, Brasília, DF. **Documento Final**. Brasília, DF: TEM; SENAES; SPPE; DEQ, 2006. 47 p. Disponível em: [https://base.socioeco.org/docs/i\\_oficina\\_nacional\\_formacao\\_educacao\\_em\\_economia\\_solidaria.pdf](https://base.socioeco.org/docs/i_oficina_nacional_formacao_educacao_em_economia_solidaria.pdf). Acesso em: 19 dez. 2022.

OLIVEIRA, A. A. R.; PAIVA, M. M. O movimento da economia solidária e suas diretrizes educativas. **Holos**, Rio Claro, v. 32, n. 5, p. 33-45, jul. 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/cousteau,+18071600\\_Vol\\_5\\_2016\\_033\\_045.pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/cousteau,+18071600_Vol_5_2016_033_045.pdf). Acesso em: 3 mar. 2021.

PANIAGUA, J. **Breve historia del socialismo y del comunismo**. Madrid: Nowtilus, 2010.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PETITFILS, J. C. **Os socialismos utópicos**. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Circulo do Livro, 1977.

PINHO, L. **Qual é o Ano Novo para a Economia Solidário no novo Governo?** Curitiba: Cefuria, 2019. Disponível em: <http://www.cefuria.org.br/2019/02/14/artigo-qual-e-o-ano-novo-para-a-economia-solidario-no-novo-governo/>. Acesso em: 01 maio 2021.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna**. Tradução de Luiz Alberto Monjardim. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROCHA, V. M.; DINIZ, S. C. Panorama da economia popular solidária no estado de Minas Gerais: 2003-2017. In: SEMINÁRIO DE DIAMANTINA, 18., 2019. **Anais [...]**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2019. Disponível em: <https://diamantina.cedeplar.ufmg.br/portal/publicacoes/diamantina-2019/>. Acesso em: 15 maio 2021.

SARRIA ICAZA, A. M. Acción colectiva, espacio público y economía solidaria en el sur de Brasil. **Revista pueblos y fronteras digital**, San Cristóbal de Las Casas, v. 4, n. 7, p. 30-63, jun. 2009. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-41152009000100030&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-41152009000100030&lng=es&nrm=iso). Acesso em: 02 mar. 2021.

SCHÜTTZ, G. D. Economia solidária, Hannah Arendt e a idéia de democracia radical. **Revista Conhecimento Online**, Novo Hamburgo, v. 1, jan./ jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/266>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SINGER, P. Economia solidária. [Entrevista cedida a] Paulo de Salles Oliveira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WYVnc8gJVQYFDnrCgbZxjCG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SINGER, P. Economia solidária *versus* economia capitalista. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 16, n. 1-2, 2001a. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69922001000100005>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SINGER, P. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. John Stuart Mill: o homem e a obra. *In*: MILL, J. S. **Capítulos sobre o socialismo**. Tradução de Paulo César Castanheira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001b.

SINGER, P. Relaciones entre sociedad y Estado en la economía solidaria. **Íconos - Revista de Ciencias Sociales**, Flacso-Ecuador, n. 33, p. 51–65, jan. 2009. Disponível em: <https://iconos.flacsoandes.edu.ec/index.php/iconos/article/view/320>. Acesso em: 10 maio 2021.

UNIÃO NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS (UNICOPAS). **Comissão do Senado aprova inclusão da economia solidária entre princípios da Constituição**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <http://unicopas.org.br/noticias/cooperativismo-ecosol/comissao-do-senado-aprova-inclusao-da-economia-solidaria-entre-principios-da-constituicao/>. Acesso em: 02 maio 2021.

UNIÃO NACIONAL DAS ORGANIZAÇÕES COOPERATIVAS SOLIDÁRIAS (UNICOPAS). **Conselho Nacional de Economia Solidária paralisado**. Brasília, DF, 2019. Disponível em: <http://unicopas.org.br/noticias/conselho-nacional-de-economia-solidaria-paralisado>. Acesso em: 02 maio 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA). Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. **Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - INCUBACOOOP**. Lavras, 2020. Disponível em: <http://proec.ufla.br/noticias/395#:~:text=A%20INCUBACOOOP%20integra%20a%20Rede,espa%C3%A7os%20de%20estudos%2C%20pesquisas%20e>. Acesso em: 09 maio 2021.

WOOD, M. E. Capitalismo e democracia. *In*: BORON, A. A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2007. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacion-virtual/20100715073000/boron.pdf>: Acesso em: 10 maio 2021. p. 417-430.

ZAMBELO, E. A. A Economia Solidária como um princípio de organização do trabalho: formação e assessoria técnica para catadores de material reciclável. **GEPROS. Gestão da Produção, Operações e Sistemas**, Bauru, v. 10, n. 2, p. 101-113, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros/article/view/1198>. Acesso em: 02 mar. 2021.

## **APÊNDICE A - ENTREVISTA ALAC**

**Entrevista realizada no dia 03 de novembro de 2020 com os membros José Agnaldo e Ana Maria da Associação Lavrense dos Artesãos e Arte Culinária – ALAC**

**José Agnaldo é presidente da ALAC, mas no momento se encontra afastado para atividades políticas e Ana Maria faz parte do Conselho Fiscal da Associação.**

### **1. O presidente conhece o conceito de economia solidária?**

R. Sim. O primeiro contato com o que seria a economia solidária foi aproximadamente há uns 10 anos em uma reunião sobre economia solidária que ocorreu na cidade de Varginha, local onde até então sediava a regional a qual Lavras pertencia, nessa reunião participaram representando Lavras, os membros da ALAC José Agnaldo e Ana Maria. Foi nessa reunião que eles começaram a tomar conhecimento do que se tratava a economia solidária. Ficaram sabendo também nessa reunião que a ALAC, que já era constituída, fazia parte da economia solidária. Após essa reunião, ocorreu em Varginha uma feira de economia solidária, a qual foi a primeira que a ALAC participou. Juntamente com a feira ocorrem seminários, fóruns, e foi nesses eventos que os conhecimentos dos membros da ALAC sobre economia solidária se ampliaram, passando a conhecer as leis da economia solidária a nível regional, estadual e federal. Até esse momento não havia na cidade de Lavras nenhuma lei sobre economia solidária, foram os membros da ALAC que trouxeram esse conceito para a cidade, existiam associações que se encaixavam no conceito, mas nenhuma o conhecia. O pessoal de Varginha os orientou sobre como proceder, assim, eles reuniram um grupo, a UFLA foi parceira através da INCUBACOOOP, outras associações, na época a ACAMAR e a Associação da Comunidade do Funil e marcaram uma reunião com a prefeita da época, Jussara Menicucci. Foi então que esse grupo apresentou à prefeita a economia solidária, que aceitou de pronto e a partir de então eles começaram a receber apoio municipal e também da Universidade Federal de Lavras.

### **2. A ALAC se encontra inserida no conceito de economia solidária? Por que?**

R. Sim. Por dar total apoio e assistência ao artesão, criação da associação, respaldo jurídico.

### **3. O presidente poderia falar um pouco sobre a Associação? Como funciona, quais são os princípios?**

Criada em 1998, possui 75 associados, maioria artesanato, depois arte culinária. Tem uma diretoria composta por presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário, primeiro e segundo tesoureiro, tem um conselho fiscal composto por doze membros. A associação possui estatuto e regimento interno e está totalmente legalizada. Atualmente o presidente em exercício é o Paulo César, devido ao afastamento do Agnaldo por ser candidato a vereador. A associação é considerada de utilidade pública municipal e estadual, patrimônio cultural de Lavras e estão cadastrados na economia solidária nas três esferas governamentais.

#### **4. Como é realizada a gestão da Associação?**

R. São realizadas assembleias ordinárias anuais e assembleias gerais extraordinárias conforme a necessidade, as eleições da diretoria são realizadas a cada dois anos. Todos os associados respondem pela associação, todos têm direito a voto. José Agnaldo relatou que ocorre uma comunicação semanal entre os membros, aos domingos, durante a realização da feira. Quando é preciso tomar alguma decisão é passado um comunicado aos associados, se for necessário é marcado uma reunião, senão, a diretoria toma certas decisões, mas sempre que tem uma pauta que necessite o aval de todos, uma reunião é marcada e todos têm o direito de voto.

#### **5. O presidente tem conhecimento da Lei 3.479 de 8/07/2009 que cria diretrizes e estabelece princípios fundamentais e objetivos da política municipal à economia solidária do município de Lavras?**

Sim. Participaram da construção da Lei juntamente com o apoio da Universidade Federal de Lavras e setor jurídico da prefeitura, utilizando como exemplo a Lei Municipal de Economia Solidária da cidade de Varginha-MG. Para a aprovação da Lei na câmara dos vereadores, os membros da ALAC compareceram em peso para conseguirem a aprovação.

#### **6. A ALAC já recebeu ou recebe incentivo, apoio financeiro ou de outro tipo da prefeitura municipal de Lavras amparado na referida Lei?**

R. José Agnaldo respondeu que a Associação recebeu uma verba uma única vez porque houve uma mudança em relação ao marco regulatório e o estatuto da Associação não estava adequado ao novo marco regulatório, então não puderam mais receber essa verba. Com a criação da Lei da Economia Solidária em Lavras, foram criados o Conselho Gestor e o Crédito Solidário. O Crédito Solidário foi criado para ajudar o pequeno empreendedor, tanto aquele que fizesse parte de alguma associação, tanto aquele que atuasse de forma individual, como um cabeleireiro, por exemplo. Vários membros da ALAC utilizaram o crédito solidário,

esse era dividido em 12 parcelas com juros bem abaixo do valor de mercado. A criação desse crédito foi algo muito importante que beneficiou não só membros da associação como pequenos empreendedores independentes.

**7. A ALAC já recebeu ou recebe incentivo de outros órgãos públicos e organizações privadas?**

**R.** Recebeu apoio da UFLA por meio da Incubadora, participação em feiras na Universidade, viagens em conjunto com a Universidade para visita a outros municípios, onde havia interesse na economia solidária. A UNILAVRAS também apoiou por um tempo cedendo um espaço na instituição para exposição dos trabalhos da Associação.

**8. A ALAC passou por um período de incubação?**

**R.** Sim. Ficou incubada por 3 anos, mas a ALAC já era criada e documentada, a universidade apoiou a regulamentação jurídica da ALAC de acordo com a economia solidária, assim como na construção em conjunto da Lei Municipal de Economia Solidária de Lavras. Após isso, a ALAC virou parceira da Incubacoop, servindo de exemplo quando surgiam novos empreendimentos, levando demandas para a Incubacoop quando ficava sabendo que em alguma cidade existia o interesse de se fundar uma associação. Chegaram a viajar para várias cidades em parceria com a Incubacoop para ministrarem palestras e dar o seu exemplo. Sempre que havia algum evento na Universidade a ALAC era convidada a participar expondo seu trabalho, eles participavam de várias feiras dentro da Universidade. Participavam de eventos dentro da Universidade não só expondo o trabalho da ALAC, mas como de eventos da economia solidária promovidos dentro da Universidade como o ENAPECS. Ana Maria relata que isso não acontece mais e que era importante para a ALAC.

**9. O escritório com sede na casa da cultura é resultado de uma parceria com a prefeitura?**

**R.** Sim. Apoio da prefeitura via Secretaria da Cultura. Funciona o escritório e a loja de vendas da Associação. Foi criado o Armazém Lavrense no terminal rodoviário de Lavras com o apoio da administração municipal da época. O Armazém está praticamente fechado por conta da falta de apoio governamental, estado do terminal rodoviário e falta de interesse dos membros.

**10. Quais são as dificuldades encontradas pela associação?**

**R.** As dificuldades encontradas no início foram com relação à criação da Associação e ter espaço para comercializar até que conseguiram com o prefeito da época, João Batista a constituição da Lei que regulamenta a feira na praça central da cidade de Lavras aos domingos. Atualmente a falta de apoio do poder público, falta de continuidade das atividades com as mudanças de governo. O término do crédito solidário. Dificuldade de chegar ao poder público, principalmente para constituição de novas associações. José Agnaldo ressaltou que o principal desafio é a conscientização do poder público da importância da economia solidária para o desenvolvimento local, tanto no que se refere à economia, quanto às questões sociais.

**11. O presidente conhece outros empreendimentos de economia solidária na cidade e região?**

**R.** Sim. A ACAMAR e a Associação da Comunidade do Funil (começaram com artesanato, agora estão com associação na área de alimentação, panificação, eram 15 e hoje são apenas três membros). Tem outros empreendimentos, mas não cadastrados, várias associações entram na economia solidária, mas não estão em rede, não estão cadastradas, nem atuam em parceria. José Agnaldo citou algumas associações que também se encaixam na economia solidária como, a APAE, Associação das Folias de Reis, Associação das Meninas Cantoras de Lavras.

**12. A ALAC interage com outros empreendimentos de economia solidária, participa ou faz parte de alguma rede de empreendimentos de economia solidária a nível local, regional ou nacional?**

**R.** Localmente só com a APAE (cede espaço para venda de produtos da APAE na loja que fica na Secretaria da Cultura). Chegou a ter na feira um espaço do visitante para que empreendedores da economia solidária de outras cidades pudessem expor e vender o seu trabalho aqui em Lavras. A ALAC participa da regional das vertentes, tem a feira de economia solidária dos empreendimentos que fazem parte da regional, cada ano acontece em uma cidade. Lavras já sediou a feira de economia solidária e foi muito bem sucedida, inclusive foi a melhor da regional. Para as feiras vem verba estadual, mas ainda assim precisa do apoio do executivo porque são muitas coisas que precisam ser providenciadas, estadia dos artesãos, alimentação, logística e outros.

**Outras questões relatadas pelos entrevistados durante a entrevista.**

1. O conselho gestor da economia solidária de Lavras foi criado após a aprovação da lei de economia solidária, conforme a mesma determina, ainda existe, mas não está ativo por falta

de apoio do governo municipal, segundo os entrevistados, Ana Maria e Agnaldo. Agnaldo é vice-presidente do conselho, o presidente é um representante do poder público, e são membros do conselho, representantes de diversas áreas de Lavras e a Universidade Federal de Lavras como instituição de apoio e fomento. Tanto o conselho quanto a economia solidária estão inativos em Lavras por falta de apoio do poder público, conforme os entrevistados. Eles relataram também que a Universidade Federal de Lavras se afastou, ou seja, não está apoiando como antes.

2. Os entrevistados ressaltaram que a economia solidária está a todo vapor em outras regiões, como por exemplo, a regional das vertentes.

3. O presidente Agnaldo participou de fóruns estaduais sobre economia solidária e do fórum nacional em Brasília, sendo assim, entende bem o conceito de economia solidária.

4. José Agnaldo destacou em sua fala o quanto a economia solidária é importante não só para o desenvolvimento local, como no aspecto social, exemplificou que um artesão ou membro da arte culinária com seu trabalho, além de gerar renda própria, também acaba contratando alguém para ajudar no trabalho, pessoas que estão desempregadas ou idosos podem desenvolver atividades de artesanato e culinária, saindo assim da ociosidade ou desemprego. Ana Maria destacou também que a ALAC já prestou serviços sociais à comunidade como cursos de artesanato, exemplificando o curso que ministraram para o galpão cidadão, cujas atividades ajudaram adolescentes a aprenderem um ofício, proporcionando uma oportunidade de geração de renda e ocupação saudável do tempo. Os cursos de artesanato foram realizados em parceria com a UFLA, esses cursos também foram ofertados nas escolas de Lavras e em outras cidades como São Gonçalo do Sapucaí e Santa Rita com o pessoal da saúde mental. Ana Maria ressaltou que com esses cursos não só teve oportunidade de ensinar artesanato, mas também de aprender com essas pessoas e a partir disso acontece uma das coisas principais da economia solidária que é a troca.

5. José Agnaldo observou que sempre que tem oportunidade de conversar com agentes públicos, prefeitos, vereadores, ele resalta que a economia solidária abrange várias secretarias da prefeitura como, a Secretaria de Cultura e de Desenvolvimento Social. Destacou ainda que se o Gestor do Executivo tiver essa visão da economia solidária poderá desenvolver muito a cidade, e relatou que a prefeita Jussara Menicucci que apoiou a criação da Lei Municipal de Economia Solidária foi premiada pelo SEBRAE com o troféu JK Prefeito Empreendedor a nível Estadual e Nacional em função desse apoio.

6. José Agnaldo e Ana Maria disseram que seu maior desejo é ver a economia solidária ativa em Lavras novamente, que todas as associações de Lavras poderiam estar trabalhando juntas nisso e inclusive com potencial de transformar Lavras em uma regional, pois várias cidades ao redor têm potencial para a economia solidária, o que facilitaria o alcance de recursos tanto a nível estadual quanto federal para desenvolvimento das associações existentes, criação de novas associações e realização de eventos. Lavra atualmente faz parte da regional das vertentes que, a partir de Lavras segue, Itumirim, Nazareno, São João Del Rei, Barbacena até Congonhas. Quando José Agnaldo foi a Brasília no Fórum Nacional de Economia Solidária, ele foi representando Lavras e a Regional das Vertentes.

7. Cidades próximas a Lavras que possuem empreendimentos de economia solidária: São Thomé das Letras, São Bento, Luminárias, Ingaí, Carmo da Cachoeira, Nepomuceno, Ribeirão Vermelho, Campo Belo, Perdões, Bom Sucesso, Ibituruna e Cana Verde.

8. Após uma explicação detalhada do que se tratava o objetivo da minha pesquisa, José Agnaldo fez um relato emocionado de como a Associação transformou a vida de dois irmãos artesãos da zona rural, após começarem a participar da mesma. Segundo José Agnaldo, os irmãos artesãos trabalhavam com crochê, mas vendiam apenas para amigos e pessoas da comunidade deles, quando um deles o procurou e manifestou a vontade que eles tinham de participarem da Feira. Os irmãos foram aceitos na Associação e quando receberam a camiseta da Associação pelas mãos do José Agnaldo, emocionados, disseram que o sonho deles era vestir aquela camisa. José Agnaldo relata ainda que a transformação na vida deles foi visível, tanto pela socialização quanto econômica. Inclusive através da feira da ALAC um dos irmãos começou a expor as plantas que cultivava e hoje em dia possui seu próprio empreendimento, uma floricultura onde vende as plantas e o crochê.

9. José Agnaldo também relatou que já está a aproximadamente 8 anos como presidente da ALAC, e que sempre quando é época de eleição ele deseja que alguma chapa responsável se candidate, mas ninguém se candidata e que ele faz por amor, mesmo que se sinta cansado as vezes, que é muito gratificante ver o desenvolvimento das pessoas. Ana Maria comentou que ninguém quer assumir a responsabilidade.

## **APÊNDICE B - Entrevista ACAMAR**

**Entrevista realizada no dia 05 de novembro de 2020 com Renato, presidente da Associação dos Catadores de Material Reciclável de Lavras - ACAMAR.**

### **1. O presidente conhece o conceito de economia solidária?**

R: Renato acredita que tem que ter economia solidária porque gera trabalho para 34 famílias que dependem da Associação e acredita que a população tem que participar porque é importante, participação municipal fazendo parcerias, contratos, trazer indústrias. A Associação precisa de parceiros, por exemplo, a UFLA que faz a concessão de uso do terreno por meio de contrato a cada 20 anos.

### **2. A ACAMAR se encontra inserida no conceito de economia solidária? Porque?**

R: Sim. Por conta das funções de gerar emprego e ser solidária com pessoas que estão desempregadas, ser solidário porque tem pessoas passando por dificuldades e procuram a Associação dizendo que precisam trabalhar. Quando isso ocorre, a Associação realiza um estudo para ver se a pessoa já trabalhou com coleta seletiva e se a Associação está precisando de mais um associado, da situação da pessoa e se ele está precisando mesmo. O presidente relatou que os membros são bem conscientes com relação a isso.

### **3. O presidente poderia falar um pouco sobre a Associação? Quando foi fundada, qual o número de associados, como funciona, quais são os princípios?**

R: A ACAMAR é uma associação de catadores de materiais recicláveis, fundada em 1998, trabalham com Regimento Interno e Estatuto criados também em 1998. Hoje em dia possui 34 associados. Trabalham na forma de contrato com a prefeitura, uma parceria, todo ano é feito um contrato de prestação de serviço, e a prefeitura faz um repasse para a Associação que é para pagamento das despesas com combustíveis, manutenção dos caminhões, água, energia, e esse valor não é dividido entre os associados. A renda dos associados vem da venda de material reciclável. Fazem a coleta em dias alternados nos bairros. Normalmente eles passam uma vez por semana em cada bairro porque depende do bairro gerar o resíduo, por exemplo, no bairro Nova Lavras, onde fica a sede da ACAMAR, eles passam duas vezes porque é um bairro que foi conscientizado desde o início da Associação, então gera bastante resíduo. O material coletado é levado para o galpão, é colocado na esteira de separação para fazer a triagem e separação de todo o material de acordo com a classificação de cada um. Depois de separado vai para a prensa e é comercializado (enquanto Renato explicava como funciona a

separação do lixo, ele foi me mostrando na câmera que fica filmando o galpão). Hoje em dia a venda não é feita mais por meio de vários atravessadores, estão no último atravessador antes de mandar para a fábrica que já paga melhor porque a fábrica que vai reciclar compra carga única e grande. O pagamento é feito por meio de depósito no banco e o valor arrecadado é dividido por hora trabalhada de cada associado. Se o repasse da prefeitura porventura não contemplar as despesas, o que faltar é retirado do recurso bruto arrecadado com a venda do material e só depois é feita a divisão do recurso entre os associados.

#### **4. Como é realizada a gestão da Associação?**

A parte burocrática é feita pelo presidente, Renato, e pelo Juliano que é tesoureiro, o presidente também ajuda na tesouraria e atende lá no galpão quando precisa. A diretoria é composta por presidente, vice, tesoureiro, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro fiscal, segundo fiscal, terceiro fiscal e suplentes. Quanto à gestão, o presidente relatou que se surge algum problema ou reclamação, primeiro a diretoria se reúne, conversa sobre o assunto e depois levam o problema para os membros já com duas ou três sugestões de solução porque se deixar para resolver diretamente na reunião com os membros pode surgir alguma sugestão que vise o benefício próprio do associado e que possa atrapalhar a Associação. A Associação realiza assembleias com registro em ata mensalmente para prestação de contas, mas geralmente a cada 15 dias tem reunião e quando precisa faz semanalmente ou quando surge alguma demanda extraordinária, como exemplo, a chegada de recurso para construção do muro. Nas assembleias todos os membros têm direito a voto, mas a diretoria já encaminha as sugestões para os membros de acordo com o Estatuto. Dependendo da decisão, o presidente interfere para não prejudicar a Associação. Se surgir algo sério inesperado durante a Assembleia, o presidente pede para que o assunto seja resolvido numa próxima reunião e já marca essa reunião para que dê tempo da diretoria conversar sobre o assunto. A eleição da diretoria é realizada a cada dois anos. A reunião para escolha de nova diretoria é anunciada de 15 a 30 dias antes da realização da mesma. A chapa ou as chapas são formadas um pouco antes do início da reunião para evitar intriga e desavença. O voto é secreto, todos votam. Renato foi presidente de 2006 a 2012. Após esse período passaram 4 presidentes. Renato se candidata sempre como vice para apoiar devido a sua experiência, por exemplo, no último pleito ele se candidatou a vice e o presidente não deu conta e ficou apenas 6 meses, assim, ele assumiu como presidente. Os candidatos precisam ter aprovação de 50% dos membros mais

um, se não tiver aprovação, ocorre uma outra votação, mas isso é difícil de acontecer. Renato relata que geralmente as pessoas não querem assumir a responsabilidade.

**5. A Associação possui trabalhadores assalariados?**

R: Não possui assalariados, são todos membros da associação. A associação possui 34 membros, 30 membros atuam na coleta de material reciclável e 4 membros atuam na madeireira. A madeireira recolhe madeira como paletes, a maioria da COFAP, e fazem móveis de acordo com a encomenda. É uma associação só, fica separado devido a limitação de espaço, no entanto o rendimento é separado, o rendimento da madeireira é dividido entre os 4 membros que atuam lá. Mas, como a reciclagem de lixo recebe apoio da prefeitura, esse apoio é utilizado para cobrir despesas da madeireira também, geralmente ocorre um complemento de rendimento para que os membros da madeireira tenham rendimentos equiparados aos membros da reciclagem. Isso é feito porque é do interesse de todos os membros que seja feito o recolhimento e trabalho com a madeira, pois, se a ACAMAR deixar de recolher a madeira de uma indústria como a COFAP, por exemplo, eles podem deixar de fornecer também o papelão e outros materiais que são fundamentais para a Associação.

**6. O presidente tem conhecimento da Lei 3.479 da, de 8/07/2009 que cria diretrizes e estabelece princípios fundamentais e objetivos da política municipal à economia solidária do município de Lavras?**

R: Renato disse que não tem conhecimento sobre a Lei e que nunca ouviu falar a respeito.

**7. A ACAMAR já recebeu ou recebe incentivo, apoio financeiro ou de outro tipo da prefeitura municipal de Lavras amparado na referida Lei?**

R: O apoio que a ACAMAR recebe da prefeitura se refere ao contrato anual já mencionado de repasse de verba para pagamento dos serviços prestados pelo recolhimento do lixo, o qual é utilizado pela Associação para pagamento das despesas.

**8. A ACAMAR já recebeu ou recebe incentivo de outros órgãos públicos e organizações privadas?**

R: A ACAMAR tem um projeto com a ANCAD - Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, de São Paulo. Por exemplo, o muro que estava caindo, foram enviadas fotos para a ANCAD e assim conseguiram recurso para construção do muro. O recurso que a ANCAD envia, 70 por cento é para infraestrutura e o restante é dividido entre

os associados. Eles ajudaram durante a pandemia, enviaram duas parcelas de 600,00 para cada associado, uma de 300,00 e uma de 900,00. A cada três meses a ANCAD faz um repasse financeiro, pneus, empilhadeira, o muro, são exemplos de aquisições feitas pela ANCAD. Durante a pandemia a prefeitura de Lavras continuou repassando os recursos das despesas e como as coletas estavam paradas, as despesas foram menores e o recurso que sobrou foi dividido entre os associados, o que ajudou a manter o rendimento dos catadores. A prefeitura de Lavras também enviou cestas básicas para os membros da ACAMAR. Existe também a bolsa reciclagem a cada três meses, oriunda do governo estadual de Minas Gerais. Mas o envio deste recurso está atrasado, o dinheiro parece que já estava disponível, mas não foi enviado. A Bolsa reciclagem de 2019, o primeiro trimestre foi paga recentemente, a ACAMAR perdeu o segundo e terceiro trimestre por falta de envio de documentos, pois houve mudança de endereço para envio dos documentos e o presidente disse que não sabia. Quem distribui o recurso que vem do governo é a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD e recolhe os documentos, que devem estar todos em dia. O valor é de R\$750.000,00 por trimestre para as associações de Minas Gerais, esse valor é dividido por rendimento da associação em termos do montante de material reciclável recolhido. Tem também o terreno cedido pela UFLA, e já doaram uma vez uma máquina de cortar papel. A INCUBACOP já esteve apoiando a ACAMAR com estagiários e certa vez fizeram um estudo com relação ao rastreamento das rotas realizadas pelos caminhões de coleta. O Galpão foi construído por meio de projeto. No início das atividades da ACAMAR tinha um coordenador e uma secretária pagos pela fundação Pró-Defesa Ambiental, a prefeitura de Lavras fazia o repasse de recurso para essa fundação, que por sua vez efetuava os pagamentos devidos. Em 2008 o recurso da prefeitura passou a ser enviado direto para a ACAMAR, e a ACAMAR pagava o coordenador Tadeu e uma secretária. Caminhões, prensa e esteira foram conseguidos com dinheiro de projetos que Tadeu buscou em diversas fontes, inclusive no consulado do Japão. Desde 2015/2016 os próprios associados gerem a ACAMAR, na época houve um desentendimento entre o diretor e o coordenador Tadeu que acabou resultando na demissão do coordenador.

#### **9. A ACAMAR passou por período de incubação?**

R: Não.

#### **10. O local onde a Associação atua (galpão) é próprio, alugado ou disponibilizado por algum órgão como a prefeitura?**

R: O terreno é cedido pela UFLA por meio de contrato de concessão de uso. Galpão, caminhões e maquinários são da própria Associação.

**11. O presidente conhece outros empreendimentos de economia solidária na cidade e região?**

R: Ele disse que tem uma outra associação de catadores localizada na estrada do madeira em Lavras, mas além de não terem uma estrutura como a ACAMAR, a associação é instável, já abriram e fecharam algumas vezes, e que a prefeitura chegou a começar a ajudar com repasses financeiros, mas devido a irregularidades na administração do recurso, a prefeitura parou de enviar o recurso.

**12. A ACAMAR interage com outros empreendimentos de economia solidária, participa ou faz parte de alguma rede de empreendimentos de economia solidária a nível local, regional ou nacional?**

R: Não. Antigamente a ACAMAR participava de eventos, colocava banner, exposição do que faziam. Faziam porque o antigo coordenador organizava a participação da ACAMAR em eventos tipo do dia da água e do meio ambiente. O presidente relatou que a Associação também se encontra acomodada nesse sentido.

**13. Quais são as dificuldades encontradas pela associação?**

R: A maior dificuldade é a falta de espaço e com os catadores autônomos que segundo o presidente, fazem recolhimento nos bairros onde a ACAMAR faz coleta. Renato relatou que costumam convidá-los para conversar e quem sabe para fazerem parte da Associação, mas que eles não querem. Mas, também eles não são muitos.

**Outras questões relatadas pelo entrevistado durante a entrevista**

1. Renato, o atual presidente da Associação, se associou no ano de 2000, completando assim 20 anos de associado. Da constituição da Associação em 1998, só existe um associado e do ano de 1999 existem quatro Associados. Ele destacou que eles, associados mais antigos, devem ser exemplos para os outros Associados e não agirem de forma impositiva, mandando e por isso mesmo eles têm o Estatuto e o Regimento.

2. Renato relatou ao responder à pergunta número dois, que se alguém procurar a ACAMAR dizendo que está precisando trabalhar, geralmente é feita uma avaliação das condições da

pessoa e se a ACAMAR está precisando de mais um associado, e a integração tem que ser aprovada por 50 %+ 1 dos membros da Associação.

3. Trinta por cento do material reciclável vem da COFAP e se deixar de pegar a madeira, a indústria irá preferir entregar o material para quem recolha tudo, por isso, foi sugestão do presidente atual a equiparação do rendimento dos membros da madeireira aos da reciclagem de lixo.

4. O presidente relatou que antes dos membros assumirem a gestão da ACAMAR eles acreditavam que não dariam conta de tal atividade, após o desentendimento do diretor da época com o coordenador contratado e os membros se aproximarem mais da administração da Associação, perceberam que dariam conta de assumir sozinhos a administração da Associação. A partir de então eles mesmos passaram a visitar as empresas, conversar com os gestores públicos, a conversar diretamente com pessoas que os procuravam, por exemplo, estudantes, coisas que eram todas feitas anteriormente pelo coordenador. Ele relatou também que não havia interesse da maioria em realizar o trabalho burocrático da Associação, mas que ele tinha interesse. E ainda hoje a maioria não quer assumir essa responsabilidade, e que alguns também não é só por não querer, mas também por não acreditar que são capazes. Ao ser questionado se também existe desinteresse dos membros nas reuniões de votação, ele respondeu que alguns são desinteressados, que votam por votar e que às vezes nem sabem no que estão votando, mas justificou que esses são a minoria e que leva tempo para se conscientizarem e que a maioria já está conscientizado.

5. Renato relatou que existem estudos que dizem que um ser humano produz 500 g de lixo reciclável por dia. Considerando esse valor, Lavras produz 500 toneladas por mês, mas a ACAMAR recolhe apenas 100 toneladas. A ACMAR recolhe na faixa de apenas 15% do todo lixo produzido pela população. Falta conscientização da população para separação do lixo.

6. Além do espaço que está sendo murado onde fica o galpão, que pode ser coberto futuramente, a Associação tem um terreno, doado pela PEMI que fica no distrito industrial, onde eles têm a intenção de ampliar os trabalhos se conseguirem financiamento para a construção de um galpão.

**APÊNDICE C – Questionário aplicado às associadas e aos associados****UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E  
EXTENSÃO**

Estamos pesquisando a presença da educação política nas atitudes e comportamentos de empreendedores da economia solidária. Por isso, pedimos gentilmente sua ajuda no sentido de responder o presente questionário que não tomará muito do seu tempo. Suas respostas não serão divulgadas e sua identidade será preservada pelo anonimato.

Sua colaboração é de fundamental importância para o resultado da pesquisa e contribuirá para valorizar e dar visibilidade ao importante papel das associações comunitárias.

Leia as questões com muito cuidado. Existem perguntas fechadas com apenas uma opção de resposta, outras com a possibilidade de escolha de mais de uma opção e perguntas abertas, nas quais você pode se manifestar livremente. Não existem respostas corretas ou incorretas, elas apenas representam sua opinião pessoal.

Desde já, agradecemos a sua colaboração.

**Questionário**

**Ressaltamos que não é necessário o preenchimento nem a assinatura de seu nome.**

**1. DADOS DOS(DAS) ASSOCIADOS(AS)****1.1 Qual a sua idade?**

- ( ) Até 20 anos.
- ( ) De 21 a 30 anos.
- ( ) De 31 a 40 anos.
- ( ) De 41 a 50 anos.
- ( ) De 51 a 60 anos.
- ( ) Acima de 60 anos.

**1.2 Sexo:**

- Masculino.
- Feminino.
- Não desejo declarar.

**1.3 A sua cor ou raça:**

- Amarela.
- Branca.
- Indígena.
- Parda.
- Preta.
- Não desejo declarar.

**1.4 Qual o seu estado civil?**

- Solteiro(a).
- Casado(a).
- “Amigado(a)”
- Separado(a)/desquitado(a)/divorciado(a).
- Viúvo(a).
- Outro.

**1.5 Qual o seu nível de escolaridade?**

- Sem escolaridade.
- Ensino Fundamental (1º grau) incompleto.
- Ensino Fundamental (1º grau) completo.
- Ensino Médio (2º grau) incompleto.
- Ensino Médio (2º grau) completo.
- Ensino superior incompleto.
- Ensino superior completo.
- Pós-graduação incompleta.
- Pós-graduação completa.
- Não sei informar.

**1.6 Assinale a renda familiar mensal de sua casa:**

- Nenhuma.
- Até um salário mínimo (até R\$ 1.100,00).
- Acima de um até três salários mínimos (de R\$ 1.101,00 até R\$ 3.300,00).
- Acima de três até seis salários mínimos (de R\$ 3.301,00 até R\$ 6.600,00).
- Acima de seis até nove salários mínimos (de R\$ 6.601,00 até R\$ 9.900,00).
- Acima de nove salários mínimos (acima de R\$ 9.900,00).

**1.7 Quantas pessoas são sustentadas com a renda familiar?**

- Uma.
- Duas.
- Três.
- Quatro.
- Cinco.
- Mais de Cinco.

**1.8 Qual a sua ocupação principal?****1.9 Qual o local (associação, lar, fábrica, loja, hospital, escola, fazenda etc.) da sua ocupação principal?****1.10 O que te motivou a se tornar um membro da Associação? (escolha mais de uma opção caso seja necessário).**

- Obter renda.
- Alternativa ao desemprego.
- Complementar a renda.
- Obtenção de maiores ganhos em empreendimentos associativos.
- Desenvolvimento pessoal.
- Desenvolver uma atividade na qual todos(as) são donos(as).
- O desenvolvimento econômico, social, político ou cultural da comunidade.
- Por acreditar que o empreendimento associativo pode ser uma forma de lutar contra o capitalismo.
- Outro. Qual?

**1.11 Quando você se tornou membro da Associação? (ano e mês, se possível)**

**1.12 Como foi que você se tornou membro da Associação? (por exemplo: a convite de um associado, você procurou a associação, etc.)**

**1.14 Para você o que é Economia Solidária?**

**1.15 Você já participou de algum curso ou evento sobre economia solidária?**

( ) Não.

( ) Sim. Qual?

**1.16 Você sabe o que é autogestão?**

( ) Não.

( ) Sim. O que é?

**1.17 Você participou de algum curso sobre autogestão?**

( ) Não.

( ) Sim. Qual?

## **2. QUANTO À EXISTÊNCIA DE PRÁTICAS POLÍTICAS NA ASSOCIAÇÃO.**

**2.1 Qual ou quais atividades você realiza dentro da Associação?**

**2.2 Você realiza alguma atividade na Diretoria?**

( ) Não.

( ) Sim. Qual?

**2.3 Você gostaria de realizar alguma atividade na Diretoria?**

( ) Sim.

( ) Não. Porque?

**2.4 Você participa das principais decisões da associação?**

- Sim.
- Parcialmente.
- Não.

**2.5 Todos os associados(as) têm o direito de participar das principais decisões da associação?**

- Sim.
- Parcialmente.
- Não.

**2.6 Todos os associados(as) participam efetivamente das principais decisões da associação?**

- Sim.
- Não. Mas, a maioria participa.
- Não. Aproximadamente a metade dos associados(as) participam.
- Não. Poucos associados participam.

**2.7 Onde são tomadas as decisões da associação? (marque até três opções utilizando os números 1, 2 ou 3, considerando 1 o principal espaço de tomada de decisão, 2 o segundo principal espaço e 3 o terceiro principal espaço)**

- Assembleias de sócios(as).
- Reuniões do coletivo de sócios(as).
- Conselho administrativo.
- Conselho fiscal.
- Diretoria.
- Redes sociais (por exemplo: grupo de *WhatsApp*)
- Outro. Qual?

**2.8 Com qual frequência são realizadas as assembleias ou reunião do coletivo de sócios(as) da associação?**

- Anual.
- Semestral.
- Trimestral.
- Mensal.
- Quinzenal.
  
- Semanal.
- Não são realizadas.
- Outro. Qual?

**2.9 Geralmente, que tipo de decisões sobre a associação são tomadas durante as assembleias ou nas reuniões de sócios(as)? (escolha mais de uma opção caso seja necessário)**

- Eleição da diretoria.
- Decisão sobre o destino das sobras e fundos.
- Prestação de contas aos sócios(as).
- Contratações e remunerações.
- Plano de trabalho.
- Decisões cotidianas da associação.
- Nenhuma.
- Outras. Quais?

**2.10 Você consegue expressar suas opiniões durante as assembleias ou reuniões? Se não, porque? (escolha mais de uma opção caso seja necessário)**

- Sim.
- Não, pois tenho dificuldade de entender o que é discutido.
- Não, pois não permitem que eu expresse minhas opiniões.
- Não, pois sou tímido(a).
- Não, porque:

**2.11 O que você considera ao votar nas assembleias ou reunião do coletivo de sócios(as)?**

- O que é melhor para você.
- O que é melhor para a associação.
- Outro. Qual?

**2.12 Quando surgem conflitos na associação, como eles são resolvidos?**

- Com um amplo diálogo entre os(as) sócios(as) até se chegar a um consenso.
- Com diálogo entre os(as) sócios(as), mas com a mediação da diretoria.
- O conflito é evitado com a intervenção da diretoria.
- Não existem conflitos na associação.
- Outro. Qual?

**2.13 Com que frequência se realiza a eleição da diretoria?**

- Uma vez ao ano.
- A cada dois anos.
- A cada três anos.
- A cada quatro anos.
- Outro. Qual?

**2.14 Quando ocorre eleição para diretoria, novos associados(as) são eleitos(as)?**

- Sim.
- Não. Porque?

**2.15 Tudo o que ocorre na associação é de conhecimento de todos(as) os(as) associados(as)?**

- Sim.
- Não, apenas alguns associados(as) têm o total conhecimento sobre o que ocorre na associação.
- Não, apenas a diretoria tem total conhecimento sobre o que ocorre na associação.

**2.16 Como são passadas as informações aos associados(as) dentro da associação?  
(escolha mais de uma opção caso seja necessário)**

- Solicitando à diretoria.
- Por meio de Assembleias e Reuniões.
- Por meio de documentos e relatórios.
- Em conversas do dia-a-dia com outros sócios(as).
- Por meio do mural da associação.
- Redes sociais (por exemplo grupo de *WhatsApp*).
- Outro. Qual?

**2.17 O quanto você se considera comprometido(a) com a associação?**

- Muito comprometido(a).
- Razoavelmente comprometido(a).
- Pouco comprometido(a).
- Descomprometido(a).
- Não sei responder.

**2.18 Conforme a resposta da pergunta anterior, descreva porquê você se considera assim.**

**2.19 E os outros associados(as), em geral? Como você caracterizaria o grau de comprometimento deles?**

- Muito comprometidos(as).
- Razoavelmente comprometidos(as).
- Pouco comprometidos(as).
- Descomprometidos(as).
- Não sei responder.

**2.20 Conforme sua resposta da pergunta anterior, descreve o porquê você os(as) considera assim.**

**2.21 Na sua opinião, quais são as principais dificuldades encontradas pela associação?**

### **3. QUANTO À EDUCAÇÃO POLÍTICA DOS(AS) ASSOCIADOS(AS)**

**3.1 O que você aprendeu na Associação?**

**3.2 O que mudou na sua vida após a entrada na Associação? Porquê?**

**3.3 Você percebeu alguma mudança no seu comportamento pessoal depois que você começou a trabalhar na associação?**

( ) Não.

( ) Não sei responder.

( ) Sim. Qual?

**3.4 Você considera que se tornou uma pessoa mais consciente dos problemas sociais (como fome, desemprego, desigualdade social etc.), depois que passou a fazer parte da associação?**

( ) Não.

( ) Não, porque já tinha consciência dos problemas sociais antes de fazer parte da associação.

( ) Não sei responder.

( ) Sim. Porque?

**3.5 Você considera que se tornou uma pessoa mais consciente dos problemas ambientais relacionadas ao nosso planeta (como falta de conservação das águas, solos, fauna e flora etc.), depois que passou a fazer parte da associação?**

( ) Não

( ) Não, porque já tinha consciência das problemas ambientais antes de fazer parte da associação.

( ) Não sei responder.

( ) Sim. Porque?

**3.6 Você considera que se tornou uma pessoa mais cooperativa e solidária depois que passou a fazer parte da associação?**

- Não.
- Não, porque já era cooperativo e solidário antes de fazer parte da associação.
- Não sei responder.
- Sim. Porque?

**3.7 Você considera que se tornou uma pessoa mais responsável depois que passou a fazer parte da associação?**

- Não.
- Sim. Porque?

**3.8 Você considera importante o contato com outras associações solidárias?**

- Não.
- Não sei responder.
- Sim. Porque?

**3.9 Você participa de algum movimento social (sindicatos, movimento negro, feminista, etc.)?**

- Não.
- Não sei responder.
- Sim. Qual?

**3.10 Você participa de algum partido político?**

- Não.
- Não sei responder.
- Sim. Qual?

**3.11 Você participa ou desenvolve alguma ação social ou comunitária?**

- Não.
- Não sei responder.
- Sim. Qual?

**3.12 Você se preocupa com os problemas existentes na sua comunidade?**

- Não.
- Não sei responder.
- Sim.

**3.13 Como você acha que podem ser resolvidos os problemas existentes na sua comunidade?****3.13 Para você o que é a política?(escolha mais de uma opção caso seja necessário)**

- É o que ocorre no espaço do governo de um país, estado ou município.
- É o que ocorre em todos os espaços que existem tomada de decisão coletiva, ou seja, nos lares, escolas, trabalho, governos, etc.
- Não sei responder.

**3.14 Você considera importante a participação ativa da população na política, expressando suas opiniões e exigindo seus direitos?**

- Não.
- Não sei responder.
- Sim.

**3.15 Você considera importante o ato de votar e escolher seus representantes políticos?**

- Sim.
- Não sei responder.
- Não.

**3.16 Os representantes políticos eleitos devem ser fiscalizados e cobrados por seus atos.**

- Concordo totalmente.
- Concordo.
- Não concordo e nem discordo.
- Discordo.
- Discordo totalmente.

**3.17 Qual sua opinião sobre a prática de compra e venda de votos em eleições?**

- Totalmente incorreta.
- Incorreta.
- Nem incorreta e nem correta.
- Correta.
- Totalmente correta.

**3.18 O político pode ter vantagens pessoais desde que faça alguma coisa pelo povo.**

- Discordo totalmente.
- Discordo.
- Não discordo e nem concordo.
- Concordo.
- Concordo totalmente.

**3.19 Marque as opções que você considera que fazem parte do sistema político brasileiro.**

- A separação dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).
- Um poder Judiciário independente.
- As casas legislativas (Câmara Municipal, Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Senado)
- A Constituição Federal de 1988.
- A República Federativa: formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal.
- Os partidos políticos.
- Os direitos civis, políticos, sociais e humanos.

- ( ) Os sindicatos
- ( ) As associações comunitárias

**3.20 O que você considera que aprendeu sobre política a partir da sua participação na Associação?**

**Agradecemos sua colaboração,**

**Maira Cristiane de Souza Miranda**

**Discente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável e Extensão da Universidade Federal de Lavras**